

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CLAUDINÉA JUSTINO FRANCHETTI

**PÁGINAS DE INTOLERÂNCIA POLÍTICA: A GUERRA PSICOLÓGICA CONTRA
O MONSTRO VERMELHO NA REVISTA LEI E POLÍCIA (1948-1950)**

MARINGÁ

2008

CLAUDINÉA JUSTINO FRANCHETTI

**PÁGINAS DE INTOLERÂNCIA POLÍTICA: A GUERRA PSICOLÓGICA CONTRA
O MONSTRO VERMELHO NA REVISTA LEI E POLÍCIA (1948-1950)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de mestre em História, do
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Estadual de Maringá.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei José Munhoz

MARINGÁ

2008

CLAUDINÉA JUSTINO FRANCHETTI

**PÁGINAS DE INTOLERÂNCIA POLÍTICA: A GUERRA PSICOLÓGICA CONTRA
O MONSTRO VERMELHO NA REVISTA LEI E POLÍCIA (1948-1950)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovada em 12/08/2008

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz (UEM)

Prof. Dr. João Fábio Bertonha (UEM)

Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez (UNB)

Pensar nos passos da vida, em nossas vitórias, na certeza de um porto seguro em nosso futuro, são coisas que muitas vezes derramamos todo o mérito apenas sobre nós mesmos, esquecendo de todo o alicerce que serviu de sustentação para que nossos objetivos fossem alcançados.

Por todos os momentos, sejam bons ou ruins, todo o apoio, carinho e atenção constantemente depositados.

Por todos os olhares de julgamento e preocupação.

Por cada instante de sincera solidariedade.

Pelas mãos amigas.

Pelo sacrifício de anos de dedicação ininterrupta

Pelas tristezas consoladas.

Pelo incentivo e coragem.

Dedico esse trabalho à minha mamãe Vanilda A. Chagas Justino, ao meu irmão Claudio José Justino e a sua família e ao meu esposo Lademir A. Franchetti, pelos quais me orgulho, e sou grata!

Tantas são as pessoas que passam por nossa vida e deixam suas contribuições. Muitas são as que tenho a agradecer, mas entre elas agradeço:

As minhas amigas Andréia Balestre, Elisabete A.da Silva e Joselia de Castro Silva, pelo companheirismo e lealdade, e verdadeira ajuda que têm dedicado a mim. Também pela amizade pura e sincera que me acompanha a cada dia, pelos grandes laços que muito me orgulham, pois devo muito a vocês.

Ao amigo Alexandre Busko Valim, agradeço pela grande contribuição.

Ao Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz, a quem admiro profissionalmente e pessoalmente, agradeço pela paciência, compreensão, respeito e confiança depositados. Serei sempre grata!

“De nada valem as idéias sem homens que possam pô-las em prática” (Karl Marx).

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar a posição política e ideológica da revista Lei e Polícia de junho de 1948 a janeiro de 1950, período de publicação daquele periódico que está compreendido no governo de Eurico Gaspar Dutra e pode ser considerado como um momento de continuação da intolerância política no Brasil. Nessa direção, examinaremos a relação dessa revista com o anticomunismo e a sua contribuição para a difusão da propaganda anticomunista no Brasil. Isto será efetuado considerando-se que a política anticomunista foi tratada pela Revista tendo como pano de fundo as imagens e artigos divulgados. Em outras palavras, as preocupações que permearam a pesquisa estiveram ligadas à historicidade da prática anticomunista e às formas de suas manifestações nos artigos que publicou. A ideologia comunista sofreu mutações de acordo com os diferentes contextos socioculturais e históricos em que se desenvolveu, e foi expressa pelos mais variados meios possíveis (imagens, palavras, músicas, etc.), manifestando-se na cultura e no imaginário popular, e seus articuladores se empenharam fortemente na conquista de adeptos para a sua causa. Na cultura popular brasileira o imaginário anticomunista fez parte de um processo social e cultural pelo qual as pessoas (individual e/ou coletivamente) criaram e recriaram suas representações e práticas anticomunistas, e nesse processo o trabalho da “Lei e Polícia” foi notório.

Palavras-chave: Revista Lei e Polícia; propaganda política; comunismo; anticomunismo.

ABSTRACT

The political and ideological stance of the journal *Lei e Polícia* (Law and Police) published between June 1948 and January 1950, during Eurico Gaspar Dutra's administration, is provided. The period may also be considered as an extension of political intolerance in Brazil. The journal's relationship with anticommunism and its contribution towards anticommunist propaganda in Brazil are analyzed. Actually anticommunist policy is revealed through the journal's background filled with pictures and articles. The issues dealt with in current research are linked to the historicity of anticommunist practice and to the modes of its manifestations in published articles. Communist ideology changed according to the different social, cultural and historical contexts in which it developed. It was propagated through various means (pictures, words, music and others) and manifested itself in culture and in the people's imagination. Its organizers were strongly committed in canvassing people for their cause. The anticommunist imaginary became part of the social and cultural process in Brazilian popular culture. In fact, people established and re-established individually and collectively their anticommunist representations and practices. The importance of *Law and Police* was highly important in the context of such a process.

Keywords: *Law and Police*; political propaganda; communism; anticommunism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - Não deixes o monstro do comunismo destruir a bandeira da liberdade!	100
QUADRO 2 - Comunismo é assim! O comunismo despreza a tua religião.....	103
QUADRO 3 - Regime de trabalho no comunismo.....	109
QUADRO 4 - Estudo psicológico de um simpatizante comunista.....	112

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A PERSEGUIÇÃO AO MONSTRO VERMELHO	16
2.1 O MONSTRO VERMELHO NO MUNDO	16
2.2 O “MONSTRO VERMELHO” NA PÁTRIA VERDE-AMARELA.....	19
2.3 O “MONSTRO VERMELHO” E O IMPERIALISMO YANKEE NO MUNDO.....	36
2.4 POLÍTICA E ECONOMIA NO GOVERNO DUTRA	52
3 IMPRENSA E IDEOLOGIA	65
3.1 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E IMPRENSA.....	65
3.2 IMPRENSA COMO INSTRUMENTO IDEOLÓGICO	71
3.3 DISCURSO, IDEOLOGIA E PODER NO GÊNERO REVISTA DE OPINIÃO E INFORMAÇÃO.....	76
3.4 FORMAS OCULTAS DA PROPAGANDA IDEOLÓGICA POLÍTICA.....	78
3.5 IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE TEXTO E IMAGEM	87
4 REVISTA LEI E POLÍCIA NA GUERRA PSICOLÓGICA CONTRA O MONSTRO VERMELHO	92
4.1 REVISTA LEI E POLÍCIA: UM ÓRGÃO DA POLÍCIA POLÍTICA.....	92
4.2 RLP DESCREVE O MONSTRO VERMELHO.....	97
4.3 PCB DEFINIDO POR LEI E POLÍCIA.....	114
4.4 COMUNISMO <i>VERSUS</i> DEMOCRACIA	122
4.5 A AMEAÇA COMUNISTA NO BRASIL	131
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
FONTES	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143

1 INTRODUÇÃO

A posição política e ideológica da revista Lei e Polícia (doravante indicada como RLP) foi analisada com base na seleção por nós efetuada dos artigos publicados por esse periódico relativos aos assuntos ligados essencialmente ao comunismo. Dessa forma, foram selecionados para essa análise em torno de 30 artigos que tratavam da temática anticomunista, buscando-se com isso apreender alguns elementos que davam forma à propaganda anticomunista, comuns em grande parte da história política brasileira, os quais demonizavam o comunismo nacional e o internacional.

De início, sublinhamos que durante o presente trabalho deparamo-nos com um conjunto imenso de fontes relacionadas à expressão *anticomunista* no Brasil. A multiplicidade desse material apresentava-nos um leque de possibilidades que aumentava à medida que eram aprofundados os estudos sobre o contexto histórico do Governo Dutra. Diante da grande riqueza de fontes (como outras revistas, jornais, livros, documentos diplomáticos), fizemos algumas opções, em que, sem deixar de atentar para todas essas possibilidades, privilegiamos a revista Lei e Polícia.

A RLP circulava com regularidade nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais. Também promoveu a difusão de cartazes, impressos, panfletos, livretos e folhetos anticomunistas, o que demonstra o seu engajamento na luta contra o comunismo.

Esta pesquisa se orientou sob a hipótese geral de que a RLP apoiou as ações contra os comunistas, difundindo uma opinião favorável à política de repressão ao comunismo no Brasil e produzindo artigos e interpretações capazes de induzir os leitores a acreditar que tais ações promoveriam e manteriam a democracia e a paz no país.

Como desdobramento da hipótese geral, inferimos que a RLP buscou, da mesma forma, demonizar o comunismo e positivar o capitalismo e as ações da polícia política no imaginário do leitor, à medida que pregava a falsa ilusão de garantias de democracia e de paz. A RLP era considerada pelo corpo editorial que a compunha como uma “revista técnico-científica de polícia”. Além disso, tinha grande apoio das classes liberais e conservadoras. Daí a importância de se investigar quem dava suporte a esse órgão, tanto em relação a conteúdo quanto aos recursos financeiros.

Além disso, o período da revista pode ser caracterizado por uma forte repressão ao comunismo. Houve então a retomada e até um considerável incremento na disseminação da propaganda anticomunista em livros, jornais, revistas, panfletos, folhetos, pôsteres, etc.

Deste modo, a RLP é uma importante fonte de informações, por estar inserida em um contexto político de manutenção e intensificação do combate ao comunismo e fortemente marcado pela intolerância política.

Ela se destaca por sua enorme riqueza ideológica, extremamente importante para se estudar a propaganda anticomunista desse período, à medida que coloca o comunismo no banco dos réus, como culpado por quase tudo de ruim que pudesse existir e responsável por qualquer crime que se cometesse contra a sociedade. Em paralelo, reserva ao capitalismo a condição de um sistema justo, democrático, vítima das ações antidemocráticas praticadas pelos regimes comunistas e por seus agentes espalhados pelo mundo.

Seu corpo editorial também assumiu deliberadamente que o principal alvo seria o “combate sistemático e desassombrado aos extremistas”, ou seja, aos comunistas. Tal afirmação pode ser comprovada mediante análise dos artigos publicados pelo periódico, os quais buscam manipular a opinião política e social dos leitores. Contudo, é preciso acrescentar que muitas atrocidades cometidas na União Soviética, sob Stalin, foram denunciadas por fugitivos do regime e isso foi um fator que se somou à luta contra o comunismo, o que tendeu a alimentar a ideologia anticomunista com os depoimentos desses indivíduos.

A pesquisa analisa a RLP enfocando especificamente duas de suas características: a sua condição de ser uma rica fonte de idéias anticomunistas - que ela difundiu amplamente, por meio de cartazes, panfletos, folhetos e de seus artigos - e o fato de que a ideologia anticomunista por ela disseminada se constituía como uma estratégia de formar a consciência social, fazendo a visão particular de uma classe aparecer como se fosse a perspectiva de todos, à exceção dos regimes comunistas e dos seus agentes. Assim, a revista tinha como objetivos manter coesas as estruturas da sociedade brasileira e legitimar o poder das elites locais, justamente no período em que os EUA, cada vez mais, se defrontavam com o fantasma comunista.

Por todas as razões citadas, essa fonte documental constitui-se em campo fecundo de investigação, em que se percebe um caminho a percorrer de inegável valor para uma pesquisa mais aprofundada sobre a intolerância política ao comunismo em uma face específica da imprensa brasileira – no presente estudo, a intolerância difundida essencialmente em alguns dos principais estados do Brasil durante o governo de Dutra. Cumpre lembrar que as publicações da RLP prosseguem regularmente até o ano de 1964, mas o nosso foco é o governo Dutra.

Nessa direção, nos capítulos primeiro e segundo, ao construirmos uma discussão acerca da “Perseguição ao Monstro Vermelho” e sobre a relação entre Imprensa e Ideologia.

Primeiramente, fizemos um levantamento bibliográfico, com a seleção prévia das obras consideradas relevantes para a compreensão do tema e para a realização do contraponto necessário entre os postulados porventura existentes.

Esse levantamento foi seletivo e cauteloso, tendo em vista a importância do estudo proposto, objetivando selecionar um material representativo dotado de diferentes pontos de vista teóricos e níveis de exposição.

Seqüencialmente, procedemos à leitura da bibliografia coletada, buscando elementos para compreender e aprofundar o tema, relacionando-o às hipóteses inicialmente levantadas e o problema proposto, para proceder-se à análise da pertinência desses dados com os objetivos do estudo.

Desse modo, no capítulo primeiro intitulado “A Perseguição ao Monstro Vermelho” tem como principal objetivo fornecer ao leitor informações gerais sobre o contexto histórico nacional e internacional do comunismo e do capitalismo do período em questão.

Inicia-se com a explanação de um contexto político mais amplo, preocupando-se em esclarecer a “perseguição ao Monstro Vermelho” com base na historicidade do comunismo no mundo e se afunila até chegar ao “Monstro Vermelho na Pátria Amarela”. Para a análise, considerou-se o contexto histórico-político brasileiro que envolve a entrada dos ideais do comunismo em nosso país, sua configuração partidária na fundação do PCB e a trajetória desse partido, permeada por momentos de legalidade e ilegalidade, de desenvolvimento e estagnação. Ainda, enfocou-se a adoção de posturas antidemocráticas pelo Governo Dutra. Durante todo o período eleitoral, Dutra pregou a liberdade política, por meio de romantizados discursos democráticos, mas, uma vez no poder, adotou severas e antidemocráticas medidas políticas em relação ao PCB e mesmo à conservadora UDN.

Em um segundo momento, sob o título “O monstro vermelho e o imperialismo *yankee* no mundo” abordamos a bipolaridade do pós-Segunda Guerra decorrente da emergência de duas superpotências caracterizadas por ideologias antagônicas: a União Soviética e os Estados Unidos da América.

Por fim, realiza esclarecimentos acerca da política e economia no governo Dutra, enfocando mais particularmente o campo administrativo e econômico, observando que sua administração foi responsável pelo aumento de uma grande crise cambial que refletiu diretamente na economia do país, logo, este governo tendeu a recorrer cada vez mais à abertura do país ao capital estrangeiro. Tal ação findou por justificar a perseguição ao comunismo por parte desse governo, à medida que afirmava a necessidade em demonstrar aos

investidores externos (estadunidenses) que no Brasil havia um clima econômico e, principalmente, político de tranqüilidade.

O segundo capítulo “Imprensa e à Ideologia”, destacamos os pressupostos teóricos e metodológicos escolhidos para o desenvolvimento da análise da fonte em questão. Assim, foi primordial para a investigação a preocupação com as formas como se configurou a propaganda - mais especificamente, a propaganda política e ideológica - ou seja: quais são essas formas; qual o tipo de linguagem que utilizam; quais seus principais elementos; quais suas técnicas; que formas ocultas possuem; como a propaganda está ligada à consciência popular e quais suas técnicas de persuasão.

Nessa perspectiva, procedemos à caracterização da imprensa segundo a teoria política e as peculiaridades da imprensa, mais particularmente, do gênero revista de informação e opinião. Com o propósito de situar a pesquisa no contexto político mundial e na conjuntura política brasileira, foi realizado um estudo sobre a ideologia anticomunista e a sua aplicação no Brasil.

A análise foi orientada pelas reflexões teóricas de Antônio Gramsci sobre a conquista e manutenção da hegemonia nas sociedades capitalistas, sobre as distinções que faz entre a sociedade civil e a sociedade política e sobre a identidade funcional entre os dois planos do Estado em sentido amplo. Levou-se em conta que Gramsci definiu a imprensa nas sociedades capitalistas como aparelho privado de hegemonia pertencente ao plano da sociedade civil, que funciona como um braço do Estado e age em consonância com projeto político que representa os interesses da classe dominante e dirigente, sob a direção do grupo no poder de Estado.

Levou-se igualmente em conta que, para Gramsci (1995), os órgãos de opinião da sociedade civil atuam na realização do conjunto de atividades teóricas e práticas através das quais uma classe ou aliança de classes assegura o seu poder conformando um conjunto de relações de produção e assegurando o consenso dos governados, tendo em mente a importância do texto e imagem como instrumento de comunicação de massa e transmissor de modos de ver.

Nesse capítulo também houve a busca pela interdisciplinaridade, conforme foram utilizadas as teorias de alguns autores que facilitaram o processo de análise da RLP no capítulo terceiro, como Gramsci, John B. Thompson, Nelson Jahr Garcia, J. M. Domenach, dentre outros – que se estenderam aos campos da história, ciência política, sociologia e lingüística.

O capítulo terceiro “A Revista Lei e polícia na Guerra Psicológica Contra o Monstro Vermelho” é o cerne de nossa pesquisa, pois nele se tratou das hipóteses desta pesquisa e foi

confirmada a sua justificativa. Também foi nele que o contexto histórico do capítulo primeiro e os pressupostos teóricos do capítulo segundo foram confrontados, seguindo-se os princípios metodológicos difundidos por E. P. Thompson (A miséria da teoria ou um planetário de erros).

Nele analisou-se o caráter liberal e conservador da RPL e, principalmente, a riqueza na sua distribuição textual e imagética na disseminação da propaganda anticomunista.

2 A PERSEGUIÇÃO AO MONSTRO VERMELHO

2.1 O MONSTRO VERMELHO NO MUNDO

O “Monstro Vermelho” é um codinome empregado neste trabalho para definir o imaginário anticomunista que cerca o comunismo no Brasil no período que delimitamos - de 1948 a 1950. Foi nesse período que começou a circular a RLP, que se empenhava na difusão da propaganda anticomunista nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais, além de grande parte de sua equipe ser responsável pela criação e distribuição de cartazes, panfletos, livretos, etc., alertando contra o “fantasma” da infiltração comunista no Brasil.

Afinal, o que vem a ser esse temido comunismo? O nome “Comunismo” e as expressões ligadas a ele adquirem significado no movimento oficial comunista que cresceu com a Revolução Russa de outubro de 1917 e a fundação da União Soviética e da Internacional Comunista¹.

A Revolução Russa é um dos principais marcos na história da sociedade humana do século XX. Sua importância deriva não somente de suas consequências políticas e econômicas, de alcance mundial, mas também de sua disposição de seduzir e cativar a imaginação das gerações seguintes, alimentando na classe trabalhadora, ao longo de vários anos, as esperanças e anseios por uma vida melhor.

Desse modo, a Revolução de Outubro gerou repercussões profundas e globais, ao produzir um dos maiores movimentos revolucionários organizados da história moderna. Para Lênin e seus companheiros, a Revolução de Outubro objetivou não somente proporcionar liberdade e socialismo à Rússia, mas ser a luz da revolução do proletariado em nível mundial².

Assim, a importância da Revolução Russa de 1917 vai além das mudanças que estavam se processando em um país praticamente semifeudal, estendendo-se para as suas implicações no campo ideológico da classe trabalhadora, que ganhou força para adentrar no centro das lutas políticas em diversos países do mundo.

A partir da ocorrência dessa revolução o mundo capitalista deixava transparecer que seu pesadelo agora poderia se tornar uma realidade. Via a possibilidade de que as profecias de Marx sobre a exaustão do capitalismo e sua superação pelo socialismo dentro das sociedades

¹ HOOK, 1964.

² HOBBSAWM, 1995.

capitalistas desenvolvidas se realizassem por meio da mobilização proletária, uma vez que esta se encontrasse amadurecida pelo próprio desenvolvimento das forças de produção. Esse medo se fortalecia cada vez que a idéia da revolução mundial pregada por Lênin era lembrada, pois “o Monstro Vermelho” ganhava vida e objetivava fazer discípulos por todo o mundo.

De modo geral, a Revolução Russa, juntamente com seu ideal de expansão do comunismo mundial, dividiu opiniões em todo o planeta. Se por um lado conquistou defensores e militantes, que acreditavam na capacidade comunista de criar um mundo mais humanitário e menos desigual e lutavam por isso, por outro gerou grandes inimigos, que viam em tal ideologia o veneno capaz de contagiar muitas sociedades capitalistas e até levá-las ao caos total. Logo, o perigo deveria ser evitado e combatido e por isso a luta por eliminá-lo não tardou. Os adversários da ideologia comunista passaram a combater o “veneno” com o antídoto da violência econômica, política, física e cultural, que se configurou na criação de uma ideologia anticomunista, variável de acordo com a região e outras circunstâncias.

Essa ideologia anticomunista sofreu mutações de acordo com os diferentes contextos socioculturais e políticos, além de ter sido expressa pelos mais variados meios possíveis (imagens, palavras, música, etc.), manifestando-se na cultura e no imaginário popular. Seus articuladores (elite política e militar) dedicaram grande empenho à conquista de adeptos para sua causa.

De acordo com Sousa³, a luta contra o comunismo foi se desenrolando ao longo do tempo de formas e por motivos diversos. A primeira característica é que a principal oposição se concentra no campo capitalista e tem por base a aversão ao comunismo e a defesa da economia de mercado.

Outro “motivo” de combate ao comunismo girou em torno da idéia de que seria através do combate à miséria que o comunismo seria vencido, por este ser fruto daquela e, paralelamente, esta miséria fomentar revoluções. Não obstante, Sousa ressalva que na história do comunismo internacional “seu domínio veio a ocorrer freqüentes vezes em regiões desenvolvidas, não devendo esquecer-se ademais o fato de que suas fileiras sempre contaram com grande número de líderes e mentores intelectuais endinheirados”⁴.

Também a idéia de um jogo político estruturado sobre os princípios da liberal-democracia foi concebida como o “melhor antídoto” ao comunismo. Além disso, os anticomunistas pregavam o pluralismo em oposição ao comunismo, estigmatizando este último

³ SOUSA, 1998.

⁴ Ibid., p. 24.

como fascista ou nazista; e é a partir de tais idéias anticomunistas que se cria um imaginário em que o comunismo passa a ser visto como "intrinsecamente mau". Ele é assim tido "porque é próprio do comunismo subverter o fundo do ser humano e de toda a ordem criada, constituindo, na verdade, verdadeira rebelião do homem contra Deus"⁵.

Assim, uma concepção importante é a de que:

Esta razão maior da luta contra o comunismo torna falsos ou ilusórios os anticomunismos que a desprezam. Falsos o anticomunismo fascista, o nazista, o social-democrata, etc, porque buscam essas ideologias assegurar, cada qual a seu modo, a própria via de manipulação total da vida humana. Ilusórios os anticomunismos de individualistas, hedonistas, libertários, etc, porque perseguem um egocentrismo vital⁶.

Em suma, o anticomunismo consistiu em um conjunto de idéias, correntes e tendências intelectuais vistas por muitos autores como antagônicas e excludentes entre si, as quais, mesmo se distinguindo nos motivos, possuem em comum a negação dos princípios e idéias do comunismo e a aversão a todo governo ou organização que dê apoio prático ou teórico a essa ideologia. É preciso alertar para o fato de que a luta desenfreada de combate ao comunismo que permeou o século XX tem como pano de fundo a busca por impor outras ideologias, as quais deveriam exercer influência sobre a grande massa. Isso é o que se dava no mundo, merecendo aqui destaque o Brasil, que é nosso foco de estudo.

Dessa forma, na cultura popular brasileira o imaginário anticomunista fez parte de um processo social e cultural pelo qual as pessoas (individualmente e/ou coletivamente) criaram suas representações e práticas de aversão ao comunismo ligadas principalmente a partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O motivo disso é que o PCB tem uma história intimamente ligada ao ideário comunista-bolchevista, embora isso não signifique que ele seja uma cópia desse ideário, pois foi moldado de acordo com o contexto histórico, econômico, político e cultural brasileiro.

Antes de falar em anticomunismo no Brasil, é importante atentar para o fato de que, quando ocorreu a Revolução de Outubro, no ano de 1917, as autoridades oligárquicas brasileiras já assistiam ao auge das lutas grevistas no Brasil, desde o mês de fevereiro⁷.

Para Bandeira, no Brasil, a idéia de organizar um partido proletário empolgou muitos militantes de vanguarda a partir da Revolução Russa, embora esses militantes não tivessem em mente entrar no jogo político das classes dominantes, como o das eleições. Eles

⁵ SOUSA, 1998, p. 25.

⁶ Ibid., p. 25.

⁷ BANDEIRA, 2004, p. 69

compreendiam a necessidade de congregar e organizar os esforços revolucionários para outra investida contra o Estado burguês, com o objetivo de preparar a insurreição⁸. Nesse sentido, foi se gestando a idéia da criação de um partido que representasse os anseios da classe operária, que se consubstanciou em 1922 com a emergência do Partido Comunista do Brasil, tornando real o medo do Monstro Vermelho na Pátria Verde Amarela.

2.2 O “MONSTRO VERMELHO” NA PÁTRIA VERDE-AMARELA

A idéia de criação de um partido que representasse os anseios da classe operária foi ganhando vulto porque, apesar das greves e manifestações, o movimento operário brasileiro ainda não estava organizado em partidos de alcance nacional, sendo quase todos eles organizações locais e de vida efêmera, e assim não possibilitavam aos trabalhadores obter conquistas duradouras. Conscientes dessa realidade, em 1922 Astrogildo Pereira e mais 11 militantes fundaram o Partido Comunista Brasileiro, sob a influência da Revolução Russa e da Internacional Comunista, criada em 1919. Ao longo de sua existência, o PCB passou por momentos de legitimidade e ilegitimidade política, ora mais ora menos perseguido por líderes ligados estreitamente aos princípios capitalistas.

Nesse sentido, em 1922⁹ é oficializado o Partido Comunista Brasileiro. A partir dessa data, a história do PCB esteve permeada por períodos de legalidade e ilegalidade, sendo em grande parte assombrado pelo anticomunismo consubstanciado nos campos político, ideológico e cultural¹⁰.

De 1930 a 1942 o PCB passou por avanços e derrotas. Os 15 anos que vão de 1930 a 1945 compreendem duas etapas da trajetória do Partido: a de 1930 até 1935, permeada de fluxos de crescimento (principalmente no campo editorial); e a de 1935 a 1945, de refluxo. Ambas as fases são inteligíveis no contexto das mudanças que a sociedade brasileira vivia com a Revolução de 1930, que colocou fim à Primeira República e abriu o período varguista.

⁸ Ibid., p. 380-381.

⁹ Momento de crescimento da classe operária fabril, com a presença da herança de cunho anarcossindicalista; da influência das idéias e ações que fundamentaram a Revolução Russa de 1917, e da existência de uma perspectiva revolucionária de longa duração no que tange aos trabalhadores (rurais e urbanos) ao longo da história do Brasil (como também na história de diversos países do mundo).

¹⁰ Por exemplo, em 1923 o Partido teve seus arquivos e imprensa apreendidos pela polícia do Rio de Janeiro; em janeiro de 1924 criou a Juventude Comunista; foi posto na ilegalidade de 5 de julho de 1924 a 31 de dezembro de 1926 (estado de sítio); realizou em 1925 o II Congresso Partidário (16 a 18 de maio).

Na primeira etapa (1930-1935) o PCB recebeu forte influência da Internacional Comunista¹¹. Nesse período acolheu Luís Carlos Prestes como um de seus principais representantes. Mesmo sem um programa definido no processo que derrocou a república oligárquica, o PCB se colocou como uma força política importante neste novo quadro da história brasileira, fazendo frente aos movimentos integralistas, principalmente com a criação, no ano de 1935, da Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹².

Não obstante, nessa primeira etapa o campo ideológico do PCB e dos comunistas sofria as conseqüências da tragédia de 1935¹³ (há um debate quente em que se afirma haver sido essa insurreição criada como parte da estratégia getulista para ascender ao poder). Considerando-se a decisão de levar adiante a insurreição de 1935, é importante destacar que “a decisão insurrecional de 1935 se demonstrou um erro funesto. A derrota dos movimentos armados de Natal, Recife e Rio de Janeiro aplainou o caminho para o golpe de Estado de novembro de 1937, em preparação por Vargas e pelo general Góes Monteiro”¹⁴.

Destarte, verifica-se que tais decisões tomadas pelo PCB terminaram por fomentar medidas governamentais que o levaram, juntamente com a ANL, à ilegalidade e, conseqüentemente, a um período de forte repressão em toda a sua esfera de ação, que se estendeu até a década de 1940. Dessa forma, a repressão política que caiu sobre os comunistas depois do fracasso da insurreição de 1935 pôs fim também a um período de efervescência editorial dos comunistas¹⁵.

¹¹ É importante também salientar a posição do PCB em relação à política soviética desse período. Assim, segundo Almeida (2003), a partir dos anos 1930, o PCB foi profundamente influenciado pela cultura stalinista que se estendeu, em maior ou menor escala, por praticamente todas as organizações atreladas a Terceira Internacional. Além disso, é importante considerar também, ainda de acordo com esse autor, o impacto causado no seio do partido pela entrada de amplos contingentes vindos do tenentismo de esquerda (o próprio Luís Carlos Prestes).

¹² A Aliança Nacional Libertadora (ANL) consistiu em um movimento basicamente urbano que não foi capaz de integrar em suas fileiras os trabalhadores e os pequenos e médios proprietários rurais, já que 70% de seus militantes eram originários das classes médias. Foi colocada na ilegalidade, em 11 de julho de 1935 (FREITAS, 1998).

¹³ O levante militar de 23 de novembro de 1935, desencadeado pela ANL, consistiu em uma equivocada atitude deslocada do movimento de massas, que logo foi sufocado pelo Governo, refletindo a incapacidade da ANL em aglutinar distintas classes e setores de classe que lutavam contra o fascismo no Brasil (FREITAS, 1998).

¹⁴ GORENDER, 1987, p. 249.

¹⁵ “Se na primeira metade da década de 30 o partido, por meio de cursos e manuais de vulgarização, tentava enquadrar a cultura oral dos militantes nos limites da ortodoxia, o movimento comunista conheceu, na mesma época, um surto na divulgação impressa de idéias de vários autores marxistas. Em contraste com a cultura formal imposta pelos teóricos do marxismo-leninismo, proliferavam nas livrarias brasileiras, com liberdade incomum até então, as mais diversas interpretações das teses revolucionárias. Nesse período, a produção editorial superou a fase artesanal e voluntarista e, com certo arrojo, publicou obras marxistas de variadas tendências. O leitor, que antes somente conhecia a literatura revolucionária na língua francesa ou espanhola, agora podia ler, em português, obras de Marx, Engels, Lênin, Stálin, Bukharin, Plekanov, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Max Beer, Riazonov, Radek, Jonh Reed, entre outros” (FERREIRA, 2002, p. 102-103).

A partir de então, abateram-se sobre o país muitas ações repressivas, atingindo a esfera democrática, sobretudo o PCB, que, até inícios dos anos quarenta, passou os seus dias na clandestinidade, assombrado por prisões sucessivas de seu núcleo dirigente.

Para Rodrigo Patto Sá Motta, já com a Revolução de 1930 o mapa político, através do movimento “revolucionário” comandado por Getúlio Vargas, contribuiu para que o comunismo passasse a ser interpretado como um perigo interno, objeto de incessantes cuidados por parte das autoridades responsáveis pela sustentação da ordem¹⁶.

De modo geral, percebemos que nessa primeira etapa o PCB conseguiu avançar consideravelmente na cena política brasileira, sendo esse período permeado pelo fluxo de suas idéias (imprensa) e ações; contudo, após a insurreição de 1935, sua vida política passou a ser, caracteristicamente, de refluxo (1935 a 1945).

Eliezer Pacheco¹⁷ aponta que, com o golpe de Estado de Getúlio Vargas e o início do Estado Novo,¹⁸ o PCB passa a ser cada vez mais duramente reprimido, principalmente porque entre os fatores que precipitaram o golpe de Estado de Getúlio se enquadrava o medo da burguesia brasileira diante do crescimento do movimento operário e popular, medo que a levou a buscar e apoiar um regime político forte e capaz de eliminar da cena política tais agitações. Com isso, em meio à soma dessa perspectiva com outros fatores, o trabalho de Getúlio e do novo regime (no qual a Constituição era claramente inspirada nos regimes totalitários) se deu no sentido de eliminar inteiramente as liberdades democráticas e a autonomia dos Estados (estes passaram a ser conduzidos por interventores escolhidos pelo ditador), além de colocar todo o sindicalismo sob a tutela do Estado.

A situação do PCB nesse contexto histórico vai se tornando cada vez mais crítica:

O PCB é praticamente destruído pela repressão feroz desencadeada, restando poucos militantes isolados e temerosos de se rearticularem. Se após 1935 a repressão já fora extremamente violenta, depois de 1937 ela se institucionaliza e aperfeiçoa, tornando-se constante, sistemática e extremamente cruel. [...] A brutalidade policial durante o Estado Novo, especialmente a dos comandados de Filinto Muller, a delação oficializada e remunerada atingiu proporções nunca vistas, criando um clima de intranqüilidade generalizada. [...] Do Partido Comunista apenas o Socorro Vermelho continuou a funcionar, recolhendo dinheiro de simpatizantes para auxiliar

¹⁶ MOTTA, 2002, p. 08.

¹⁷ PACHECO, 1984.

¹⁸ O período autoritário, que ficou conhecido como Estado Novo, iniciou-se no dia 10 de novembro de 1937, com um golpe chefiado pelo próprio presidente Getúlio Vargas com o respaldo do general Góes Monteiro. Para que tal golpe fosse possível, foi necessário eliminar as resistências presentes nos meios civis e militares e construir um núcleo coeso em volta da idéia da continuidade de Vargas no poder. Esse processo se desenrolou ao longo dos anos de 1936 e 1937, fomentado pelo combate ao comunismo e por uma campanha pela neutralização do então governador gaúcho Flores da Cunha, considerado, por seu poder político e militar, uma barreira ao continuísmo de Vargas e à consolidação de um Exército forte, unificado e impermeável à política (BRAGA, 2001).

a subsistência das famílias de presos e exilados. De vida orgânica partidária praticamente nada mais existia e, somente após algum tempo, os comunistas dispersos começam a se reorganizar, embora de forma isolada, pois era impossível o contato entre os diferentes grupos em formação¹⁹.

Não obstante, por volta de 1940 já havia uma forte agitação de estudantes no Estado da Bahia - nas palavras do brasileiro John W. F. Dulles, “a força dos comunistas entre os estudantes organizados da Bahia em 1940 é indiscutível²⁰. Nesse caminho, entre 1941 e 1942 alguns grupos comunistas começaram a se rearticular a partir desse estado, reorganizando o Comitê Regional da Bahia, e pouco mais tarde, o do Rio de Janeiro. O Comitê Regional da Bahia era o único grupo no Brasil a ser reconhecido pela Internacional Comunista²¹.

A partir de 1942, ano em que o Brasil entra em guerra ao lado dos Aliados, o PCB dá início ao seu reaparecimento no cenário político nacional, em um contexto que, de forma crescente, passou a ser caracterizado por reivindicações trabalhistas e luta pelas liberdades democráticas.

Em tal contexto, o PCB se reorganizou e voltou a atuar na vida política brasileira, tendo como baliza desta reorganização a realização da “2ª Conferência Nacional do PCB, conhecida como a Conferência da Mantiqueira em 27 de agosto de 1943” (CHILCOTE, 1982P. 89), que confirmou a postura da até então designada *Comissão Nacional de Organização Provisória* (CNOP)²².

Segundo Del Roio, em 1943 houve uma reorganização do PCB, a qual vinha sendo gestada pelos comunistas a partir de 1937, à medida que estes reduziram a noção de revolução burguesa à simples industrialização, concebendo então a burguesia como:

“[...] força motriz essencial da revolução brasileira [...]. Assim, embora o PCB houvesse sido praticamente destruído pela repressão estadonovista, a *refundação* de 1943 teve o significado de consolidação dessa cultura política da esquerda brasileira e de sua respectiva revolução”²³.

Nesse período, é perceptível que as lideranças do PCB começam a mesclar a idéia da revolução, ora antecipada, ora acomodada aos interesses “democráticos” da mesma burguesia contra a qual o PCB sempre lutara, crendo que tal idéia precipitaria a “revolução”. Assim, segundo Gildo Marçal Brandão, “mesmo que a influência intelectual do marxismo,

¹⁹ PACHECO, 1984, p. 178.

²⁰ DULLES, 1985, p. 224.

²¹ PACHECO, op.cit.

²² A Comissão Nacional de Organização Provisória era Integrada por comunistas novos e antigos do Rio de Janeiro (CHILCOTE, 1984).

²³ DEL ROIO, 2003, p. 84.

galvanizado internamente pela formulação ideológica aliancista, se exerça no país desde a década de 30, é apenas a partir de 1945 que o PC pesa na vida política, e é então que ele começa a existir como partido”²⁴.

À parte os termos “refundação” ou “reorganização”, o que mais importa é termos a idéia de que a partir de 1943 o PCB começa a buscar forças a fim de se reerguer e voltar à cena política brasileira, após um longo período sob perseguição, prisão e até mesmo morte de alguns de seus membros. Com tal objetivo, até ser posto na clandestinidade (1947) terminou por tomar uma posição mais conservadora, demonstrando interesse na cooperação entre as classes trabalhadoras e a burguesia e chegando a “estimular o aumento da produtividade para propiciar as condições para a concorrência das empresas nacionais com estrangeiras”²⁵.

A partir de 1943 novos rumos foram sendo gestados no centro do PCB. Na conjuntura nacional as mudanças se deveram ao apoio governamental à luta contra o fascismo, e na internacional, à derrota imposta ao fascismo pela URSS em Stalingrado. Esses fatos beneficiaram a ação dos democratas brasileiros no início da década de 1940, e, como força inserida no palco da democracia, os comunistas tiveram então a chance de atuar em tal cenário. Ainda no processo de recuperação de suas perdas orgânicas dos anos anteriores, o PCB²⁶ se reestrutura com a célebre Conferência da Mantiqueira.

Nessa conferência foi aprovado um relatório que apresentava a guerra como de "libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo fascismo", pregando o que intitulava de "reviravolta" na direção da política externa brasileira a partir de 1942, "sob a poderosa pressão das massas". Nesse evento foi adotado um posicionamento partidário de união nacional em torno do governo na luta contra o nazifascismo, enquanto, paralelamente, o PCB pregava a luta pela libertação dos presos políticos²⁷.

Percebe-se que tal postura contra o fascismo vem a reafirmar uma nova posição do PCB em prol do governo getulista, posição que constituía ao mesmo tempo uma tática para conseguir assentar novamente suas bases políticas. Prova disso é que o Partido, gradativamente, foi conquistando espaço na vida política, e, quando da redemocratização, cujo marco é 1945, tornou-se um partido nacional de massas (200.000 filiados em 1947), conseguindo plena legalidade e constituindo expressiva bancada parlamentar.

²⁴ BRANDÃO, 1997, p. 89.

²⁵ MUNHOZ, 2006.

²⁶ O PCB defendeu a entrada do Brasil na Guerra contra o nazi-facismo, além de orientar seus militantes a se integrar na FEB, com isso, muitos deles voltaram do campo de batalha reconhecidos oficialmente como heróis.

²⁷ DULLES, 1985.

É importante notar que várias ações foram promovidas pelos dirigentes com vista à reconstrução do PCB, mesmo que contrárias àquilo que o Partido sempre pregara. Assim, na Conferência da Mantiqueira foram evidentes algumas queixas por parte de vários comunistas, marcadas pelo repúdio às decisões de apoiar Vargas de forma absoluta, além de acusações à CNOP e ao Comitê Nacional (criado na Conferência da Mantiqueira) de serem inspirados pelo governo²⁸.

Além disso, muitos comunistas acreditavam que os "homens da Mantiqueira" não eram representantes autênticos do Partido. Essa guinada no ideal do PCB contrariou também a ala estudantil do Partido, e grande parte dos estudantes que eram contrários ao governo Vargas terminaram por abandonar a CNOP, enfraquecendo a ala comunista da União Nacional dos Estudantes (UNE)²⁹.

Durante o pós-Segunda Guerra, as ações de Getúlio Vargas foram centradas na abertura econômica e política. No âmbito econômico essa abertura se deu principalmente em prol dos Estados Unidos, buscando atrair investimentos externos com o propósito de alavancar o processo de industrialização. Em relação à abertura política, essa medida suscitou nos políticos de oposição a suspeita de que ele tinha em mente permanecer no poder, principalmente quando flexibilizava a política interna em relação aos outros partidos, dentre eles os de esquerda, legalizando-os.

Nessa direção,

No início de 1945, foi abolida a censura à imprensa e reduzida a repressão à oposição. Em abril, foi promulgada a anistia aos presos políticos, que desde então em liberdade, tiveram um importante papel no processo de redemocratização do país. Nesse mesmo mês, o Partido Comunista iniciou os trabalhos para a sua legalização, o que veio a ser confirmado com o seu registro em 10 de novembro. Em maio, definiu-se para 02 de dezembro a realização de eleições para a presidência da República e para o Congresso. Contudo, havia suspeitas de que Vargas pudesse estar tramando alguma forma de continuísmo. [...] Nessa conjuntura, a oposição liberal pôs de lado as bandeiras vinculadas às reformas sociais. Vargas, aproveitando-se da sua popularidade e do seu carisma, apossou-se dessas bandeiras e estimulou a mobilização popular em torno delas. Assim, o ditador procurou manter o movimento popular sob o seu controle e fortalecer a sua base de sustentação política. [...] No entanto, a oposição via nessa postura uma estratégia de postergar as eleições objetivando manter a continuidade de Vargas no poder. [...] Com o crescimento do movimento, os EUA começaram a temer a perspectiva de permanência de Vargas no poder. Receavam a esquerdização do regime, em decorrência de possíveis aproximações com os comunistas³⁰.

²⁸ DULLES, 1985.

²⁹ Ibid., 1985.

³⁰ MUNHOZ, 2002, p. 46-47.

Nesse momento o Brasil estava envolto em uma atmosfera de euforia democrática. A antiga estrutura política repressiva do Estado Novo desmoronava. A organização partidária começava a tomar forma, tudo a caminho de uma possível democratização. Em março e abril começam a se constituir os partidos, e surgem o Partido Trabalhista Brasileiro, a União Democrática Nacional, o Partido Social Democrático, o Partido Republicano e o Partido Liberal.

Além disso, a campanha *queremista*³¹ se estendia pelas ruas, juntamente com os trabalhistas, que nomearam Getúlio como seu presidente de honra, movimentando grandes massas a fim de que Getúlio continuasse no poder³². Em meio a esse contexto político, o PCB mantinha e até fortalecia seu apoio a Vargas³³, paralelamente voltado ao seu crescimento e à luta por sua legalização³⁴.

O respaldo da grande massa e de diversos partidos ligados à classe trabalhadora, principalmente do PCB, contribuiu para que os militares e a ala mais liberal da política brasileira, temerosos, apoiassem a eleição de Dutra à presidência, além de pressionarem os políticos ao redor a lutarem pela queda do Presidente Vargas.

A deposição de Vargas ocorreu em 25 de outubro de 1945, fomentada por militares conservadores liderados por generais que compunham seu próprio ministério, ligados a União Democrática Nacional³⁵. O poder provisório foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que ficou encarregado de garantir as eleições gerais, marcadas para o dia 2 de dezembro de 1945.

³¹ De acordo com Luciano Martins (2001), desde março de 1945, começou uma mobilização de massas em apoio a Vargas, dentre essa os comunistas. Nesse contexto, Prestes ao sair da prisão passa a pregar a "Constituinte com Getúlio". Para surpresa da oposição, e receio dos partidários de Dutra, a popularidade de Vargas aumentou logo em seguida. Vargas realizou comícios que aglomeraram mais de cem mil pessoas, como se ele fosse o verdadeiro candidato. O movimento "queremista" (de "Queremos Getúlio!") se expandiu pelo Brasil e mostrou sua força política na realização de sucessivas manifestações de rua.

³² MORAES; VIANA, 1982.

³³ "O partido crescia e ampliava sua influência junto às massas trabalhadoras, entre as quais Getúlio era uma figura de prestígio. O acordo PCB-Getúlio começou a se cristalizar em julho. Em outubro Prestes compareceu ao grande comício no estádio do Pacaembu, em São Paulo. Foi um espetáculo impressionante. O estádio estava literalmente lotado, com os comunistas exibindo bandeiras vermelhas, grandes retratos de Luís Carlos Prestes e Getúlio, bandeiras do Brasil e das Nações Unidas e cartazes lembrando feitos dos pracinhas da FEB" (MORAES e VIANA, 1982, p. 107).

³⁴ "O PCB só fazia crescer. Em abril de 45, tornou-se público o Movimento Unificado dos Trabalhadores, com duplo objetivo de apoiar o ditador e trabalhar pela legalização do partido" (PRESTES apud MORAES; VIANA, 1982, p. 106).

³⁵ A "UDN foi um partido político brasileiro fundado em 7 de abril de 1945, frontalmente opositor às políticas e à figura de Getúlio Vargas e de orientação liberal". Disponível em:

<<http://www.ficharionline.com/ExibeConteudo.php5?idconteudo=5730>>. Acesso em: 10 ago. 2008.

Na legalidade desde outubro de 1945, o PCB iniciou uma campanha eleitoral ativa, lançando Yeddo Fiuza³⁶ como candidato à Presidência da República. Nessas eleições, o PCB conquistou grande destaque, por meio de uma ampla e forte campanha para eleger seus representantes no Congresso. Desse modo, o Partido teve grande sucesso no resultado das eleições, pois:

[...] recebeu 9% do total de votos e elegeu quatorze deputados e um senador. Além disso, com o sistema eleitoral de representação proporcional, o PCB elegeu 109 suplentes de deputados. Prestes concorreu ao cargo em muitos estados e foi eleito senador pelo Distrito Federal e deputado em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal; optou pelo posto de senador. Dutra recebeu 55% dos votos para a presidência, Gomes recebeu 35% e Fiuza, 10% (569.818 votos); mas o PCB recebeu a maioria dos votos partidários nas cidades industriais e capitais dos estados, como São Paulo, Santos, Campinas, Sorocaba, Recife, Olinda, Natal e Aracaju. Os resultados representaram um súbito e dramático crescimento da influência do PCB desde a década de 1930, um reflexo parcial da mudança no cenário nacional que existira sob Vargas e na situação internacional, em que nações capitalistas e socialistas haviam se unido para derrotar o nazismo alemão³⁷.

Além disso, Luis Carlos Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal, deputado por Pernambuco, Rio Grande do Sul e também pelo Distrito Federal, e suplente no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia³⁸.

Realizadas as eleições, Dutra sai vitorioso e toma posse em 31 de janeiro de 1946. Nesse momento, assim como nos anteriores, eram grandes as expectativas de democratização do país por parte da população brasileira. Assim, em teoria, o Brasil estava passando por uma fase de democratização, demonstrada no processo eleitoral que levou Dutra ao poder. Nesse ano também o PCB ganha força e se alastra cada vez mais para vários setores da vida política e social do país.

Em 1947, entre os acontecimentos políticos mais marcantes se destacam as eleições realizadas em dezenove de janeiro³⁹. O resultado do pleito demonstra o grau de receptividade do Partido Comunista na cena política brasileira, merecendo destaque os resultados conseguidos pelos comunistas em algumas das cidades mais importantes do Brasil, à medida que elegeram “na legenda do PSB, dois novos deputados federais nas eleições complementares de São Paulo, 46 representantes para as assembleias legislativas estaduais e

³⁶ Yeddo Fiuza era engenheiro, ex-prefeito de Petrópolis e ex-diretor do Departamento de Águas da Prefeitura do Rio de Janeiro. De acordo com Prestes, Fiuza não era um comunista. A estratégia de lançar Fiuza como candidato à Presidência tinha como pano de fundo a possibilidade de “evitarem queimar desnecessariamente o nome do seu líder, Luis Carlos Prestes, que optou por uma legenda ao Senado, concorrendo também a deputado por vários Estados, como permitia a legislação eleitoral” (MORAES; VIANA, 1982, p. 102).

³⁷ CHILCOTE, 1982, p. 97.

³⁸ MORAES; VIANA, 1982.

³⁹ Eleições para governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores.

18 dos 50 vereadores do Distrito Federal”⁴⁰. Além disso, o PCB fez acordos eleitorais com outros políticos que foram eleitos, como Ademar de Barros (SP), Agamenon Magalhães, Barbosa Lima Sobrinho (PE) e Milton Campos (MG).

Não obstante, desde o início do governo de Dutra houve um retrocesso democrático, marcado pela intensificação da repressão aos movimentos sociais e às organizações políticas de esquerda, mesmo porque o Presidente não era um democrata, e sim, possuía uma carreira militar e um perfil conservador, de direita⁴¹. Além disso, toda essa representatividade do PCB na cena política e junto às massas, girando em torno de 150 mil filiados ou mais (desde 1946), incomodava fortemente o governo Dutra e toda a rede política e militar que o apoiava, principalmente a hierarquia militar ligada a esse governo. Nesse contexto, em questão de poucos meses o PCB começa a ser podado, até ser violentamente lançado na ilegalidade.

Antes de adentrar mais profundamente na questão da repressão ao PCB, é importante termos em mente que a candidatura do General Dutra fora alicerçada por promessas e compromissos ligados à restauração do Estado de direito democrático no Brasil, por meio de anistia, eleições diretas através do voto secreto e universal, promessas de liberdade a posicionamentos políticos dos mais diversos matizes, [...] “acenando com a conveniência da reintegração de líderes de todas as tendências ideológicas no novo quadro político brasileiro a se formar [...]”⁴².

Dentre as diversas promessas relativas ao campo político feitas pelo candidato Dutra, a que mais chama a atenção está em uma carta destinada ao comandante Átila Soares, que defendia abertamente a volta do Partido Comunista Brasileiro à legalidade⁴³.

Contudo, mediante essa romântica promessa política, a observação de suas ações políticas já no primeiro ano de governo permite constatar o lado verdadeiro de sua posição anti-grevista e anticomunista. É possível que tal carta tivesse por objetivo conquistar o respaldo das lideranças, militantes e simpatizantes ligados às diferentes facções políticas

⁴⁰ MALIM, 2001, p. 1952.

⁴¹ MUNHOZ, 2002.

⁴² VALE, 1948, p. 68-69.

⁴³ “Ao lado desses compromissos de honra, de consciência e de princípios, bem compreendo que no mundo inteiro, ao impulso dos sofrimentos espalhados pela guerra, dos sacrifícios vividos pelos combatentes, e à luz de novos elementos em jogo dos problemas humanos, uma reforma geral se anuncia no campo da organização social e política dos povos. [...] Diante de tais fatos, a minha posição presentemente, em favor do comunismo, posso manifestar ao ilustre amigo, com absoluta franqueza e sinceridade, é a única que julgo lícita a qualquer homem com responsabilidade na vida pública nacional: reconheço-lhe o pleno direito de existência legal. [...] Que organize, que viva como qualquer outro partido, disputando eleitoralmente a sua supremacia, e procure, por meio de seus representantes, influir na vida administrativa e política do país. Este ponto de vista em que me coloco, e que defenderei enquanto os comunistas mantiverem, entre nós, a linha de conduta que hoje assumem, de renunciar aos processos violentos e de acatamento às autoridades constituídas (CARTA DE EURICO GASPARETTO DUTRA AO COMANDANTE ÁTILA SOARES, 17 DE ABRIL DE 1945, apud VALE, 1978, p. 72).

existentes na sociedade brasileira, principalmente o daqueles agrupamentos vinculados ao ideário comunista.

O autoritarismo desse governo pode ser evidenciado desde março de 1946, quando Dutra promulga o Decreto-Lei n.º 9.070, na busca por limitar e até mesmo extinguir o direito de greve em razão de estas estarem ocorrendo nesse início de ano. Dentre os artigos do Decreto, os que mais chamam atenção são os seguintes:

Art. 1º Os dissídios coletivos, oriundos das relações entre empregadores e empregados, serão obrigatoriamente submetidos à conciliação prévia, ou à decisão da Justiça do Trabalho.

Art. 2º A cessação coletiva do trabalho por parte de empregados somente será permitida, observadas as normas prescritas nesta lei.

§ 1º Cessação coletiva do trabalho é a deliberada pela totalidade ou pela maioria dos trabalhadores de uma ou de várias empresas, acarretando a paralisação de todas ou de algumas das respectivas atividades.

§ 2º As manifestações ou atos de solidariedade ou protesto, que importem em cessação coletiva do trabalho ou diminuição sensível e injustificada de seu ritmo, ficam sujeitos ao disposto nesta lei.

Art. 15. Nos processos referentes aos crimes contra a organização do trabalho:

I – caberá prisão preventiva;

II – não haverá fiança, nem suspensão da execução da pena;

III – os recursos não terão efeito suspensivo.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário⁴⁴.

Também foi marcante, nesse governo, a formação, em 1946, da Assembléia Constituinte responsável por elaborar outra constituição para o Brasil. A nova constituição foi aprovada em 18 de setembro de 1946 e contemplou idéias marcantes no campo político. Ela abrangeu questões importantes para o destino da política brasileira, principalmente no que tange à instituição dos partidos nacionais, pregando a “liberdade” de concorrerem no campo eleitoral, tanto no nível da União como no dos estados e municípios. Não obstante, essa “liberdade” apresentava “ressalvas”:

Art 119 - A lei regulará a competência dos Juizes e Tribunais Eleitorais. Entre as atribuições da Justiça Eleitoral, inclui-se:

I - o registro e a cassação de registro dos Partidos Políticos;

II - a divisão eleitoral do País;

III - o alistamento eleitoral;

IV - a fixação da data das eleições, quando não determinada por disposição constitucional ou legal;

V - o processo eleitoral, a apuração das eleições e a expedição de diploma aos eleitos;

VI - o conhecimento e a decisão das arguições de inelegibilidade;

⁴⁴ DECRETO-LEI Nº 9.070, 1946.

VII - o processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, e bem assim o de *habeas corpus* e mandado de segurança em matéria eleitoral;

VIII - o conhecimento de reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos Partidos Políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos.

Art 120 - São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrários a esta Constituição e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança, das quais caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Art 121 - Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral quando:

I - forem proferidas contra expressa disposição de lei;

II - ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais;

III - versarem sobre expedição de diploma nas eleições federais e estaduais;

IV - denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança⁴⁵.

Aqui temos um exemplo de governo embasado na política de “redemocratização” que inseriu algumas questões contrárias a tais princípios, principalmente quando são observados determinados parágrafos dessa Constituição, como a abertura à possibilidade da cassação do registro de partidos que fossem considerados antidemocráticos por juízes e tribunais (que eram nomeados sem concurso público), considerando-se que, para a mentalidade do período (principalmente da elite dirigente), qualquer partido de matriz marxista era estereotipado como antidemocrático⁴⁶.

As ações políticas repressivas do governo Dutra em 1946 não pararam nesse decreto-lei: em maio de 1946, uma manifestação organizada pelo PCB no Largo da Carioca (RJ) foi rigorosamente reprimida, através de ações policiais que resultaram em “uma morte (Zélia Magalhães), dezenas de feridos e cinquenta prisões”. Nesse mesmo mês, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), instituído em abril de 1945, passou por constante repressão desde o início desse governo; repressão que atingiu seu auge com a proibição de funcionamento do Movimento em maio de 1946, quando foi determinada a intervenção em entidades vinculadas a ele e a suspensão de suas eleições sindicais⁴⁷.

⁴⁵ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946.

⁴⁶ Digo isto em virtude da análise da obra “A Doutrina Comunista” de Cel. Lessa Bastos (1946), que circulou nesse período que comporta as seguintes afirmações: Democracia e ditadura são palavras inconciliáveis, antinômicas. Quem diz *democracia*, diz liberdade e *ditadura* é sinônimo de opressão, seja apenas moral ou também material. [...] Não obstante, porém, essa evidente antinomia, na introdução da edição portuguesa de “*Dois Táticas*”, de Lenine, lê-se: “*a ditadura democrática* do proletariado e dos camponeses prepararia o terreno para a ditadura socialista do proletariado”. Ora, não é possível conceber o que ser *ditadura democrática*, nem *ditadura socialista*. Qualquer regime democrático ou socialista será incompatível com o ditatorial, porque esses regimes se repelem. [...] Assim, a expressão – *Comunistas na luta pela Democracia* - não é apenas absurda quanto ao sentido; revela também má fé, isto é, o propósito de causar confusão nos espíritos desprevenidos contra os *golpes baixos* desses mistificadores que procuram arrebanhar prosélitos seja como for” (p. 76-79).

⁴⁷ MUNHOZ, 2006.

Soma-se a isso o fato de que a Constituição de 1946, elaborada por esse governo, esteve a todo o tempo sob a camuflagem de discursos políticos redemocratizantes, mas na realidade abriu uma grande margem para a repressão aos movimentos “ditos antidemocráticos”.

Em prosseguimento à sua política de repressão aos comunistas, o governo Dutra, particularizando um fenômeno que era de amplitude global (Guerra Fria) e comprando uma “briga” internacional antes mesmo dos EUA (o Partido Comunista deste país não foi cassado), empenhou sua máquina administrativa em angariar argumentos que “provassem” a inconstitucionalidade do PCB. Assim, antes mesmo da aprovação da Constituição, foram apresentadas duas denúncias ao Tribunal Superior Eleitoral solicitando a cassação do registro do PCB (23 de março de 1946).

Uma dessas denúncias estava acompanhada de numerosos documentos que comportavam principalmente publicações de jornais, entrevistas e discursos, buscando provar que o PCB fazia parte de uma organização internacional, sob orientação do comunismo marxista-leninista, de modo que, se houvesse uma guerra envolvendo a Rússia, os comunistas poderiam ficar contra o Brasil, sendo o PCB cada vez mais estigmatizado como um partido estrangeiro a serviço da Rússia.

Tal acusação estava embasada em uma entrevista do secretário-geral do Ministério da Guerra e na interpretação tendenciosa de uma fala de Luís Carlos Prestes no Senado:

Um dos assistentes me perguntou qual a posição que tomaríamos no caso de uma guerra do Brasil com a União Soviética. Eu respondi que condenaríamos o ato criminoso e o governo que levasse o nosso povo a uma guerra imperialista. Ai criou-se a confusão. E surgiu a versão de que eu respondera, categoricamente, que ficava do lado da União Soviética⁴⁸.

Disso é possível depreender que uma campanha contra a legalidade do PCB ia sendo gestada tendo como base a suposição abstrata de uma guerra entre o Brasil e a URSS. O que realmente ia se engendrando era a particularização da Guerra Fria no campo nacional, e para tanto se fazia urgente a desmoralização dos comunistas perante o público, para então transformá-los em inimigos internos⁴⁹.

Outras denúncias também foram feitas, como a de promover “ações nefastas”⁵⁰ logo após ser registrado, “insuflando luta de classes, fomentando greves, procurando criar

⁴⁸PRESTES apud MORAES e VIANA, 1982, p. 115.

⁴⁹MORAES; VIANA, 1982.

⁵⁰ É importante também sabermos que existem autores, como Milcíades M. Mourão, contemporâneos de tais acontecimentos, que apontam com palavras irônicas que a idéia de cassação do PCB nada mais era do que um

ambiente de confusão e desordem”⁵¹. Aqui devemos considerar a posição conservadora adotada pelo PCB desde o governo Vargas, como foi dito anteriormente.

Com isso, é importante observar que tais acusações são, de certa forma, contraditórias à posição do PCB naquele momento; todavia devemos ter cuidado em não generalizar suas particularidades, pois uma grande parcela dos comunistas não engolia essa atitude política do PCB.

Considerando as denúncias, o relator achou que o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal deveria ser encarregado de realizar as investigações a fim de descobrir a veracidade das acusações feitas. O Tribunal Superior Eleitoral mandou ouvir o partido acusado e depois o representante do Ministério Público. Em sua defesa prévia, o PCB questionou a legitimidade dos denunciantes, por entender que a denúncia só era cabível aos partidos políticos, além de buscar comprovar a sua independência em relação à URSS.

Na ocasião,

O procurador-geral era o Dr. Temístocles Cavalcânti. Seu parecer, datado de 23 de abril, exarado no processo que tinha o número 411, examina as petições dos denunciantes, o advogado Himalaia Virgulino e o deputado trabalhista Barreto Pinto. Acentua que o cancelamento do registro exige fundamentos seguros e a comprovação de que o partido desvirtua as suas finalidades ou conduz à deformação do sistema democrático. Assim, a denúncia devia apresentar um começo de provas que se enquadrassem objetivamente nos itens respectivos do regimento do Tribunal. Lembra que o cancelamento do registro de um partido é dos atos mais graves que o Tribunal pode praticar. Destaca que o bitolamento dos partidos e das atividades intelectuais podem conduzir ao totalitarismo. Conclui que a denúncia não lhe parece bem fundamentada, não se justificando, portanto, a abertura de sindicância. Pede o arquivamento das denúncias apresentadas. O pedido de arquivamento foi indeferido, por três votos contra dois, vencidos os juízes Ribeiro da Costa e Francisco Sá Filho. Julgando-se impedido para continuar funcionando no caso, o Dr. Temístocles Cavalcanti passou-o para o desembargador Alceu Barbosa. As sindicâncias começaram em maio de 1946. Investigam-se as atividades dos comunistas na imprensa, nos sindicatos, nas manifestações de rua e nas greves. Tenta-se, inclusive, apurar o teor de um telegrama de prestes a Stalin. O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, responsável pelas investigações, remeteu ao TSE seus resultados em setembro, com a observação de que as greves recentes não podiam ser atribuídas todas ao PCB. Estranhava, porém, a existência de dois estatutos partidários. Os comunistas alegavam que um dos estatutos não estava em vigor, sendo apenas um projeto de reforma do primeiro⁵².

simples capricho das “mediócras” elites dirigentes, as quais aos comunistas creditaram “as causas de todos os males” e “uma saída heróica só alcançaria arrojando mais os freios contra os comunistas” (MOURÃO, 1955, p. 109). Assim: Aquela alta corte de mediócras empoleirada, nos altos postos da República emaranhava-se nas armadilhas por ela mesma levantadas. Até que, na estupefação geral, uma idéia luminosa brota da cabeça de um: “os comunistas precisavam ser eliminados da vida pública”. Consumada a exclusão, aí sim, um paraíso edênico substituiria a terra de maldição (MOURÃO, 1955, p. 110).

⁵¹ SILVA, 1984, p. 73-74.

⁵²Ibid., p. 74.

Por essa citação podemos perceber que as tensões políticas vão gradativamente crescendo, tendo como palco de luta o campo jurídico, e não o revolucionário (as ruas), como pregava o comunismo internacional. O PCB cada vez mais vai adotando uma posição de contra-ataque, estruturada principalmente nesse campo jurídico, o que não lhe rendeu sucesso. Em 17 de janeiro de 1947, o Ministério da Justiça tomou a iniciativa de enviar a documentação de acusação ao TSE para dar consistência à denúncia de duplicidade de estatutos e de que o PCB era dirigido por um estatuto clandestino e internacional. O procurador Alceu Barbedo aceitou as denúncias, e em fevereiro deu sentença favorável à tese de inconstitucionalidade dos partidos extremistas, mais diretamente do PCB, salientando que o símbolo do PCB (foice e martelo) representava o movimento comunista internacional. O PCB defendia-se judicialmente, afirmando não haver duplicidade em seus estatutos e alegando sua base democrática e sua origem brasileira. Não obstante, em 7 de maio de 1947 o TSE, por três votos a dois, decidiu-se pelo cancelamento do registro do PCB.⁵³

Essa posição do PCB de realizar sua luta pela legalidade no campo judiciário fez com que Prestes posteriormente repensasse tal posição e percebesse tais ações como um erro⁵⁴.

Com a sentença definitiva dada em maio de 1947, a favor da cassação do registro eleitoral do PCB, tornando-o ilegal e passível de todas as penalidades previstas na Constituição aprovada em 1946, reinicia-se um longo período de repressão aos comunistas no Brasil. Assim, inúmeras de suas sedes foram tomadas, documentos foram confiscados (como vimos na fala acima de Prestes), militantes foram cada vez mais insultados, agredidos e/ou aprisionados. Prestes, lembrando o período, afirma que no Rio foram fechadas cerca de 600 células do partido, em São Paulo, 361 células, 22 núcleos distritais e 102 comitês e, em Porto

⁵³ SILVA, 1984, p. 74.

⁵⁴ “Nós não sabemos fazer a luta de massa para defender a legalidade do nosso partido. Fizemos uma luta apenas jurídica. Foi um erro. Conseguimos pareceres de diversos juristas, inclusive de Pontes de Miranda, mas não adiantou nada, embora nosso partido não ferisse nenhum preceito constitucional. A única restrição que a Constituição fazia à organização dos partidos era de que todos deviam ser favoráveis ao multipartidarismo. E nós éramos favoráveis. Perdemos o registro por três votos a dois e fomos postos fora da lei, com base no parágrafo 13, do artigo 14 da Constituição de 46. Esse parágrafo é o que trata justamente do multipartidarismo. A tese era de que nosso partido, sendo Partido Comunista do Brasil, era seção de um partido internacionalista, com sede em Moscou. E, como na União Soviética existia o partido único, nós também defenderíamos o partido único. Era uma manobra: em 1943, a Internacional Comunista, que vinha atuando no sentido de não intervenção nos PCs, se dissolveu. A nova conjuntura internacional já não permitia mais um centro único de orientação tática dos partidos. No nosso caso, inclusive, o PC sempre foi defensor do pluripartidarismo. De maneira que a alegação era um sofisma. E nós tivemos, então, de passar à clandestinidade. Nossas sedes foram invadidas. No Rio, por exemplo, nossos documentos foram queimados e eu perdi as cartas de Olga, que guardava na sede do partido, na Glória. Isto foi em 7 de maio de 47. Eu, que ainda tinha imunidades de senador, saí da clandestinidade em agosto de 47, fui ao Senado e fiz um violento discurso. Depois me escondi novamente (PRESTES apud MORAES; VIANA, 1982).

Alegre, 123. É possível que haja falhas nesses dados, no entanto a repressão foi muito aberta e alcançou as mais diversas regiões do país⁵⁵.

No que tange aos princípios democráticos, principalmente nos âmbitos político e constitucional, a cassação do registro político do PCB foi considerada, em matérias do Jornal O Estado de S. Paulo,⁵⁶ como um atentado à democracia e desrespeito ao direito do povo, já que esse registro dera a chance de candidatos do Partido ser eleitos pelo povo e seu cancelamento ocorrera através da decisão de uma minoria. Logo, a decisão de legalização do registro do partido deveria ser pensada com cautela antes de sua consolidação.

Cassado o registro do PCB, também foram sendo fechadas as sedes desse partido - quer pacificamente, quer de forma violenta - em atos que são expostos pelo jornal como de caráter inconstitucional⁵⁷.

Além disso, não só as sedes, mas praticamente todas as associações formadas por integrantes comunistas estavam fadadas ao fechamento, numa decisão também amparada pelo Ministério do Trabalho. Com isso, percebemos que o Tribunal Superior Eleitoral, o Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho tenderam a trabalhar em sintonia no combate à ameaça comunista. Em nota informativa, o Jornal elucida essa questão pontuando várias entidades comunistas a serem fechadas no Brasil.⁵⁸ A imprensa comunista, nesse período, também foi uma das principais vítimas da repressão. Um de seus jornais, o “Tribuna Popular”, como um dos principais órgãos comunistas, teve sua suspensão justificada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interlocutores⁵⁹. Jornalistas foram perseguidos⁶⁰.

⁵⁵ MUNHOZ,2006.

⁵⁶ “Jornal O Estado de São Paulo, como um dos órgãos de difusão de informações mais importantes do campo político, foi um órgão importante na difusão do noticiário sobre grande parte das ocorrências políticas que permearam esse período, dentre as mais salientes, o Processo de Cassação do P. C. B., informando sobre o processo em si e ao mesmo tempo, tecendo críticas ao Partido, mas também ao rigor e à repressão como a lei foi aplicada, apontando a todo momento o caráter antidemocrático de tal Projeto, mas não deixando também de expor a característica antidemocrática do Partido e sua ideologia comunista” (FRANCHETTI, 2006).

⁵⁷ “Mal o T. S. E. endereçou ao Ministério da Justiça sua decisão, este Ministério, indo além dos limites que lhe permitiam a Constituição e o parecer do egrégio Tribunal, declarou interditas as sedes do P. C. B. impedindo assim que cidadãos que professam determinada doutrina política se reunissem, violando novamente dispositivos constitucionais” (O Estado de S. Paulo. 15.05.1947).

⁵⁸ “Noticia-se nesta capital que o procurador geral da Republica, sr. Luis Gallotti, recomendou aos procuradores da Republica nos Estados as necessária diligencias no sentido de promoverem o fechamento de associações constituídas por elementos comunistas de acordo com as informações recebidas do Ministério do Trabalho (O Estado de S. Paulo, 24.10.1947).

⁵⁹ “O ministro da Justiça e Negócios Interiores, usando da atribuição que lhe confere o art. 4.0, parágrafo único, do decreto-lei n. 431, d e18 de maio de 1938; [...] considerando que o matutino “Tribuna Popular”, que se edita nessa capital, em artigos e editoriais tem reiteradamente injuriado os poderes públicos e os agentes que os exercem, incitando o ódio entre as classes, instigando-as, à luta pela violência, como conta nos autos de apreensão dos exemplares 23-7-947, 22-10-947, 31-10-947 e das edições de 19, 21, 22 e 25 do mês de novembro ultimo; [...] considerando que as edições de 29 e 30 de novembro e de 3 do corrente mês o referido matutino exacerba tais provocações, pretendendo criar clima de agitação e intranquilidade publicas, tudo conforme conta desse processo e dos autos de apreensão; [...] considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 141,

Assim, tanto o fechamento de veículos da imprensa comunista por todo o país, acompanhada da destruição de suas instalações e máquinas, quanto a perseguição aos jornalistas, foram constantes e geraram um grande receio de que retornasse um regime ditatorial, e com ele, a censura aos meios de comunicação.

Por fim, é interessante destacar a grande repressão que sofreram os comícios de cunho comunista, pois, paralelamente ao fechamento de órgãos ligados ao Partido, com a aprovação do Processo de Cancelamento do Registro do PCB n. 411/412 também foi proibida a realização de comícios de cunho comunista. Ou seja, neste processo foi exposto que: “realizar comícios é direito garantido constitucionalmente e apenas regulamentado pelo poder da polícia. Assim sendo, desde que não haja propaganda doutrinária marxista-leninista, os comícios feitos pelo partido em foco, não podem dar motivo à sua cassação (Processo n. 411/412)”.

Tal medida, presente no Processo n. 411/412, era tida como democrática, já que tendia a podar os ideais comunistas, concebidos como “ditatoriais” e “antidemocráticos”; porém as práticas adotadas para implementá-la não se enquadram em tal perspectiva, pois estão envoltas em uma atmosfera de violência. O jornal O Estado de S. Paulo traz várias notícias carregadas de posicionamentos quanto à proibição dos comícios e à violência, muitas vezes utilizada para dispersar a multidão.

Em artigo publicado sob o título “Dissolvido violentamente um comício no Rio: perturbadas as comemorações da entrada do Brasil na guerra – granadas e correrias na Esplanada do Castelo – feridos – o que informa a polícia”, é marcante a violência da forma como a polícia política aplica a “lei”, não raro culpando os participantes do comício por começar o tumulto e camuflando uma realidade que o jornal por vezes buscou trazer à tona, por vezes deixou no ar como sombra de dúvida, como meio de reagir a tal violência.

Entre as comemorações planejadas para o dia 22/08/1947, motivadas pela entrada do Brasil na guerra, estava previsto um comício na Esplanada do Castelo, o qual reuniria pessoas

parágrafo 5., permitindo a livre manifestação do pensamento veda impropriedade a tolerância à propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem pública e social, ou de preconceitos de raça ou de classe; [...] considerando que o processo tem o dever precípua de zelar pela preservação da ordem e segurança públicas, cumprindo-lhe tomar as medidas que se tornarem imprescindíveis à defesa das instituições; [...] considerando que o referido matutino já foi suspenso pelo prazo de 15 dias, conforme portaria n. 11.875. de 13 de agosto de 1946, deste Ministério da Justiça e Negócios Interiores: resolve: Determinar a suspensão por 30 dias, a partir de 6 do corrente mês, do jornal “Tribuna Popular”, editado nesta capital. – Adroaldo Mesquita da Costa” (O Estado de S. Paulo, 06.12.1947).

⁶⁰ Levantamos ao conhecimento v. exa. que o jornalista e poeta baiano Aldano de Couto Ferraz, por ter feito uso da liberdade de imprensa, será julgado no próximo dia 11 do corrente, em processo baseado na repudiada lei de segurança. Os infra-assinados, admiradores das claras atitudes democráticas que tem v. exa. adotado em várias ocasiões, solicitando nobre e ilustre parlamentar que emita protesto vigoroso contra essa brutalidade (O Estado de S. Paulo, 11.09.1947).

de todas as correntes políticas. Segundo o Jornal, respaldado por uma grande quantidade de pessoas, o comício teve início e foi se desenrolando com tranqüilidade, até que armas começaram a ser disparadas e o tumulto começou⁶¹.

Numa seqüência de atos violentos, que, conforme o Jornal, haviam começado do nada, a multidão foi dispersa, instalou-se o pânico e várias vítimas foram levadas aos hospitais. O palanque onde se encontravam oradores e outras pessoas foi incendiado. Nessa reportagem é perceptível o grau da violência praticada contra a multidão.

Dessa forma acirrava-se a repressão ao comunismo. Sedes e órgãos de imprensa do PCB eram fechados em várias cidades. Ganhavam proporções os conflitos políticos no Rio de Janeiro e em São Paulo, comícios eram proibidos e dissolvidos com violência. Diante disso tudo, o único problema que ainda incomodava o governo Dutra era a legalidade dos mandatos de representantes ligados ao PCB.

O golpe final na resolução dessa questão foi dado em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos de todos os parlamentares comunistas eleitos constitucionalmente. Assim, até o fim do governo de Dutra a Polícia Política foi um órgão que agiu com força na ação repressiva aos comunistas. De modo geral, percebe-se que as ações da política interna do governo Dutra foram profundamente marcadas pelo acirramento da “Guerra Fria”, particularizando um fenômeno que era de amplitude global⁶².

Os líderes do PCB, sofrendo forte perseguição ao longo desse governo, começam a repensar a posição do partido adotada desde o governo Vargas, mais voltada à direita, sob a bandeira da “ordem e tranqüilidade”, e dão uma guinada para uma orientação diametralmente oposta, apresentada através do “Manifesto de Agosto de 1950”, assinado por Prestes. Basbaum (*apud* Pacheco, 1984) expunha que: “[...] assim de uma linha de direita, de franca colaboração com o governo e as classes dominantes, descobre afinal o PCB o caráter de classe do governo e da nova Constituição, passando, com passo de gigante, para a esquerda” (p. 198).

⁶¹ “Às 18 horas, já era grande a massa popular, que enchia completamente o amplo espaço que abrange em toda sua extensão os edifícios dos Ministérios do Trabalho e da Fazenda, cujas escadarias se achavam repletas de assistentes, na maioria senhoras e simples curiosos. [...] O primeiro orador do comício foi o presidente da Federação dos Ex-Combatentes, que pronunciou um discurso alusivo ao fato, sem qualquer sentido político-partidário. [...] Logo depois, o Dr. Álvaro Dias, representante do Partido Republicano, também se referiu à data e a sua grande significação para o Brasil. [...] O terceiro orador foi o sr. Rafael Correia de Oliveira que leu uma mensagem de Henry Wallace, ex-vice-presidente dos Estado Unidos, [...]. Após a leitura dessa mensagem outros oradores se fizeram ouvir rapidamente, inclusive a Sra. Alice Tibiriçá, em nome da União Feminina. [...] Nessa altura, cerca de 21 horas, o sr. Pais Leme, representante da U. D. N., começa a oração que deveria proferir em nome do seu partido. Recebido por entre aplausos da multidão, o vereador carioca, às palavras finais, tem o seu discurso interrompido por estampidos de armas automáticas, gritos, correrias e atropelos (O Estado de S. Paulo” 23.08.1947).

⁶² MALIM, 2001, p. 1953.

Basbaum (1978)⁶³ recebe o Manifesto de Agosto antes mesmo que este fosse tornado público. De acordo com ele, nesse documento ficava claro que não havia a possibilidade de uma “revolução democrática e pacífica” no Brasil, e que se estava começando a preparar a revolução através da organização da chamada Frente Popular de Libertação Nacional, para cuja formação o povo era paralelamente convidado a se organizar em comitês. Para Basbaum (1978), tal documento lhe deixou clara a procedência das inscrições “Viva a FPLN!” que começaram a aparecer nos muros dos bairros operários (p. 214); e o “documento interno dava instruções sobre a melhor maneira de organizar esses Comitês” (p. 214). Isso fez com que Basbaum olhasse as ações do PCB de modo mais geral e afirmasse que era correto o fato de o PCB haver abandonado a “linha direitista de colaboração com o governo”, mas ao mesmo tempo ele via na nova posição uma guinada muito radical, capaz de prejudicar mais ainda o partido, à medida que deixava evidente o seu desespero⁶⁴.

Toda essa história de perseguição ao PCB, através dos mais variados órgãos do governo (aparelhos privados de hegemonia) e da elite, levando essa mesma elite a lutar para criar no imaginário popular uma ideologia anticomunista, não era uma atitude isolada dentro da sociedade brasileira: estava ligada a uma esfera de influência muito maior, a internacional.

Desse modo, para que possamos compreender melhor o desenrolar do processo de criação da propaganda anticomunista e sua disseminação por meio da RLP no Brasil, é preciso antes buscarmos no domínio internacional os processos históricos que fomentaram tais ações, atentando para o fato de que o “Monstro Vermelho” primeiro “aterrorizou” o mundo, antes de se “infiltrar” na “Pátria Verde-Amarela”, como afirmou vários artigos a RLP.

2.3 O “MONSTRO VERMELHO” E O IMPERIALISMO YANKEE NO MUNDO

De acordo com Hobsbawm⁶⁵, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a URSS acabou se unindo aos Aliados na luta contra o Eixo (essa aliança contra o Eixo uniu forças opostas - o capitalismo estadunidense e britânico e o socialismo stalinista). Ao término

⁶³ Leônicio Basbaum pode ser “classificado” como intelectual e dirigente partidário (SILVA, 2005, p. 41), do PCB.

⁶⁴ BASBAUM, 1978, p. 214.

⁶⁵ HOBBSAWM, 2003.

do grande conflito emergiram duas superpotências que já possuíam regimes sociopolíticos antagônicos: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Estados Unidos da América (EUA).

Paralelamente, surgiram os interesses de ambas no reordenamento do mundo. Logo, gradativamente foi se gestando uma luta pela hegemonia política, econômica e militar mundial, numa busca por áreas de influência geopolítica internacional que veio a configurar o cenário do pós-Segunda Guerra em outro conflito, peculiar até então, por estar centrado em uma guerra não declarada entre os Estados Unidos e a União Soviética: a Guerra Fria.

Para Demétrio Magnoli (2004), o mundo do pós-Segunda Guerra, até então estruturado sobre sistemas multipolares de poder, passa a ser definido pelo sistema bipolar⁶⁶, gerando um clima de temor e insegurança em nível mundial.

Pergunta-se então: quais foram os principais fatores que precipitaram a Guerra Fria?

Para a URSS, o pós-Guerra deixou a sensação de que ela tinha vencido quase sozinha a luta contra a Alemanha de Hitler, em razão de a segunda frente de batalha solicitada por Stalin aos Aliados ter demorado muito, trazendo a idéia de que essa demora dos países capitalistas envolvidos era proposital e visava a que se esgotassem ambas as forças, a socialista e a nazista⁶⁷.

Com a derrota da Alemanha, precipitada pela invasão do Exército Vermelho, este conquistou, no final do conflito, grande parte do Centro e do Leste da Europa. Para o bloco ocidental, tendo à frente os EUA, a ideologia comunista sempre gerara desconfianças, desde a Revolução Bolchevique (pregando a revolução proletária e sua internacionalização), a retirada da Rússia durante a Primeira Guerra Mundial (acordo de Brest-Litovisk) e a nova retirada na Segunda Guerra (Pacto Germano-Soviético)⁶⁸.

Nesse contexto, com o fim da Segunda Guerra Mundial iniciaram-se as negociações de redefinição e organização geopolítica do espaço europeu que fora envolvido na guerra. As conferências de Yalta e Potsdam (1945) congregaram os três países vitoriosos na guerra (Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e URSS) para realizar tais negociações.

Na Conferência de Yalta (fevereiro de 1945) foram reorganizadas as fronteiras da União Soviética, sendo fundadas as bases dos novos regimes políticos a serem estabelecidos

⁶⁶ Sistemas multipolares significam que há uma distribuição de poder entre várias potências, gerando possibilidades variadas de alianças capazes de modificar e evoluir no sentido de sustentar um equilíbrio dinâmico de forças, podendo evitar conflitos armados diretos. Já nos sistemas bipolares, qualquer iniciativa tomada por uma das potências, na busca pela ampliação de sua margem de poder e segurança é vista pela potência rival como uma ameaça “direta e vital”, fazendo com que o clima de insegurança seja disseminado pelo mundo.

⁶⁷ MUNHOZ, 2004.

⁶⁸ Ibid., 2004.

na Europa Oriental. Em face do grande avanço do Exército Vermelho, Churchill (Primeiro-Ministro do Reino Unido) realizou acordos⁶⁹ com os soviéticos no sentido de estabelecer sua presença no Mediterrâneo, passagem para a manutenção do intercâmbio com suas colônias.

De início, os Estados Unidos, sob a direção do presidente Roosevelt, discordaram de tais acordos; mas a conquista desses territórios pelo Exército Vermelho era incontestável, assim, os acordos foram selados. Contudo, com a morte de Roosevelt e a posse do presidente Truman (1945), a política externa dos EUA sobre Yalta começou a sofrer mutações, dando início ao rápido avanço das tropas estadunidenses em território alemão, vindo a ocupar regiões definidas como de direito soviético⁷⁰.

A Conferência de Potsdam,⁷¹ em julho de 1945, teve como cerne de debates a organização da administração da Alemanha derrotada; todavia, nos meses que se seguiram a todos esses acordos, as relações entre as potências ocidentais e a União Soviética iam se deteriorando gradativamente.

Os Estados Unidos demonstraram o seu poderio bélico à União Soviética através dos bombardeios nucleares de Hiroshima e Nagasaki (ambos em agosto de 1945). Nesse momento a URSS se encontrava destrozada pela guerra e lutava para se reconstruir, mas diplomatas dos Estados Unidos afirmavam que a política soviética estava se firmando com base no expansionismo. Na realidade, de acordo com Munhoz⁷², os conflitos foram crescendo à medida que os Estados Unidos tentavam consolidar sua hegemonia no mundo. Com isso a relação entre a União Soviética e os Estados Unidos se tornava cada vez mais conflituosa, principalmente com a implantação da Doutrina Truman (1947), que concebia a política soviética como expansionista, “devendo” ser contida.

Essa Doutrina apresentou os conflitos em crescente evolução entre os Estados Unidos e a União Soviética como uma luta entre duas formas de vida opostas, e “ameaçara estender as áreas de disputa a um domínio metafísico no qual não era possível nenhuma solução, falta de uma inalcançável vitória de um dos dois contendores”⁷³. De acordo com David

⁶⁹ 90% da Polônia e da Romênia e 75% da Bulgária passariam a tutela soviética; a Hungria e a Iugoslávia seriam divididas em 50% pra cada, e da Grécia ficariam 90% sob a influência britânica (MUNHOZ, 2004, p. 271).

⁷⁰ MUNHOZ, 2004.

⁷¹ Decidiu-se a divisão provisória da Alemanha em quatro zonas de ocupação militar, administradas pelas potências vencedoras (Estados Unidos, Grã Bretanha, França e União Soviética). Os ocupantes deveriam cumprir um programa de erradicação completa das estruturas nazistas e realizar reformas voltadas para a democratização da sociedade alemã. [...] Berlim, situada na zona de ocupação soviética, na parte oriental da Alemanha, foi subdividida em quatro setores administrativos, subordinados a comandantes militares das potências vencedoras (MAGNOLI, 2004, p. 71).

⁷² MUNHOZ, 2004.

⁷³ HOROWITZ, 1969, p.10.

Horowitz⁷⁴, a Doutrina Truman, ao invés de servir como limitadora do conflito, restringindo-o aos temas mais concretos dos tratados de paz com a Alemanha e a Áustria e da retirada dos exércitos aliados da linha de armistício, acabou por elevar seus termos a um ponto tal que não sobrava espaço para negociar ou conceder.

Outros esforços para conter o comunismo nos campos econômico e militar (1945-1950) tomaram forma no lançamento do Plano Marshall e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Além disso, várias instituições mundiais de cunho capitalista com base no modelo estadunidense foram criadas nesse período, como: o Banco Mundial (1944); o Fundo Monetário Internacional (1945); a Organização das Nações Unidas (ONU) (1945); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (1945); a Organização de Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (1945); a *United Nations Children's Fund* - UNICEF) (1946); o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) (1947); a Organização Mundial da Saúde (OMS) (1948); a Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE) (1948); a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (1948); a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), ou *World Conservation Union* (IUCN) (1948). Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (1950); dentre outras organizações não governamentais (ONG's).

Do lado da União Soviética, em resposta ao Plano Marshall o governo soviético elaborou, em 25 de janeiro de 1949, o Conselho de Assistência Mútua (COMECON). Este visava integrar economicamente o Leste Europeu (União Soviética, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Romênia, Bulgária e Albânia), mas com o passar dos anos foram sendo integrados outros países. Considerando-se o período em questão (1946-1950), os acontecimentos citados acima foram os que mais se destacaram neste contexto, permeado pela crescente rivalidade entre os dois blocos.

Essa rivalidade começou a ficar mais clara no campo diplomático quando George Kennan⁷⁵ enviou aos Estados Unidos (Washington), em 22 de fevereiro de 1946, o que ficou conhecido como “Longo Telegrama”. Neste documento oficial, Kennan buscou mostrar, do seu ponto de vista, a posição do Kremlin em relação ao mundo pós-Segunda Guerra. Referiu que havia, por parte do governo soviético, o medo de “cercamento capitalista”, pelo qual coexistir pacificamente era algo impossível.

⁷⁴ Ibid.

⁷⁵ Diplomata estadunidense em Moscou.

Além disso, é perceptível nesse documento que, para o governo soviético, o mundo capitalista estava minado por conflitos internos próprios da sociedade capitalista e insolúveis por meio de compromissos de paz, os quais levam à guerra entre dois Estados capitalistas e terminam por intervir no mundo socialista⁷⁶.

Também um artigo publicado na *Foreign Affairs* em julho de 1947, sob o pseudônimo de Mr. X, Kennan, analisando a política soviética, aponta novamente que a visão do governo soviético estava centrada na impossibilidade de convivência pacífica entre os dois blocos, porquanto a União Soviética buscava aniquilar o capitalismo e corroer os Estados capitalistas, à medida que fortalecia seu poder. Diante de tal conclusão, Kennan acreditava que o melhor meio de combater a URSS era conter seu expansionismo, tarefa cabível aos Estados Unidos.

A partir desses documentos de Kennan é possível termos uma noção de como a diplomacia estadunidense concebia tais ambigüidades entre a URSS e os EUA em 1946 e 1947. Para Kennan, segundo o ponto de vista soviético a coexistência pacífica entre socialismo e capitalismo era impossível, mas ele entendia que os dirigentes soviéticos pensavam que a história estava do lado deles e que o socialismo era uma questão de longa duração.

Tendo em mente que após a posse de Truman se intensificaram os conflitos entre os EUA e a URSS, é importante considerarmos um apanhado mais geral dos acontecimentos e conflitos mais importantes em termos mundiais:

A adoção de uma nova postura, pelos Estados Unidos, levantou suspeitas, do lado soviético, de que as democracias ocidentais pretendiam eliminar a sua área de influência no Leste europeu. Os soviéticos ainda buscaram a negociação diplomática, durante 1946, mas a tensão cresceu de forma progressiva na região. Objetivando manter o controle da área, a União Soviética aumentou a repressão e restringiu o processo democrático na sua área de influência. Em março de 1946, Churchill pronunciou o seu famoso discurso sobre a cortina de ferro que havia sido imposta a diversas capitais européias. Em maio, pressionada, a União Soviética retirou as suas tropas do Irã. Em agosto, eclodiu a crise sobre o controle de Dardanelos. Ainda em 1946, intensificou-se a guerra civil na China. Em 12 de março de 1947, foi anunciada a Doutrina Truman, inicialmente, com a promessa de ajuda à Grécia e à Turquia. Em 5 de julho, os Estados Unidos anunciaram o Plano Marshall. O plano foi denunciado pelos soviéticos como um ardil norte-americano para subordinar economicamente a Europa. Em setembro foi firmado o Tratado Interamericano de Mútua Proteção [...]. Em outubro foi criado o Cominform, organização que aglutinava os partidos comunistas. Em 25 de fevereiro de 1948, os comunistas assumiram o governo da Tchecoslováquia através de um golpe. Em maio foi criada a OEA, Organização dos Estados Americanos. Em junho, a Iugoslávia foi expulsa do Cominform. No mesmo mês, a criação de uma moeda única nos setores ocidentais de Berlim levou os soviéticos a bloquearem todas as rotas para a cidade. Em desafio, os norte-americanos organizaram uma gigantesca operação de abastecimento aéreo da cidade. O bloqueio de Berlim foi mantido até maio de 1949. Em abril desse ano, foi criada a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN). Em setembro, ocorreu a explosão da primeira bomba atômica soviética, pondo fim à hegemonia nuclear norte-americana. Em

⁷⁶ KENNAN, 1946.

outubro, Mao Zedong (Mao-Tsé-Tung) anunciou a vitória comunista e a criação da República Popular da China. No mesmo mês foi criada a República Federal Alemã. Em janeiro de 1950, os Estados Unidos começam a fabricação da bomba H. Em junho, teve início a Guerra da Coreia. [...] A perseguição político-ideológica foi uma constante nos dois blocos⁷⁷.

Ainda, segundo Munhoz⁷⁸ (2004), o mundo pós-Segunda Guerra foi marcado por guerras regionais, revoluções e - principalmente nos países do Terceiro Mundo - pela ocorrência de golpes militares. Com isso, cada vez mais a Guerra Fria adquiria um caráter mundial, conforme se ampliavam as áreas de interesses geopolíticos. Não obstante, o mais assustador é que “mais de 20 milhões de pessoas perderam a vida [...] foram milhões os que tiveram seus corpos mutilados, foram torturados ou presos por discordarem de seus governantes”⁷⁹.

De modo geral, o mais perigoso da Guerra Fria era a condução das políticas de ambos os países com base na ideologia, pois tanto os EUA quanto a URSS conduziram suas políticas nessa direção. Ambos os países se viam sob o aspecto ideológico, e não do ponto de vista empírico, o que poderia ter levado a erros fatais.

Além disso, o perigo constante para os EUA⁸⁰ era o comunismo, uma ideologia contrária ao capitalismo; mas na realidade tal perigo também servia como justificativa para encobrir os interesses políticos e econômicos dos países invasores (EUA), interessados nas reservas de petróleo. A URSS também se utilizou desse pretexto para justificar suas intervenções em outros países, como também para o controle interno da população⁸¹.

Havia então uma bipolaridade, na qual ambos os países utilizavam a estrutura da Guerra Fria para reprimir sua própria população (no que tange a dissidências político-ideológicas) e para justificar a conquista de territórios e riquezas alheias. Em linhas gerais, a Guerra Fria gerou justificativas para ambos os blocos, no que tange a qualquer ação empreendida por “razões” de “segurança nacional” em resposta à ameaça do “superpoderoso” inimigo (Socialismo bolchevista X Capitalismo liberal), fornecendo resposta simples para esclarecer internamente as ações criminosas externas e o fortalecimento do privilégio e do poder do Estado⁸².

⁷⁷ MUNHOZ, 2004, p. 273.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ MUNHOZ, 2004, p. 269.

⁸⁰ Como exemplo o Macarthismo que consistiu em um movimento político anticomunista desencadeado nos EUA depois da II Guerra Mundial pelo senador republicano Joseph McCarthy. Durou até o final dos anos 1950 e caracterizou-se pela perseguição implacável a todos os comunistas e simpatizantes com base principalmente na delação.

⁸¹ CHOMSKY, 1996.

⁸² Ibid.

Vale ainda lembrar que o mito de que no pós-Segunda-Guerra emergiram dois países poderosos, os Estados Unidos e a União Soviética, precisa ser desmistificado. Quanto à afirmativa do poderio dos Estados Unidos, trata-se de um fato inquestionável, pois esse país “emergiu da Segunda Guerra Mundial com vigor e força total, imensamente poderoso, sem quase nenhuma perda sofrida na guerra, feita comparação com os outros aliados, com mal um arranhão em sua pele”⁸³; mas o mesmo não podemos dizer do “colosso russo”, que havia sofrido perdas em todas as esferas de sua existência, saindo da Guerra destruído, apesar de vitorioso. Assim esse colosso

[...] jazia quase aniquilado, sangrando profusamente por todas as feridas. E era esse colosso branco sangrante, quase aniquilado, que se supunha criar uma grande ameaça militar para a Europa. Esse colosso, a Rússia, perdeu na guerra mais de 20 milhões de homens, apenas em mortos. [...] E essa nação que perdera 20 milhões de homens apenas em mortos – imaginam quantos dos 31 milhões de homens que ficaram vivos eram os aleijados e inválidos e feridos da guerra mundial, e quantos os velhos – essa nação com um *deficit* tão tremendo e tão enorme em sua população, essa nação, da qual toda uma geração estava perdida, supunha-se que essa nação ameaçasse a Europa com uma invasão!⁸⁴

Cientes de tal contexto, é fundamental que, antes de utilizarmos quaisquer interpretações prontas sobre a Guerra Fria, questionemos a real situação dos países protagonistas envolvidos em tal conflito⁸⁵.

No que diz respeito aos Estados Unidos, a sua política externa - que ora pendia para uma política isolacionista, ora para uma política intervencionista, desde o final do século XIX, finalmente assumiu uma clara postura intervencionista e de defesa dos interesses dos EUA em qualquer parte do mundo onde eles se sentissem ameaçados.

De acordo com Schlesinger⁸⁶ (1992), a política externa norte-americana é circundada por uma discussão sobre experimento e destino. Como experimento, os EUA estão sujeitos a todos os problemas e soluções, como as outras nações; como destino, os EUA seriam a nação escolhida para redimir o mundo, levando-lhe seus ideais. Essa idéia de destino deriva da teleologia, da teologia, do ideológico. Schlesinger (1992) aponta ainda que as duas correntes se contradizem, mas também se completam, pois, ao mesmo tempo em que os estadunidenses têm seu foco na experimentação, demonstram uma vulnerabilidade às generalidades ideológicas; ou seja, ao mesmo tempo em que os seus fundadores iniciaram a construção da nação pela

⁸³ DEUTSCHER, 1969, p. 15.

⁸⁴ Ibid., p. 15-16.

⁸⁵ De acordo com Munhoz (2004) no que diz respeito à Guerra Fria, há diferentes percepções do conflito que se consubstanciaram em correntes analíticas, como: a ortodoxia norte-americana, a história oficial soviética, o revisionismo, o pós-revisionismo e o corporativismo.

⁸⁶ SCHLESINGER, 1992.

experiência, também possuíam certa carga ideológica de destino certo. Essa dualidade se expressa na atuação internacional dos EUA, principalmente no século XX, ora pela pretensa missão de salvador do mundo, ora por seu exemplo, sua experiência.

Dessa forma, havia duas correntes - a empírica e a dogmática (experiência X destino) - que competiam para controlar a política externa americana. A primeira concebia as relações internacionais na perspectiva histórica da experiência, conjecturando que os Estados Unidos compartilham das imperfeições, fraquezas e males intrínsecos a todas as sociedades; a segunda, na perspectiva da ideologia, concebia o país como o “feliz império da sabedoria perfeita e da perfeita virtude, encarregado de salvar a humanidade”⁸⁷.

Esta última foi muitas vezes usada para “explicar” a interferência dos EUA em várias partes do mundo, muitas vezes sob a explicação ideológica de sua “predestinação geográfica”, e no pós-Segunda Guerra, em nome da luta pela liberdade contra o que acreditavam estar se espalhando, ou seja, as idéias políticas de matriz marxista, como o comunismo. Essas idéias objetivavam “justificar” a corrida armamentista que colocou em discussão a possibilidade da guerra nuclear -, e na prática, os testes nucleares. Em suma, essa conjuntura fez com que o inimigo fosse visto como muito maior do que na realidade era (como vimos acima, a Rússia passava por graves problemas internos).

Para Kissinger (1994), até a guinada do século XX, a política externa dos Estados Unidos foi essencialmente muito simples, à medida que tinha como foco principal colocar em prática o “Destino Manifesto” do país e continuar liberto de engajamentos externos, embora não de forma radical, pois a própria tradição estadunidense é dualista, adotando em determinados momentos elementos politicamente isolacionistas e antimilitaristas, e em outros, medidas intervencionistas e militaristas⁸⁸. Prova disso foram as várias intervenções realizadas ao longo de sua história, principalmente nas Américas. Logo, essa dualidade esteve ligada à sua expansão regional.

Agora como uma nova potência mundial, os Estados Unidos deram peso à ampliação de sua política externa, na busca por consubstanciar o império estadunidense acentuando uma política externa intervencionista. Assim, os acontecimentos históricos mais destacáveis de 1895 a 1945 foram: a Guerra Hispano-Americana (1898); a adoção da “Política de Portas Abertas”; o estreitamento dos laços com as Américas, na busca por alianças regionais (a exemplo da difusão da idéia de Pan-Americanismo); a participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a partir de 1917; a Grande Depressão (1929), que abalou o mundo; e o advento de uma

⁸⁷ Ibid., p. 61.

⁸⁸ WESSON, 1978.

época de incertezas e recuos, explodindo posteriormente na Segunda Grande Guerra (1939-1945).

Nessa perspectiva, a política externa estadunidense, ao longo de sua história, foi assinalada por oscilações entre isolacionismo e intervencionismo, unilateralismo e multilateralismo; ou seja, é característico dela um ritmo cíclico, com períodos de extroversão e de introversão. A extroversão consiste em períodos marcados pela facilidade em usar pressões diretas, diplomáticas, militares ou econômicas; a introversão incide em períodos de concentração nas preocupações da comunidade nacional.

Não obstante, não podemos isolar as ações internas das externas, pois há uma relação entre o ritmo cíclico interno e a política externa, em razão de cada fase do ciclo interno definir o interesse nacional no âmbito de seus próprios valores, usando a política externa para a projeção desses valores no mundo.

Destarte, períodos de dedicação pública interna procuram incorporar à política externa idéias de democracia, de direitos humanos, da preferência por regimes democráticos, etc.; todavia, quando impera internamente o interesse privado, a política externa tende a se direcionar a investimentos privados, à proteção de multinacionais, etc. Em suma, a direção da política externa reflete a essência das alternâncias no ciclo interno, ao passo que a amplitude com que essa essência é imposta ao mundo está sujeita a fases no ciclo externo; ou seja, o ciclo externo é dependente do interno e muitas vezes o externo tende a justificar o interno⁸⁹.

No final da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, o foco da política externa estadunidense passa a ser, em grande medida, de cunho intervencionista e expansionista em várias partes do mundo, como se deu, por exemplo, na América Latina. Não obstante, precisamos estar cientes de que há um histórico desse intervencionismo e expansionismo em vários países do continente americano⁹⁰ que é anterior a esse período do Pós-Guerra.

Albert K. Weinberg⁹¹ afirma que a ideologia expansionista dos Estados Unidos dentro do continente americano é justificada pela idéia de “predestinação geográfica” somada à “necessidade” de expansão territorial em razão de seu crescimento natural, populacional e financeiro. Além disso, o crescimento e a expansão desse país significavam o aumento e a expansão da liberdade, a que se somava a força do “Destino Manifesto”, que pregava a crença

⁸⁹ SCHLESINGER, 1992.

⁹⁰ América Central e América do Sul.

⁹¹ Na década de 1930, a expressão "Destino Manifesto" foi retomada por uma nova geração de intelectuais americanos próximos ao governo Roosevelt que defendia uma política externa de não intervenção nos conflitos internacionais. Entre esses intelectuais estava Albert K. Weinberg que, neste período, escreveu o controvertido livro Destino Manifesto, reacendendo o debate sobre o expansionismo americano.

de que os Estados Unidos possuíam uma missão de inspiração divina para expandir seu território e seu sistema de governo⁹².

Para esse autor, a principal prova de tal pensamento se consubstanciou na Doutrina Monroe, que, sob o pretexto de um princípio geográfico e político de seguridade, dificultou que a Europa realizasse novas atividades de colonização no Hemisfério Ocidental⁹³.

Além disso, de acordo com Magnoli,⁹⁴ a Doutrina Monroe tinha como lema principal “A América para os americanos”, que servia como objeto de manipulação ideológica para uma ação geopolítica em duas frentes: fomentava a cisão entre a América e a Europa e favorecia a dependência da primeira para com os Estados Unidos, possibilitando a construção e fortalecimento da idéia de pan-americanismo em detrimento do hispano-americanismo⁹⁵.

O pan-americanismo englobou a idéia de um “Hemisfério Ocidental” que comportasse todas as ex-colônias (as espanholas, as britânicas e a lusitana), camuflando o fosso cultural, demográfico e histórico existente entre a América Anglo-Saxônica e o resto do continente abaixo. Sob os lemas do multilateralismo e da cooperação, os Estados Unidos concretizaram a expansão comercial dentro da América Latina e, com a diplomacia do Big Stick (1901-1909), se incumbiram da tarefa de garantir a segurança hemisférica. Tal ideologia pan-americana, emergida no século XIX (Primeira Conferência Pan-Americana em Washington, 1889-1890), atravessou o século XX, ganhando força nos períodos da Grande Depressão Capitalista, da Segunda Guerra mundial e da Guerra Fria - isso pelo fato de o pan-americanismo assegurar a união do continente em torno dos Estados Unidos, reforçando a campanha de guerra e pós-guerra dos aliados⁹⁶.

A idéia de pan-americanismo estava ligada à busca por complementar e ampliar o alvo das ações e dos interesses regionais dos Estados Unidos, mas direcionado a temas econômicos, comerciais e financeiros. Com isso, a primeira conferência pan-americana realizada objetivava

⁹² WEINBERG, 1968.

⁹³ Ibid., p.70.

⁹⁴ MAGNOLI, 2004.

⁹⁵ Símon Bolívar preconizava uma unidade hispano-americana independente, que se organizaria numa imensa confederação a partir do México à Argentina (todas as antigas colônias espanholas), que uniria o conjunto hispano-americano. Mas quando houve a libertação definitiva desses territórios da Espanha (1824), iniciou-se um processo de fragmentação territorial nessa América hispânica, gerado em grande parte pela vontade das oligarquias regionais que herdaram os aparelhos administrativos metropolitanos. Tal fragmentação foi acompanhada por guerras civis, guerras fronteiriças, hostilidades e constantes conflitos. Com a ascensão dos EUA a grande potência nas últimas décadas do século XIX o hispano-americanismo deu lugar ao ideal do pan-americanismo (MAGNOLI, 2004).

⁹⁶ CERVO, 2001.

fomentar o comércio hemisférico, além de promover meios para a resolução pacífica de disputas no continente⁹⁷.

Por meio de tais iniciativas, os EUA procuraram edificar uma estrutura capaz de sustentar seu relacionamento com os países latino-americanos, além de fazer dessa região um espaço de consumo para seus produtos, mediante um tratamento diferenciado e tratados de reciprocidade - mesmo porque, até o final do século XIX, no território latino-americano o volume dos investimentos da Inglaterra foi maior do que o dos Estados Unidos⁹⁸.

Com isso, segundo Ianni (1974), tanto governantes de grande parte dos países da América Latina quanto dos EUA procuravam meios diplomáticos para que as relações de reciprocidade fossem mantidas e até incrementadas⁹⁹.

Com a *The Good Neighbor Policy (1933-1945)*, os Estados Unidos buscaram assegurar sua hegemonia na América Latina, mais especificamente na do Sul. Cumpre lembrar que *The Good Neighbor Policy* foi um dos meios mais eficazes no processo de dominação estadunidense, não só no campo político-econômico, mas também no cultural. Norteou-se no sentido de pôr fim a possíveis resistências ao imperialismo desse país. Por exemplo, no caso brasileiro,

Americanizar o Brasil, por vias pacíficas, era, pois, tido como o caminho mais seguro para garantir essa parceria. [...] A americanização da nossa sociedade quebraria possíveis resistências à aproximação política entre os Estados Unidos e o Brasil. A Política da Boa Vizinhança de Roosevelt era o instrumento, de amplo espectro, para a execução do plano de americanização. A sintonia fina da operação ficou a cargo, como veremos, de uma “fábrica de ideologias”, criada pelo governo americano nessa conjuntura mundial¹⁰⁰.

A Grande Depressão de 1929 e depois a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) fizeram com que novos rumos fossem sendo traçados pela política externa latino-americana. Nesse contexto mundial, as ações diplomáticas desta região dão pistas de que grande parte dos governos de seus países projetava interesses regionais a serem angariados externamente.

⁹⁷ PECCEQUILO, 2003.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ “É verdade que os governantes dos Estados Unidos e dos países da América Latina têm adotado várias denominações para as suas relações recíprocas: monroísmo, pan-americanismo, não-intervencionismo, boa vizinhança, aliança para o progresso, segurança hemisférica, interdependência, solidariedade interamericana, associação madura, presença discreta, negligência benigna e assim por diante. Mas essas são formulações circunstanciais, destinadas a atender situações conjunturais ou surgidas ao acaso dos acontecimentos políticos mundiais. São expressões ideológicas com as quais os governantes norte-americanos, secundados pelos latino-americanos, procuram apresentar e despolitizar as ambigüidades, controvérsias e contradições próprias às suas relações recíprocas” (IANNI, 1974, p. 07).

¹⁰⁰ TOTA, 2000, p. 19.

Assim, projetos de desenvolvimento nacional de vários países latino-americanos buscaram promover o desenvolvimento econômico, mas não com o objetivo de cortar importações, pois o próprio desenvolvimento industrial dependia da importação de maquinaria; e assim, cada vez mais buscaram a inserção no mercado internacional das mais variadas formas, mesmo que isso lhes pudesse custar a submissão a países já hegemônicos.

Os países mais populosos da região, Brasil, México e Argentina, aplicaram com maior coerência e com efeitos de maior impacto estrutural os parâmetros do paradigma desenvolvimentista de inserção internacional, que também era perceptível nos outros países. A experiência brasileira foi a mais temperada, a Argentina a mais radical. Essas experiências moldaram, aos poucos, o discurso político e diplomático, que expressava crescente grau de autonomia das políticas exteriores, entendida esta autonomia como conformação das decisões externas, em primeiro lugar, a percepção de interesses próprios. Todas respondiam à conjuntura de fechamento dos mercados decorrente da crise do capitalismo e das dificuldades conjunturais do comércio liberal, fechamento que precedeu, portanto, as iniciativas de desenvolvimento latino-americanas¹⁰¹.

No contexto histórico de 1947 a 1979, percebe-se o apogeu do Estado desenvolvimentista atrelado à “cooperação internacional” e à conjuntura da Guerra Fria (1947-1979), que fora esboçado de 1930 a 1945. Assim, a América Latina alcançou uma fase de modernização generalizada, responsável pelos avanços econômicos que proporcionaram a preeminência de alguns países, ou seja, a expansão do setor de transformação da indústria latino-americana, embora, em grande parte, confinada ao empreendimento estrangeiro.

Nessa direção, Otavio Ianni salienta que os acordos e programas estabelecidos com a América Latina se estenderam aos campos econômico, político, militar e cultural, com a finalidade de intensificar e expandir a interferência dos Estados Unidos, além de reduzir ou controlar a influência de movimentos, partidos, líderes e programas que tivessem relações diretas ou indiretas com os socialistas. Estes acontecimentos afetaram profundamente as relações interamericanas e as condições políticas, militares e econômicas das transformações internas nas sociedades latino-americanas¹⁰².

Desse modo, o apogeu do Estado desenvolvimentista foi também o auge de suas amarras com a política e economia internacionais, principalmente dos EUA. Prova disso é a prática da política estadunidense do contexto da Guerra Fria que tendeu a eliminar as diferenças entre democracia e ditadura, manipulando facilmente a democracia por regimes

¹⁰¹ CERVO, 2001, p. 54.

¹⁰² IANNI, 1974, p. 13.

pró-americanos nessa região. Com isso, a América Latina foi e continua sendo marcada, em quase dois séculos, pela influência da política estadunidense.

Sob um aspecto mais geral, no decorrer das relações internacionais da América Latina, considerando-se as peculiaridades de cada país, a partir de 1930 as elites dirigentes buscaram constituir um novo paradigma de desenvolvimento, que se convencionou chamar de “Política Desenvolvimentista Nacional”.

Esse novo projeto tinha por objetivo o abandono de uma única economia - a agro-exportadora, de herança liberal-conservadora - em favor da ampliação da economia por meio do desenvolvimento industrial nacional, que futuramente poderia gestar a substituição de importações, conforme o país conseguisse desenvolver seu pólo industrial a ponto de concorrer com outros países, e isso fez com que a América Latina abrisse seus mercados a outros países, principalmente aos Estados Unidos.

Assim, no século XX o empenho da política externa latino-americana esteve entrelaçado com tratados com os Estados Unidos. Não que não houvesse comércio entre os países latino-americanos ou com outros países (por exemplo, a Inglaterra), mas o grosso desse comércio se dava com aquele país, que adotava várias medidas para coibir a entrada de concorrentes nesse campo. Vale lembrar que não havia união de objetivos dentro da América do Sul, nem mesmo entre os países das mesmas raízes, como os hispânicos (em razão da derrota do sonho hispano-americanismo), pois cada país se preocupava com sua situação, extinguindo-se a possibilidade de fazerem frente ao imperialismo norte-americano.

Com a Segunda Guerra Mundial os EUA consolidaram-se definitivamente como potência mundial e hegemônica no Hemisfério Ocidental. Nessas condições, à América Latina ficou reservada somente a condição de mais uma área de influência na geopolítica global, convindo lembrar que, bem antes da Segunda Guerra, o prestígio e a hegemonia dos EUA nessa região já eram bem visíveis, restando então a manutenção dessas condições.

Essa manutenção esteve embasada, num primeiro momento, no aumento das pressões pela democratização dos governos de quase toda a região, por temor à ameaça nazi-fascista. Essa influência dos Estados Unidos foi sentida até mesmo no Brasil e na Argentina¹⁰³.

¹⁰³ “No Brasil, o embaixador dos EUA, Adolf Berle, agradeceu a participação do país na Segunda Guerra Mundial e, aproveitou para pedir a convocação de eleições para presidente. Na Argentina, o embaixador americano Spruille Braden usou vários meios para barrar a eleição de Juan Perón nas eleições de 1946, influenciando abertamente na política interna desse país, principalmente acusando Perón num primeiro momento de colaborador com o Nazismo e depois com o comunismo” (FERES, 1999).

Contudo, o pretexto¹⁰⁴ democrático que perdurou durante grande parte do período da Segunda Guerra terminou por ceder lugar à ideologia anticomunista do Pós-Guerra e Guerra Fria¹⁰⁵.

Nessa direção, o pós-Segunda Guerra, com a emergência da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a interferir, de forma mais intensa do que antes, no mundo e, principalmente, na América Latina. A Política da Boa Vizinhança de Franklin D. Roosevelt, com base na não-intervenção nos negócios internos dos outros países americanos¹⁰⁶, foi abandonada por Truman por volta de 1947.

Hobsbawm (1995) cita a seguinte fala, em que Truman, formalmente, expõe sua doutrina: “Creio que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que resistem às tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões de fora”¹⁰⁷. Essas palavras dão a entender a intenção deste presidente de interferir em outros países, sob a justificativa de “contenção” da ameaça comunista, principalmente na América Latina. Antes da Segunda Guerra Mundial, a principal preocupação dos Estados Unidos, quanto às Américas, era a de proteção contra o colonialismo europeu; mas,

[...] quando os Estados Unidos e a União Soviética se defrontam como as duas superpotências mundiais, o que preocupa os norte-americanos é o “comunismo internacional”. Em todos os casos, o problema é o mesmo: preservar a solidariedade das repúblicas americanas, segundo as razões do Estado dos governantes norte-americanos, contra a “agressão externa”, como já dizia o presidente Theodore Roosevelt, em 1904. [...] Assim, durante as décadas posteriores à Guerra Mundial, as relações políticas, econômicas, militares e culturais de dependência na América Latina desenvolvem-se segundo as exigências da guerra fria e das novas expansões internacionais do capitalismo norte-americano (IANNI, 1974, p. 15).

Assim, a América Latina nesse momento já podia ser considerada uma área tradicional de infiltração do imperialismo estadunidense e ao mesmo tempo passou a ser vista pelos EUA como uma área considerável no combate à ameaça comunista, mesmo não sendo o foco de sua política externa nesse momento. Da mesma forma, a América Latina também não era prioridade da expansão soviética, no entanto o número de adeptos do comunismo cresceu no Pós-Guerra¹⁰⁸.

Nesse contexto, governantes dos Estados Unidos e da América Latina aderiram a acordos e programas direcionados à proteção dos países deste continente contra a

¹⁰⁴ A palavra pretexto é usada para expressar a idéia de que a idéia de democracia expressa nesse período serviu também para camuflar a interferência estadunidense em vários países da América Latina.

¹⁰⁵ FERES, 1999.

¹⁰⁶ BETHEL; ROXBOROUGH, 1996, p. 25.

¹⁰⁷ HOBBSAWM, 1995, p. 226.

¹⁰⁸ REICHEL, 2004.

influências soviética, e também contra mudanças sociais, econômicas e políticas que viessem a afetar os interesses das classes dominantes.

Segundo Bethell e Roxborough¹⁰⁹, esse período que se segue imediatamente à Guerra, na América Latina, pode se dividir em duas etapas. A primeira, dependendo do país, iniciou-se em 1944 ou 1945/1946, marcada pela democratização, tendência à esquerda e à militância trabalhista. Isso foi possível em razão da disposição dos Estados Unidos de apoiar o processo de democratização na América Latina, principalmente em países que possuíam um “rótulo” fascista, como o Brasil, o Paraguai, a Bolívia e a Argentina, pois nesse momento o fascismo ainda era o principal inimigo da democracia. Em uma segunda etapa, por volta de 1947 e 1948, os avanços da esquerda, dos trabalhadores e da democracia começaram a ser barrados em toda a América Latina, em virtude do crescente respaldo que a esquerda ganhava, tornando-se, na visão dos governantes da época, um desafio para a ordem estabelecida.

Nesta última etapa, sob a justificativa de pôr em prática a Doutrina de Segurança Nacional e Hemisférica,

[...] a guerra fria da Doutrina Truman forneceu uma chave para interpretar, daí por diante, tudo o que poderia acontecer no mundo. Cada vez mais que o *status quo* fosse questionado, em qualquer parte do mundo, cada vez mais que surgisse um governo desfavorável aos Estados Unidos, seria necessário ver nisso o espectro da guerra fria: a presença do dedo de Moscou. Seria necessário, portanto, reagir dentro do contexto da guerra fria, como se se tratasse de uma ameaça à segurança dos Estados Unidos. A guerra fria tornava-se uma realidade presente em toda parte, sempre uma explicação simples para todos os acontecimentos, e o fundamento de uma estratégia global¹¹⁰.

Essa perspectiva dava respaldo à interferência estadunidense em quase todo o continente americano (abaixo dos Estados Unidos) por meio da criação de uma teia de interdependência política, econômica e militar. Assim, na América Latina, as atividades comunistas cada vez mais foram sendo monitoradas pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI), *Central Intelligence Agency* (CIA), militares e agregados trabalhistas nas embaixadas norte-americanas. Desse modo, em quase todos os países da América Latina foram adotadas medidas para conter a ameaça comunista.

Segundo Bethell e Roxborough¹¹¹, os laços econômicos e militares entre os Estados Unidos e a América Latina se estreitaram durante a Segunda Guerra Mundial. Os Estados

¹⁰⁹ BETHELL e ROXBOROUGH, 1996.

¹¹⁰ COMBLIN, 1978, p. 40.

¹¹¹ BETHELL; ROXBOROUGH, 1996.

Unidos forneceram assistência técnica e financeira à América Latina para o incremento da produção de matérias-primas e para o desenvolvimento industrial, como visto no caso do Brasil. Com o fim da Guerra, grande parte dos governos latino-americanos ficou na expectativa de que o governo norte-americano continuasse com essa política e até a ampliasse, em razão de aquele país ter saído da Segunda Guerra como dominante da economia internacional; porém os Estados Unidos voltaram-se para a reconstrução da Europa Ocidental, através do Plano Marshall¹¹².

Desse modo, num momento em que os Estados Unidos estavam voltados para a reconstrução da Europa Ocidental, grande parte dos governantes da América Latina, entre eles o Brasil, com Dutra, procuravam adotar medidas que favorecessem os investimentos norte-americanos em seus países, principalmente para o setor manufatureiro. Para isso, a América Latina precisava oferecer, além de uma legislação favorável e um mercado interno protegido, também estabilidade política e um ambiente livre de agitações trabalhistas e comunistas¹¹³; ou seja, precisava demonstrar um clima atrativo para que fosse possível a entrada de capital externo.

Para Edwin Lieuwen¹¹⁴, o objetivo político dos Estados Unidos consistia em impedir qualquer movimento na América Latina de caráter comunista ou neutralista. Também, os interesses políticos dos Estados Unidos na América Latina estavam intimamente relacionados aos interesses militares e econômicos, em razão do possível surgimento de posições contrárias ao país, que poderiam ameaçar tanto seus programas militares como os econômicos. Essa política norte-americana teve forte influência no Brasil durante o governo Dutra, à medida que o país já de longa data possuía laços estreitos com os EUA, sendo seu principal parceiro na América do Sul.

A influência da política exterior dos Estados Unidos em países latino-americanos, com o respaldo de seus governantes, tendeu a direcionar o almejado modelo de desenvolvimento nacional (citado anteriormente) ligado às relações externas, como ocorreu no Brasil a partir do governo de Getúlio Dorneles Vargas (1930-1945) e continuou em outros governos, como o de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950).

Essa influência estadunidense no Brasil durante o governo Dutra girou em torno dos diversos projetos políticos e econômicos que este adotou, sempre visando obter o apoio dos Estados Unidos.

¹¹² Ibid.

¹¹³ BETHELL; ROXBOROUGH, 1996.

¹¹⁴ LIEUWEN, 1966.

Nesses projetos, Dutra adotou todas as medidas possíveis (econômicas, políticas e culturais) para demonstrar ao governo norte-americano que havia um campo propício para a aplicação de investimentos estrangeiros, como, principalmente, a liberação de importações e a perseguição ao “Monstro Vermelho” dentro do país, através de medidas antidemocráticas (como já foi dito anteriormente sobre a cassação do PCB). No que tange à política econômica, Dutra adotou uma série de medidas a fim de conquistar o apoio financeiro estadunidense para alavancar o processo de modernização da indústria brasileira, questão de que trataremos mais detalhadamente abaixo.

2.4 POLÍTICA E ECONOMIA NO GOVERNO DUTRA

No governo Dutra¹¹⁵, uma das medidas principais dentre as estratégias de sua política foi a liberação das importações, no intuito de, assim como outros países da América Latina, promover a modernização do setor industrial e agrícola, primordialmente buscando implementar indústrias mais eficientes, que, mesmo perdendo de início em lucratividade (em razão da entrada em massa dos mais variados produtos, gerando um possível barateamento do produto interno), seriam compensatórias à medida que a qualidade dos produtos internos fosse melhorada com a aplicação da tecnologia externa.

¹¹⁵ Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá em 1883 e faleceu no Rio de Janeiro em 1974. Foi um militar de carreira desde 1904. Participou da Revolta da Vacina em 1904, na capital federal contra o governo do presidente Rodrigues Alves. Em razão disso, foi expulso da Escola Militar, retomando os estudos no ano seguinte, ao ser anistiado. Ingressou em 1906 na Escola de Guerra de Porto Alegre. Em seguida, cursou a Escola de Artilharia e Engenharia. Durante a década de 1910 foi colaborador da revista *Defesa Nacional*, direcionada ao campo militar, além de haver sido nomeado instrutor da Escola de Artilharia e Cavalaria em 1912, e entre 1912 a 1915 também foi instrutor de cavalaria da Escola Militar do Realengo, da Escola Preparatória do Exército e da Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia. Em 1916 foi elevado a primeiro tenente. Durante a década de 1920, terminou o curso da Escola do Estado-Maior (1922) e várias vezes se envolveu na repressão aos levantes tenentistas contra o governo federal (por exemplo, *Os 18 do Forte* em 1922 e a Revolução Paulista em 1924). Em 1927 foi promovido a major. Participou da Revolução de 1930. Em 1931 foi promovido a coronel, assumindo em seguida o comando do 4º Regimento de Cavalaria Divisionária (MALIM, 2001). No ano de 1932 se tornou chefe de um destacamento na repressão à Revolução Constitucionalista em São Paulo, além de se tornar general nesse mesmo ano. Foi ministro de Guerra do governo Vargas do final de 1936 a 1945. Em 1945, adentrou à cena política brasileira disputando a Presidência da República. Sua candidatura foi apresentada oficialmente em 27 de março de 1945, e “representava a solução militar para o impasse da sucessão de Vargas” (SILVA, 1984), sendo eleito nas eleições de dezembro de 1945 e empossado em 31 de janeiro de 1946 (GOMES, 1994). De modo geral, é importante termos em mente o fato de que Dutra não era um político, e muito menos havia seguido a carreira de administrador, era um militar desde o início de sua carreira. Participou de vários episódios revolucionários, principalmente no que tange à repressão desses.

Esse raciocínio levava a crer que, com a melhoria dos produtos industrializados, maior seria a procura interna por eles. Tais idéias estão claras nas palavras do presidente Dutra quando este fala ao Congresso Nacional em 1947¹¹⁶.

Paralelamente à liberação das importações também ocorria a liberação dos fluxos de capital estrangeiro¹¹⁷. Essa última acompanhou os objetivos de atração de empresas multinacionais, a fim de que elas também pudessem modernizar o setor industrial e a economia.

Não obstante, para Pedro Paulo Zahluth Bastos¹¹⁸, o ano de 1947 foi marcado por uma crise cambial cuja causa foi a soma de vários fatores, como: a queda do saldo comercial em 1947; paralelamente, a ocorrência de um grande aumento das importações concentradas em moedas conversíveis (60% provenientes dos Estados Unidos), enquanto as exportações do país estavam concentradas em moeda inconvertível (somente 40% eram destinadas aos EUA); o fato de o preço do café não ter se recuperado como se esperava; a fuga de capitais ocorrida com a liberação das remessas de lucro, que gerou saídas líquidas de US\$ 500 milhões de 1946 a 1950, “desfinanciando o balanço de pagamento e limitando a acumulação”.

Dutra estava ciente da crise econômica e financeira que perpassava principalmente o campo cambial, gerando uma economia desestabilizada e permeada pelo aumento constante da inflação, verificado entre os produtos duráveis e não-duráveis¹¹⁹.

Com vista a explicar essa crise cambial e até mesmo justificar as ações administrativas realizadas até então, o presidente Dutra atribuiu sua causa não à política adotada após 1945, mas a uma perspectiva conjuntural e estrutural de longa duração¹²⁰.

¹¹⁶ Cabe tratar da importante questão do comércio exterior, na qual a política do governo se enquadra no plano geral econômico-financeiro de combate à inflação. Assim, no tocante à importação faz-se mister incentivar, predominantemente, a entrada no país de bens de produção, sem perder de vista, entretanto, a conveniência da vinda de certas utilidades básicas, particularmente gêneros de primeira necessidade, que, sobre representar um freio à especulação em certos setores, contribui para diminuir o desequilíbrio entre as disponibilidades de bens de consumo e o meio circulante (DUTRA, 1947, p. 85).

¹¹⁷ De igual modo, foi assegurado o retorno do capital estrangeiro [...] Tal providência, de grande alcance para a atração de novos capitais estrangeiros, tão necessários à nossa expansão econômica, foi ampliada logo após, abolindo-se limitações percentuais a que estava sujeito o retorno de capitais, bem como restrições à remessa de juros, lucros, dividendos, viagens, etc [...] Abrimos as portas ao capital alienígena sempre que ele possa colaborar ativamente na exploração racional de nossos recursos naturais, no aperfeiçoamento de nossas instalações técnicas, na criação de novas indústrias, e continuarmos esta política com as precauções necessárias para que esta colaboração seja de fato benéfica à economia nacional (DUTRA, 1947, p. 95-97).

¹¹⁸ BASTOS, 2004.

¹¹⁹ “Do ponto de vista econômico-financeiro, a característica preponderante da situação geral do país é o forte desequilíbrio, traduzido nos fenômenos de inflação, entre a massa dos produtos de consumo, imediato ou durável, entregue aos mercados internos, e os meios de pagamento. [...] Obviamente, estavam indicadas, para imediata prescrição, medidas de duas espécies: umas, de natureza financeira, para estancar a corrente emissiva avolumadora do meio circulante; outras, de natureza econômica, com o objetivo de aumentar a produção interna e, subsidiariamente, a importação dos artigos de maior carência” (DUTRA, 1947, p. 57).

De acordo com Bastos¹²¹, essa crise cambial teve como conseqüências mais importantes a “perda de ilusões”, com a conscientização de que a realidade da política internacional era hostil. Também fez o governo recuar em sua política cambial (que para ele era a ideal), mesmo contra sua vontade, pois, à medida que gastava mais divisas do que possuía, o governo Dutra, por volta de 1948, teve que passar a controlar as importações, embora não tenha deixado de dar respaldo à política de investimentos estrangeiros¹²².

Como conseqüência mais marcante dessas medidas econômicas do governo Dutra, o ano de 1947 foi marcado pela soma das importações superior à das exportações, ficando a balança comercial brasileira com um déficit de 55 milhões de dólares. O País se recuperou gradativamente desse desequilíbrio nos anos seguintes, mas não de modo a gerar saldos suficientes para cobrir os acordos comerciais do Brasil com outros países, principalmente no que diz respeito à dívida externa. Também as dívidas comerciais atrasadas se acumularam, pressionando muitos fornecedores externos a bloquear as vendas ao Brasil, fato que se refletiu no setor industrial brasileiro, com a desaceleração da produção manufatureira¹²³.

Como medidas para estudar e conhecer melhor os problemas que assolavam a economia brasileira, mas também como meio de conseguir investimentos externos (mais particularmente dos EUA), foi constituída, em 1948, uma comissão brasileiro-estadunidense para estudar a situação econômica brasileira e traçar um programa real e eficaz para o desenvolvimento do Brasil. O que foi chamado de Missão Abbink (discutida em detalhes adiante), que de acordo com Moniz Bandeira (1978), viria a completar o trabalho da Missão Cooke¹²⁴, enviada ao Brasil em 1942 pelo Presidente Roosevelt.

¹²⁰ “O Brasil é um país que ainda não se libertou das faixas de um processo de industrialização primária [...]. Seus grandes recursos potenciais, no reino vegetal ou mineral, jazem, por isto mesmo, inaproveitados [...]. Os aspectos graves da nossa balança de pagamentos decorrem precisamente do quadro desalentador do colonialismo econômico brasileiro. O problema que nos é proposto se resume, destarte, em não podermos utilizar e dinamizar as riquezas do solo e do subsolo, por nos faltarem bens de produção na quantidade necessária. Formula-se então o círculo vicioso: a produção de bens de consumo em larga escala se ressentida da escassez dos instrumentos, que a tornarão maior e lhe darão mais vasto alcance. Enquanto isso a produção desses fica retardada porque a economia colonial, de que ainda não nos desvencilhamos, compromete ou paralisa a plena posse de riquezas. Eis porque a política econômico-financeira do governo federal terá de estruturar-se para uma ação de longo prazo, tomando como ponto de partida assim as necessidades imediatas – bens de consumo – como mediatas – bens de produção. Cumpra-nos, todavia, coordenar esforços para que, na medida do possível a ação governamental se exerça conjugadamente nos dois setores. Não nos é mais possível depender da produção alheia para o abastecimento doméstico [...] (DUTRA, 1948, p. 89-90).

¹²¹ BASTOS, 2004

¹²² BANDEIRA, 1978.

¹²³ BASTOS, 2004.

¹²⁴ A Missão Cooke corresponde à missão técnica estadunidense enviada ao Brasil sob o comando de Morris Llewellyn Cooke em 1942. Paralelamente foi formada uma missão técnica brasileira chefiada por João Alberto Lins de Barros. Os objetivos principais dessa Missão consistiam em: incrementar a produção local de produtos básicos até então importados; realizar uma adaptação das indústrias brasileiras a uma modernização tecnológica a fim de realizar a substituição de grande parte das importações; aperfeiçoar os meios de transporte; destinar

No que diz respeito a uma das principais riquezas do país, o petróleo, no ano de 1947 o presidente Dutra nomeou uma comissão para elaborar o Estatuto do Petróleo, com a finalidade de definir o modo de resolver o problema de abastecimento de seus derivados em face do crescimento do seu consumo no país (o Estatuto dava margem à exploração privada no processamento do petróleo); mas antes que o anteprojeto chegasse ao Congresso ocorreu uma forte reação nacionalista, que acabou dando forma à “Campanha do Petróleo”, a qual, por sua vez, gerou o *slogan* "O Petróleo é Nosso" ¹²⁵.

Assim, em fevereiro de 1948 foi apresentado o Estatuto do Petróleo, e imediatamente, como reação, em abril de 1948 foi criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), estruturado e articulado por forças nacionalistas compostas por militares, homens públicos, intelectuais, estudantes e jornalistas. Nesse contexto, o temor das forças nacionalistas era a privatização das reservas de petróleo brasileiras e a cessão de sua exploração a capitalistas internacionais ¹²⁶.

Assim, na luta por afastar essa possibilidade, pequenos órgãos de imprensa e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) entraram em cena na Campanha do Petróleo. Com a adesão do PCB à Campanha, porém, ela passa a ser severamente reprimida pela polícia, sob a acusação do governo Dutra de que o movimento estava vinculado ao PCB, que naquele momento já havia perdido seu registro legal. Em última instância, o presidente Dutra desistiu do Estatuto do Petróleo no mesmo ano de 1948, e pediu ao Congresso recursos para a construção de refinarias estatais ¹²⁷.

Também em maio desse mesmo ano foi apresentado pelo presidente Eurico G. Dutra ao Congresso Nacional o Plano Salte, por meio da Mensagem Presidencial n.º 196. O Plano tramitou até ser aprovado após dois anos, em 18 de maio de 1950, por meio da “Lei n.º 1.102”. O significado do nome SALTE está ligado às iniciais de quatro áreas carentes de recursos no país: saúde, alimentação, transporte e energia.

Antes que as principais metas do Plano fossem traçadas, foi elaborada uma análise minuciosa para conhecer melhor os principais problemas que assolavam as áreas da saúde, alimentação, transportes e energia. Tal análise esclareceu os problemas emergenciais e traçou objetivos para a sua resolução. No setor saúde, foram constatadas a alta taxa de mortalidade infantil e adulta e a precariedade de recursos médicos. Em decorrência, a ênfase voltou-se para

melhor a poupança interna para o setor industrial. Mas não somente isso: é vista como uma das primeiras iniciativas no sentido de diagnosticar a economia brasileira de modo mais geral numa perspectiva de promoção do desenvolvimento do Brasil (CALICCHIO, 2004).

¹²⁵ FILHO; DIAS, 2001.

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ MALIM, 2001.

a Campanha Nacional de Saúde, com vista a melhorar a condição sanitária da população mediante o combate a vários tipos de doença. No setor de alimentação o problema central era a fome crônica, para cuja solução o Plano vislumbrou facilidades na distribuição de recursos destinados ao consumo e comércio, além de propor um vasto programa, capaz de articular várias medidas atreladas ao processo de produção alimentícia. No setor de transportes foi constatado que havia deficiências crônicas, do que decorreu a proposta de criação de um programa que incluísse a construção de ferrovias e rodovias, além das sugestões de reaparelhamento dos portos, investimentos na navegabilidade dos rios, aparelhamento da frota marítima e construção de oleodutos. No setor de energia, diversas medidas foram propostas no sentido de melhor aproveitar as riquezas das fontes de energia nacionais, como estudos aprofundados e investimentos nas fontes de energia minerais, elétricas, vegetais e hidráulicas (CALICCHIO, 2001)¹²⁸.

Para Malim,¹²⁹ a lei que estabeleceu o Plano Salte definiu a inserção no orçamento da União, nos exercícios de 1950 e 1951, de verbas para sua efetivação no valor integral de 11.650 milhões de cruzeiros antigos. Em junho de 1950, Mário Bittencourt Sampaio foi empossado como o primeiro administrador-geral do Plano, cuja coordenação ficou sob a responsabilidade do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). A partir de 1951, com a entrada de outro governo, o Plano foi abandonado, tornando-se letra morta todas as suas disposições.

No setor de construção de obras públicas, vale dizer que durante o governo de Dutra foram realizadas as seguintes obras: abertura da rodovia Rio - São Paulo (atual Via Dutra); conclusão da rodovia Rio - Bahia; ampliação da rede ferroviária em Goiás, Mato Grosso e Ceará; eletrificação das linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil; serviços de manutenção do vale do rio São Francisco; criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco; ampliação do porto do Rio de Janeiro; construção de casas populares; compra de navios petroleiros; construção do oleoduto Santos - São Paulo e de refinarias (Mararipe –BA e Cubatão – SP)¹³⁰.

De modo geral, considerando-se os planos e metas econômicas durante o governo Dutra, é possível afirmar que, economicamente, o Brasil suportou pressões dos Estados Unidos para que fossem utilizados os créditos acumulados com exportações realizadas no período da Segunda Guerra, os quais até então eram responsáveis por manter a balança comercial brasileira com um saldo favorável; mas ao optar pela liberalização do câmbio,

¹²⁸ CALICCHIO, 2001.

¹²⁹ MALIM, 2001.

¹³⁰ SILVA, 1984.

conseqüentemente o país abriu suas portas à importação de todos os tipos de produtos, principalmente dos que não eram de necessidade básica.

Tudo isso fez com que a economia interna sofresse grandes perdas de divisas, gerando prejuízos para a indústria nacional, que não era capaz de concorrer em condições de igualdade com os produtos importados, inovadores e oferecidos a preços atrativos. Quando o Governo abriu os olhos para a crise econômica que se alastrava, buscou reassumir o controle do cambial, mas grande parte das divisas acumuladas desde anos já havia sido gasta.

Em outras áreas o governo Dutra alcançou sucessos e sofreu fracassos. No que diz respeito ao setor de minas e energia, causou polêmicas em todo o país ao demonstrar seu apoio à iniciativa privada, abrindo a suspeita de privatização de importantes riquezas deste setor. No tocante ao setor de construção civil, realizou algumas obras importantes, já mencionadas acima. No campo social, no Plano Salte foram previstas importantes ações nos campos da saúde, alimentação, transporte e energia; mas infelizmente tudo se tornou letra morta, pois o Plano foi abandonado em 1951, com a posse do novo governo.

No campo financeiro internacional se estreitaram as relações do Brasil com as instituições financeiras internacionais (Banco Internacional, Fundo Monetário Internacional, dentre outras)¹³¹. A participação do Brasil nessas instituições ganhou força no governo Dutra, principalmente no que tange ao processo de aquisição de empréstimos a serem pagos a longo prazo, a fim de fomentar o desenvolvimento do Brasil¹³².

¹³¹ “[...] os países que se recusem a colaborar nesse sistema e, assim, adotem uma política de isolamento financeiro, nada conseguirão obter dos Estados Unidos em matéria financeira. Não se deve ter ilusões a respeito; se nos desligarmos do Banco Internacional, também encontraremos fechada a porta do Export-Import Bank” (EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL EM WASHINGTON. O Brasil, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, 1948, p. 5).

¹³² Que vantagens pode auferir o Brasil da sua participação no Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, mediante o pagamento que fez de pouco mais de dois milhões de dólares e de um pagamento, por assim dizer, de natureza quase simbólica de 18% da sua cota em cruzeiros? A grande vantagem é naturalmente a de poder obter empréstimos para o fomento da sua produção. O Banco Internacional só concede empréstimos a países membros. Além do Banco Internacional, não há outra instituição internacional ou banco que conceda empréstimos avultados, a prazo longo e a juros de 3-1/4%. Isto pode ser constatado no momento atual, pois o Banco Internacional concordou na concessão de um empréstimo de 75 milhões de dólares destinados à expansão da energia elétrica para o Rio de Janeiro e subsidiariamente para S. Paulo. Não me parece oportuno analisar a forma ou modalidade desse empréstimo, nem salientar a sua importância, pois é indiscutível que os dois maiores centros industriais do Brasil serão os beneficiários de tal investimento. De outro lado haveria falta de energia elétrica dentro de poucos anos. Assim, inicialmente, como resultado de uma participação pouco superior a dois milhões de dólares foram canalizados setenta e cinco milhões de dólares para fomentar a produção industrial. É de acreditar que outros empréstimos, - e nenhuma disposição do regulamento do Banco Internacional o impede -, sejam concedidos posteriormente para empreendimentos semelhantes. Se o Brasil estivesse afastado do Banco Internacional não encontraria no atual momento outra instituição ou banco para se incumbir de um investimento de tal magnitude (EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL EM WASHINGTON. O Brasil, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. 1948, p. 3-4).

No campo político internacional, os acontecimentos e ações mais marcantes da política externa da administração Dutra têm como pano de fundo a disposição do governo em dar respaldo às políticas estadunidenses na Guerra Fria, ao aliar-se aos Estados Unidos na divisão mundial entre os blocos capitalista e socialista, vindo até mesmo a romper as relações diplomáticas com a URSS.

A política externa voltada à URSS esteve marcada por incidentes diplomáticos que acabaram sendo o estopim para o rompimento das relações entre os dois países, cujos fatores precipitantes foram as boas relações político-econômicas do Brasil com os EUA e a repressão ao movimento comunista no país.

Sobre as relações entre o Brasil e os EUA é possível afirmar que o governo do general Eurico Gaspar Dutra adotou uma política de alinhamento do Brasil aos Estados Unidos em todos os setores da vida nacional. Esse alinhamento comporta ações governamentais que se estendem ao fechamento de acordos e tratados, à realização conjunta de conferências, à idealização de projetos em comum de acordos econômicos e financeiros, e principalmente à manutenção de uma excelente relação no campo diplomático entre a embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil e a embaixada do Brasil em Washington.

Durante o ano de 1947 houve um estreitamento das relações políticas e econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos. Como exemplos mais marcantes desse período temos a realização da Conferência Interamericana de Manutenção da Paz e Segurança do Continente, o Acordo de Estabilização Monetária entre o Brasil e os Estados Unidos e o Tratado de Reciprocidade entre o Brasil e os Estados Unidos no que tange ao *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT).

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente teve como arquiteto principal os Estados Unidos da América. De sua parte, a diplomacia brasileira demonstrou, em documentos diplomáticos, um elevado grau de receptividade a essa conferência, tendo sido o presidente Dutra um dos primeiros chefes de Estado a dar seu aval ao tratado dela resultante.

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente se realizou de 15 de agosto a 02 de setembro em Petrópolis (RJ), no Hotel Quitandinha. Na Conferência houve a reunião de 21 nações americanas, que objetivavam,

como em conferências anteriores¹³³, encontrar um modo de salvaguardar a defesa e a segurança do continente americano.

Permeada por debates em torno dessa preocupação, a Conferência atingiu seu ápice em 01 de setembro, quando o Secretário de Estado Robert A. Loyett apresentou ao presidente Truman, para ser aprovada, uma cópia do tratado formulado durante essa conferência, o qual fora ratificado pelos líderes e representantes de todas as nações participantes em 02 de setembro, último dia do evento.

Assim, na Conferência, os signatários

Resolveram – de acordo com os objetivos enunciados – celebrar o seguinte Tratado, a fim de assegurar a paz por todos os meios possíveis, prover auxílio recíproco efetivo para enfrentar os ataques armados contra qualquer Estado Americano, e conjurar as ameaças de agressão contra qualquer deles¹³⁴.

Esse tratado ficou conhecido como Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), e dava total respaldo à defesa mútua dos Estados signatários contra as possíveis agressões de países extracontinentais, além de prever a cooperação entre as forças armadas hemisféricas, através de ações conjuntas e intercâmbio informacional.

Em outubro desse mesmo ano o Brasil assinou o Tratado de Reciprocidade com os Estados Unidos, ou seja, assinou o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade – GATT*) já no momento de sua criação, tornando-se membro da Organização Mundial do Comércio. A prova de tal assinatura está em um documento da embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil (RJ) de 30 de junho de 1948, escrito pelo responsável interno por assuntos externos dos EUA David Mck Key e direcionado ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil Raul Fernandes, apontando: “Fiquei muito contente que o governo dos Estados Unidos do Brasil assinou no dia de hoje o protocolo para a aplicação provisória do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio do dia 30 de outubro de 1947”(tradução nossa)¹³⁵.

O ano de 1947 foi também marcado pelo Acordo de Estabilização Monetária entre o Brasil e os Estados Unidos com base na compra de ouro pelo governo Dutra, na expectativa de

¹³³ Por exemplo, a Conferência de Havana em 1940, na qual “determinou-se que qualquer tentativa contra a integridade ou a inviolabilidade do território de um Estado americano por uma potência extracontinental seria tomada como uma agressão aos demais” (SANTOS, 2005, p. 194).

¹³⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. 1947.

¹³⁵ EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO BRASIL. *Reciprocal Trade Agreement Between the United States of America and Brazil*, 1949.

estabilizar a moeda do país para o combate à inflação (decorrente da crise econômica brasileira abordada anteriormente).

Considerando-se as discussões sobre a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, o aval ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e o Acordo de Estabilização Monetária, é possível afirmar que o governo de Eurico Gaspar Dutra estava fortemente empenhado em estreitar cada vez mais os laços políticos e econômicos com o governo estadunidense, tendo como pano de fundo o desejo de angariar vantagens econômicas (principalmente através de empréstimos); por outro lado, o governo estadunidense também queria não só conquistar vantagens econômicas (exploração de minérios, etc.) no Brasil, mas principalmente fortalecer o campo político na luta contra a ideologia comunista. Todavia, muitos desses anseios do governo Dutra não foram atendidos, mesmo porque a atenção dos EUA estava direcionada à reconstrução da Europa.

De forma crescente, os objetivos de ambos vão ganhando forma em 1948, através da Conferência de Bogotá, com a criação da Organização dos Estados Americanos, de uma maior aproximação do Brasil com instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) e da celebração de um acordo entre os Estados Unidos e o Brasil direcionado a uma missão consultiva militar para o Brasil.

Dessa forma, no ano de 1948 cada vez mais iam se firmando as boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Assim, nesse ano o Brasil foi um dos países da América Latina a ratificar o tratado de criação de Organização dos Estados Americanos (OEA)¹³⁶ em 1948, na Conferência de Bogotá, momento em que se oficializaram documentos legais que possibilitavam a intervenção dos EUA em qualquer território latino-americano. Com a OEA se firmaram as bases estratégicas para a defesa continental americana, permitindo aos Estados Unidos incrementar o seu domínio e, paralelamente, consubstanciar sua hegemonia sobre quase todo esse território¹³⁷.

Entre o Brasil e os Estados Unidos não foram firmados somente acordos econômicos, mas também militares, como, por exemplo, a assinatura em Washington, em 29 de julho de

¹³⁶ A OEA foi criada pela IX Conferência Internacional de Estados Americanos (Bogotá, maio de 1948), com base em mandato contido na Resolução IX da Conferência Internacional Interamericana sobre os Problemas de Guerra e Paz (México, 1945). A referida Resolução encomendava a reorganização, consolidação e fortalecimento do Sistema Interamericano. Da referida Conferência, emanaram importantes documentos do sistema interamericano, como a própria Carta da OEA, o Tratado Americano de Soluções Pacíficas, conhecido como Pacto de Bogotá, e a Declaração Interamericana de Direitos e Deveres do Homem, assinada sete meses antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Informações disponíveis em <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/orgreg/oea/index.htm>>. Acesso em 02 de set. 2007.

¹³⁷ MUNHOZ, 2002, p. 44.

1948, do acordo para o estabelecimento de uma missão militar para o Brasil. A pedido do Presidente Dutra ao governo estadunidense, foi firmado, entre os governos dos dois países, um contrato com a finalidade de definir a missão de cooperação entre ambos para o estabelecimento e funcionamento, no Brasil, de um curso para chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica semelhante ao do *National War College*, de Washington. Assim, este curso seria basicamente constituído por pessoas do Exército, Marinha e Aeronáutica dos Estados Unidos da América, responsáveis por ministrá-lo¹³⁸.

O ano de 1949 é marcado pela visita do presidente Dutra aos Estados Unidos. Em memorando diplomático de 6 de abril de 1949 do Governo dos Estados Unidos é visível certa preocupação com o que seria tratado neste encontro de Estados, constando na temática dos rascunhos elaborados a promoção do desenvolvimento econômico e social de ambos os países. Nele se lê:

O Presidente dos Estados Unidos da América e o Presidente dos Estados Unidos do Brasil, desejosos de promover o desenvolvimento econômico e o progresso social, estão tomando medidas para facilitar o intercâmbio beneficente e mútuo referente a habilidades, tecnologia e investimento privado. Cientes da necessidade de garantias aos investidores e aos países receptores de investimentos acordaram de iniciar imediatamente as negociações para uma convenção baseada sobre certos princípios que serão postos a seguir. Ambos estão cientes de que esses princípios, os quais, até certos ponto, já estão incorporados em outros acordos, poderão atingir sua plena aplicação através da compreensão mútua e da cooperação contínua de ambos os países (tradução nossa).¹³⁹

Esse excerto do rascunho da reunião entre os governos demonstra que o presidente dos Estados Unidos da América e o presidente do Brasil estavam ansiosos por promover o desenvolvimento econômico e o progresso social, buscando medidas para facilitar o benéfico intercâmbio das habilidades, da tecnologia e do investimento privado. Reconheciam a necessidade de que os investidores e os países que recebiam investimentos concordassem em iniciar imediatamente a negociação com base em determinados princípios gerais estabelecidos nessa convenção. Reconheciam também que estes princípios, os quais, em alguma extensão, já estavam incorporados em outros acordos, só poderiam alcançar sua aplicação total com a compreensão mútua e a cooperação contínua por parte de cada um dos dois países.

Quanto ao Brasil, é de igual importância, no que tange às suas relações com os Estados Unidos, lembrarmos dos resultados da Missão Abbink em 1949. Para Vera

¹³⁸ MARSHALL ; NABUCO, 1948.

¹³⁹ UNITED STATE GOVERNMENT. *Office Memorandum Confidencial*. 1949.

Calicchio (2004)¹⁴⁰, a Missão Abbink corresponde à Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, formada em 1948 por um grupo de técnicos estadunidenses enviados ao Brasil sob a direção de John Abbink e por um grupo de técnicos brasileiros sob a direção de Otávio Gouveia de Bulhões. Essa Missão tinha como objetivo a análise dos fatores que se direcionavam à promoção do desenvolvimento econômico, ou ao seu atraso, retomando o princípio da cooperação criada durante a Missão Cooke (1942).

A Missão Abbink tem seus antecedentes em 1947, quando, em julho, John Wesley Snyder (Secretário do Tesouro dos EUA) visitou o Brasil a convite do governo brasileiro, com o intuito de analisar a situação econômica e as vantagens de investimentos de capitais estadunidenses no Brasil. Paralelamente, o governo brasileiro ansiava por angariar empréstimos dos EUA para serem direcionados à normalização da situação econômica do país e à promoção do desenvolvimento econômico. Em seu retorno aos EUA Snyder deu sinal verde para que a comissão pudesse ser iniciada. Os trabalhos da Missão foram distribuídos em comissões especializadas, que abarcavam as mais variadas temáticas (comércio, agropecuária, indústria, etc.).

Os resultados mais importantes do relatório da Missão Abbink foram apresentados em 7 de fevereiro de 1949, e destacavam principalmente: a necessidade de que todas as atividades econômicas fossem estruturadas na iniciativa privada; a necessidade de restringir créditos e a importância de cooperar com o capital estrangeiro nos ramos de “combustíveis, energia e mineração”¹⁴¹.

Em 1950, o governo Dutra pediu aos EUA um financiamento, que seria investido em um amplo programa de infra-estrutura. Esse pedido teve como resultado a solicitação da criação de uma comissão mista (Comissão Mista Brasil-EUA), constituída por técnicos de ambos os países, objetivando elaborar projetos direcionados a impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil, tendo-se como foco prioritário os setores de transporte e energia. Nas negociações de implementação dessa comissão, o governo estadunidense deixou claro que sua colaboração estava atrelada ao Programa do Ponto IV¹⁴² (um programa destinado ao auxílio de países subdesenvolvidos ameaçados de adesão à ideologia comunista). Além disso, o governo estadunidense esclareceu que a tarefa central da comissão mista consistiria no encorajamento da

¹⁴⁰ CALICCHIO, 2001.

¹⁴¹ Id. 2004.

¹⁴² O Programa do Ponto IV da Doutrina Truman foi um plano de ajuda estrangeira em época de paz fomentado pelos EUA, que deu margem a seguinte declaração do presidente Truman: "Fazendo-os incapazes de realizar suas aspirações razoáveis, sua miséria torna-os solo fértil para qualquer ideologia que lhes ofereça promessa, ainda que falsa, de caminhos que levem a uma vida melhor." (USA - Department of States, 1950, apud MORAIS, 1987, p. 73).

inserção da técnica e do capital estrangeiro no Brasil. Dentre as contribuições dessa comissão mista, a que mais se destacou foi a formação de um grupo de técnicos nacionais capazes de criar projetos e metas para o fomento do desenvolvimento econômico do Brasil¹⁴³.

Diante de tudo o que foi estudado sobre as relações políticas e econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos no período de 1946 a 1950, é possível considerar que quase toda a política do governo Dutra esteve diretamente ligada aos Estados Unidos. Não obstante, é fundamental que, antes de tudo, se analise um leque de fatores que, somados, levaram a tal ação por parte de ambos os governos.

Considerando-se esse período (1946 - 1950) dentro de um enfoque mundial, são marcantes os acontecimentos políticos e econômicos internacionais no pós-Segunda Guerra que culminaram na Guerra Fria, a qual, por sua vez, gerou a bipolaridade do mundo com a formação de dois blocos antagônicos, liderados respectivamente, pelos EUA e pela URSS, que buscavam o apoio dos mais diversos países na luta pelo poder

Assim, a ideologia comunista se expandia pelo mundo, como também a ideologia capitalista. Quanto a esta última, os Estados Unidos, cuja política externa oscilava entre as formas isolacionista, unilateralista e intervencionista, passam, de forma decisiva, a pôr em prática esta última, dirigindo seu foco principalmente para a Europa Ocidental, através de planos de reconstrução dos países mais afetados pelo recém-encerrado conflito mundial.

Muitos países da América Latina que careciam dos financiamentos norte-americanos (EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1948)¹⁴⁴ armavam uma situação política “estável” que oferecesse um terreno capaz de receber investimentos externos estadunidenses. Para que tal situação política fosse estável era necessário que fossem reprimidas as dissidências ideológicas - no caso, os movimentos e partidos de cunho comunista.

Isso ocorreu também no Brasil sob o governo Dutra, criando uma crise gritante na economia brasileira com a adoção de uma política de liberalização cambial, a liberação de importações e a abertura do país ao capital externo. Tudo isso gerou um gasto exacerbado de divisas que o Brasil levava anos para acumular.

Nesse contexto, para esse governo a solução mais simples estava em dar o aval às conferências promovidas pelos Estados Unidos e a seus respectivos tratados, além de se tornar um dos países integrantes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e realizar diversos acordos econômicos com estas instituições em moldes estadunidenses.

¹⁴³ CALICCHIO, 2001.

¹⁴⁴ EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Conferência de Bogotá, 1948.

Em tais condições, considerando-se que, como dito anteriormente, Eurico Gaspar Dutra não possuía um histórico de administrador exímio, mas sim, de militar, semelhantemente ao que se verificou em outros governos da América Latina, suas ações no campo político se deram no sentido de reprimir os movimentos sociais e partidos ligados ao comunismo.

Assim, para salvar o campo econômico, Dutra adotou várias medidas econômicas, políticas e diplomáticas, num ato com o qual buscava demonstrar ao governo estadunidense que no Brasil havia condições propícias à entrada de seus capitais, tudo com vista a angariar investimentos - os quais, aliás, só fizeram aumentar a dívida externa do Brasil.

Sob um aspecto geral, este capítulo buscou realizar uma discussão que abarcasse um contexto político e econômico mais abrangente, com vistas a delinear os principais fatores ligados à “perseguição ao Monstro Vermelho”, tendo como fundamentação histórica uma análise mais geral sobre a ideologia comunista no mundo, a chegada desta ideologia ao Brasil e sua consubstanciação na formação do PCB.

Tudo isso se fez em um contexto histórico mundial que foi se delineando cada vez mais com base na bipolaridade do poder internacional, essencialmente no pós-Segunda Guerra (EUA *versus* URSS), e em um contexto nacional no qual o planejamento político-econômico do governo Dutra se direcionou a adoção de drásticas medidas econômicas que aumentaram a dívida pública e em uma política com vista a expurgar o “Monstro Vermelho” da “Pátria Verde-Amarela” a fim de angariar o apoio econômico estadunidense.

Dessa forma, neste capítulo houve o propósito de situar historicamente a análise da RLP; contudo, antes de realizarmos a análise dessa revista, é fundamental esclarecer os mais diversos fatores que compreendem a imprensa, voltando para uma análise focada na inter-relação entre imprensa e ideologia.

3 IMPRENSA E IDEOLOGIA

3.1 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E IMPRENSA

As reflexões teóricas de Antônio Gramsci¹⁴⁵ sobre a conquista e manutenção da hegemonia nas sociedades capitalistas, suas distinções entre a sociedade civil e a sociedade política e a identidade funcional entre os dois planos do Estado em sentido amplo, orientam teoricamente a análise, por esta discussão estar intimamente ligada à disseminação da propaganda político-ideológica anticomunista da RLP uma vez que essa revista era um órgão da Polícia.

Em razão disto, começaremos elucidando o conceito de Estado (ou sociedade política) e suas atribuições político-sociais, bem como o conceito de sociedade civil e os atributos que comporta esse conceito - como ideologia, estrutura ideológica, material ideológico e a atuação ideológica e cultural dos intelectuais - tudo isso para situar o lugar da imprensa como aparelho privado de hegemonia nesse contexto.

Sobre o conceito de Estado Gramsci elaborou algumas formulações, podendo este ser compreendido como sociedade política, ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado momento¹⁴⁶.

Destarte, o Estado se revela como um conjunto de atividades teóricas e práticas que possibilitam que determinada classe social ou união de classes busquem conquistar e manter o seu domínio, dando forma a um complexo de relações de produção e garantindo o consenso entre os governados¹⁴⁷.

Segundo Carvalho, esse consenso dos governados (dominados) é consubstanciado por meio da educação que se dá pelo caminho legal-burocrático do aparelho do Estado (sociedade política) e fundamentalmente por meio das organizações privadas da sociedade civil, como partidos e associações¹⁴⁸.

Nas palavras de Gramsci:

¹⁴⁵ “Gramsci foi um intelectual (jornalista e socialista) que teve a relacionalidade como fundamento básico de seu pensamento político-filosófico, como quando concebe o conceito de "bloco histórico", estrutura/superestrutura como igualmente determinantes. Dessa forma, foi além do economicismo mecanicista e do idealismo. Seu instrumental analítico-teórico é composto por categorias de bloco histórico, hegemonia, intelectuais, sociedade civil e política e teoria ampliada do Estado, estando todas ligadas dialeticamente” (SOARES, 1998).

¹⁴⁶ GRAMSCI, 2000.

¹⁴⁷ GUIDO, 2003.

¹⁴⁸ CARVALHO, 2004.

[...] os partidos e as associações como trama “privada” do Estado [...] Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições. O Estado tem e pede consenso, mas também “educa” este consenso das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente¹⁴⁹.

Muito mais do que um instrumento para manter e garantir as condições da produção Gramsci atribui também ao Estado a condição de aparelho ideológico. Assim, “O Estado quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil”¹⁵⁰

Nessa direção, o Estado, desde a sua criação, constitui-se como centro institucional da sociedade, embora não como sujeito da história, pois ele é constituído pelas classes sociais, as quais só podem realmente se tornar hegemônicas à medida que se considerem capazes de “tornar-se Estado”¹⁵¹.

Desse modo, Gramsci nota que a “escassa compreensão do Estado significa escassa consciência de classe”¹⁵². Mais do que somente isso, o Estado é o instrumento de determinada classe e, paralelamente, campo de batalha na luta pela hegemonia e um meio de aliança entre as classes dirigentes¹⁵³.

Para Gramsci, “a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis [...] entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados”¹⁵⁴. Nesse sentido, “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”¹⁵⁵.

Por fim, o considerando os estudos sobre Gramsci elaborados por de Guido¹⁵⁶, o Estado pode ser considerado ao mesmo tempo o campo onde, fundamentalmente, se trava a luta de classes, o processo em si e o instrumento dessa luta. Os atores principais dessa luta são o que Gramsci denomina de “classes fundamentais”, e, “tornar-se Estado” para essas classes é uma ocasião única na luta pela hegemonia¹⁵⁷.

¹⁴⁹ GRAMSCI, 2002. Vol. 3, p.119.

¹⁵⁰ Ibid., p. 265.

¹⁵¹ GUIDO, 2003.

¹⁵² GRAMSCI, 1966. Vol. 3, p.192.

¹⁵³ GUIDO, 2003.

¹⁵⁴ GRAMSCI, p. 42.

¹⁵⁵ Ibid., p. 331.

¹⁵⁶ GUIDO, 2003.

¹⁵⁷ “Raymond Williams nos ajuda a entender a hegemonia em Gramsci expondo que a hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de ‘ideologia’, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como ‘manipulação’ ou ‘dominação’. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores –constitutivo e constituidor– que, ao serem experimentados como

Gramsci também afirma que “se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que *Estado é = sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia couraçada de coerção*”. Ainda: “Por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou ‘sociedade civil’”. Em resumo, Gramsci assegura que, em sua acepção “integral”, o Estado é “ditadura + hegemonia”; ou seja, sociedade política (aparelho burocrático, militar e jurídico que é responsável pelo poder legal ou de fato, de coerção) e sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia ou organismos) são duas determinações superestruturais que integram o Estado¹⁵⁸.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como “privados” e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”¹⁵⁹.

Em um sentido mais amplo, a sociedade política em Gramsci recebe algumas definições, como:

Sociedade política ou Estado, que corresponde à (função de) “dominação direta” ou de comando que se exprime no Estado ou governo jurídico” [...]. Sociedade política ou ditadura, ou aparelho coercitivo para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento. [...] Governo político [...], isto é aparelho de coerção do Estado, que assegura “legalmente” a disciplina desses grupos que recusam seu acordo, seja ativo ou passivo; no entanto, é constituído para o conjunto da sociedade, em previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando falha o consenso espontâneo”¹⁶⁰.

A sociedade civil compreende o conjunto dos organismos privados, os quais estão diretamente incumbidos de exercer a função de hegemonia que a pequena classe dominante exerce sobre o resto da sociedade. Assim, a sociedade civil é capaz de atingir um imenso campo de alcance, à medida que a própria ideologia da classe dirigente tende a abarcar todos os veios da ideologia¹⁶¹.

prática, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas da sua vida” (SOUZA, 2005).

¹⁵⁸ GUIDO, 2003.

¹⁵⁹ GRAMSCI, 2000. Vol. 2, p.20-21.

¹⁶⁰ GRAMSCI, apud PORTELLI, 1977, p. 30.

¹⁶¹ MONAL, 2003.

Além disso, a concepção de mundo da classe dominante é disseminada em praticamente todos os níveis sociais, a fim de que se estabeleçam laços entre esses níveis para facilitar o processo de dominação, terminando a classe civil por se adaptar a todos os grupos, em razão de suas diversas faces¹⁶².

Hugues Portelli contribui com essa discussão acrescentando que, a sociedade civil é dotada de três níveis capazes de dirigir ideologicamente a sociedade, a saber: a própria ideologia, a estrutura ideológica (organizações responsáveis pela sua criação e difusão) e o material ideológico (meios e instrumentos técnicos de difusão dessa ideologia criada – escola, imprensa, etc.)¹⁶³.

Acrescentando que, Gramsci define ideologia como “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva”¹⁶⁴.

Assim, para Portelli a estrutura ideológica situa-se no nível interno de sua articulação, reunindo organizações destinadas a criar e difundir a ideologia da classe dominante e englobando praticamente todas as formas de comunicação social e meios capazes de moldar a opinião pública, incluindo-se instituições como igreja, escola e, principalmente, a imprensa, que é nosso foco de estudo. Quanto a esta última, vale lembrar que foi objeto de estudo de Gramsci, que a considerou como a instituição mais dinâmica dentro da sociedade civil, capaz de exercer uma ampla função ideológica, tanto quanto a organização escolar. O material ideológico capaz de difundir a ideologia tem seu cerne nos meios de comunicação de massa, desde os audiovisuais, que para Gramsci são mais eficientes, até os escritos (livros, revistas, jornais)¹⁶⁵.

Nas palavras do estudioso de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho

[...] a sociedade civil [é] formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.¹⁶⁶

Com isso, nessa sociedade civil, a direção intelectual consiste em um instrumento-chave para que a operação ideológica, que se dá por meio da direção cultural e moral (pela classe governante sobre a governada), seja posta em prática, fazendo com que as classes

¹⁶² NOGUEIRA, 2003.

¹⁶³ PORTELLI, 1977.

¹⁶⁴ GRAMSCI, 1995.

¹⁶⁵ PORTELLI, 1977.

¹⁶⁶ COUTINHO, 2007, p.127.

governadas (dominadas) absorvam tal ideologia e acabem por expressar concepções de mundo que estão muito além de sua realidade, ou seja, que não são suas; e essas concepções de mundo são criadas e manipuladas em grande medida pelos intelectuais, cumprindo lembrar que são esses intelectuais que darão forma ao conteúdo da RLP.

Na concepção de Gramsci, os intelectuais transitam por dois planos superestruturais: a sociedade civil e a sociedade política ou Estado. Segundo o autor, eles, na maioria das vezes, são os responsáveis pela criação ideológica da classe dominante, à medida que geram nesta a consciência de sua função no quadro social - consciência que se transforma na “concepção de mundo” que passa a ser transmitida a toda a sociedade¹⁶⁷.

Os intelectuais também podem ser incumbidos de difundir a ideologia da classe dominante no centro das organizações da sociedade civil (igrejas, sistema escolar, sindicatos, partidos, imprensa – que é nosso foco de estudo - etc.), gerando a “estrutura ideológica” e o “material de difusão” dessa classe. Por isso, os intelectuais são também definidos por Gramsci, paralelamente, como funcionários da sociedade civil e agentes da sociedade política, exercendo a função de gestão do aparelho de Estado¹⁶⁸.

Dessa forma, “os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...]”¹⁶⁹. De modo geral, podemos citar que:

[...] Gramsci os qualifica como “funcionários das superestruturas. Os intelectuais são células vivas da sociedade civil e da sociedade política: são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhes assim consciência de seu papel, e a transformam em “concepção de mundo” que impregna todo o corpo social. No nível da difusão da ideologia, os intelectuais são os encarregados de animar e gerir a “estrutura ideológica” da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil (Igrejas, sistema escolar, sindicatos, partidos, etc.) e de seu material de difusão (*mass media*). Funcionários da sociedade civil, os intelectuais são igualmente os agentes da sociedade política, encarregados da gestão do aparelho de Estado e da força armada (homens políticos, funcionários, exército, etc.)¹⁷⁰.

Em suma, é na conjuntura das relações de hegemonia que é necessário considerar a ação dos intelectuais, pois, para Gramsci, a hegemonia da classe dominante se assenta em seu

¹⁶⁷ GRAMSCI, 1995.

¹⁶⁸ Lembrando que as definições dadas por Gramsci aos Intelectuais é muito mais ampla do que estas. Assim, “o conceito de intelectual em Gramsci é bem mais amplo do que se costuma empregar, abrange indivíduos que se dedicam a organizar idéias ou atividades práticas. Ao simplificar a definição, o autor amplia muito o estrato. Esses intelectuais podem ser orgânicos de determinados grupos ou classes sociais, ou tradicionais sem ligações diretas com grupos específicos” (CARVALHO, 2004, p. 05).

¹⁶⁹ GRAMSCI, 1995. p.11.

¹⁷⁰ PORTELLI, 1977.

monopólio intelectual. Tal monopólio possibilita que forças políticas e sociais rivais sejam anuladas por meio da expansão da ideologia (concepções de mundo) criada pelos intelectuais.

Munido do controle sobre grande parte dos órgãos formadores de opinião, o Estado, nas sociedades capitalistas, exerce e justifica seu poder por intermédio de intelectuais que atuam na criação da disciplina legal-burocrática ou órgãos formadores de opinião¹⁷¹. Disso decorre a constituição e disseminação de concepções de mundo na sociedade civil estruturadas socialmente pela hegemonia.

Com isso, as classes dirigentes, por meio de órgãos de opinião da sociedade civil, expõem os seus planos e os projetos políticos particulares como pertencentes ao conjunto da sociedade, garantindo para si a hegemonia sobre o resto da sociedade. Para fazê-lo, utilizam-se, principalmente, dos meios de comunicação (como a imprensa), que funcionam como legitimadores dos poderes político e econômico na sociedade capitalista. Desse modo, os órgãos de opinião da sociedade civil atuam na realização do conjunto de atividades teóricas e práticas através das quais uma classe ou aliança de classes assegura o seu poder, conformando um conjunto de relações de produção e assegurando o consenso dos governados¹⁷².

No entanto, devemos sublinhar o fato de que a imprensa pode se constituir, da mesma forma, em um meio de resistência a esse poder.

Gramsci, como jornalista e militante político socialista, atribuía à imprensa um grande valor como ferramenta pertencente à sociedade civil, capaz de gerir o campo das idéias, da moral e do intelectualismo. Assim, ele define a imprensa, nas sociedades capitalistas, como aparelho privado de hegemonia que pertence ao plano da sociedade civil e funciona como um braço do Estado. Ela atua na formação do consenso em torno do projeto político que representa os interesses da classe dominante e dirigente, sob a direção do grupo no poder de Estado, por meio da difusão de idéias que permitam obter e/ou manter a hegemonia dessa classe¹⁷³.

Nessa perspectiva, estudar a imprensa (mais particularmente, o meio de comunicação em revista) como aparelho privado de hegemonia consiste em se aprofundar na análise dos discursos ideológicos presentes nos artigos selecionados tendo sempre em mente que esses discursos ideológicos comportam o potencial de universalizar interesses e concepções de mundo que na realidade são particulares (das elites). Tais discursos têm como pano de fundo a

¹⁷¹ CARVALHO, 2004.

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ ALMEIDA, 2002.

camuflagem da verdade/realidade, sendo a imprensa um forte instrumento ideológico dentro do contexto social.

3.2 IMPRENSA COMO INSTRUMENTO IDEOLÓGICO

A base de difusão da ideologia dentro da imprensa é a linguagem, tanto a falada quanto a escrita. Devemos considerar que a linguagem é perpassada por um jogo entre dominadores e dominados, seja de forma consciente ou inconsciente.

Assim:

A luta entre segmentos sociais expressa-se também na luta consciente e inconsciente entre as diversas, diferentes e contraditórias materializações lingüísticas de suas diferentes visões de mundo. A dominação de classe dá-se e consolida-se por meio da comunicação de linguagem. Em uma sociedade dada, a linguagem dominante tende a ser a linguagem da classe dominante. A hegemonia de uma Classe impõe-se igualmente pela hegemonia de sua linguagem. [...] A revolução tecnológica da escrita deu-se também no contexto das oposições sociais e de classe. A representação gráfica facilitou e facilita o aprofundamento da subalternização dos segmentos sociais explorados ágrafos, por meio da universalização das línguas e das visões de mundo das classes exploradoras, senhoras da arte de registrar, difundir e universalizar seus conceitos pela escrita¹⁷⁴.

A linguagem, em suas diversas formas, é capaz de introduzir em determinadas sociedades os valores de outras. Desse modo, quando abordamos questões relacionadas à imprensa, é importante considerarmos que seu papel social vai além da simples função de informar, podendo ser também ferramenta da elite para manipular as classes, através da disseminação de informações dotadas de uma força simbólica que acabam contribuindo para moldar grande parte da opinião pública. Contudo, pode ser também instrumento de resistência. Tudo isso é possível por meio de uma linguagem de legitimação, que

[...] demonstra o caráter legítimo ou inferior de todas as outras possibilidades históricas, ou pelo menos a inadequação de qualquer outro modelo à situação presente. Assim agindo, precisa designar e proporcionar as interpretações necessárias à condenação de todas as demais formas de poder. De igual modo, seja qual for a ênfase a que venha a recorrer, a linguagem de legitimação deve nomear os detentores legítimos dos diferentes poderes, indicar as condições de seu recrutamento e evocar as razões de sua autoridade¹⁷⁵.

¹⁷⁴ CARBONI, 2003, p. 105.

¹⁷⁵ ANSART, 1978, p. 43.

Nessa direção, há muito tempo tem se buscado identificar e compreender a intervenção dos meios de comunicação na sociedade. Têm sido estudados seus efeitos e funções. Com isso, cada vez mais os meios de comunicação deixaram de ser vistos como uma instância neutra a serviço da sociedade e passaram a ser observados no âmbito do processo de desenvolvimento ideológico, da luta de classes, e como instrumento de poder político e econômico na esfera de dominação¹⁷⁶.

Nesse contexto, a imprensa é fundamental para conseguirmos entender como evolui ou regride essa esfera de dominação, à medida que os meios de comunicação são responsáveis pela criação e/ou difusão de “concepções de mundo” manipuladas de acordo com determinados interesses da classe dominante ou como instrumento de reação da classe dominada, de modo que cada classe busca formar, dentro de um complexo social, uma opinião favorável à sua própria concepção de mundo.

Além disso, a imprensa é uma fonte muito rica de referência para o trabalho do historiador, por ser suscetível de variados comprometimentos, já que está paralelamente situada no espaço público e no privado e se constitui como empresa inserida no sistema capitalista¹⁷⁷, sendo, na contemporaneidade, um instrumento ideológico desse sistema.

Ademais, na perspectiva de Israel Drap Senderey¹⁷⁸, ela é também uma fonte que compreende um conjunto complexo de periódicos, jornais, semanários, revistas e outras publicações da mesma natureza, cada um com suas características próprias, disseminando suas idéias e informações quer em nível local, quer em nível de abrangência nacional ou internacional. A imprensa é uma instituição social de organização complexa, com numerosas funções e extensas possibilidades, que exerce enorme influência na formação da opinião pública e, portanto, na estrutura e estabilidade social¹⁷⁹.

Desse modo, é perceptível o grau de importância e influência que a imprensa detém dentro de cada sociedade, decorrente de sua função comunicacional. Ela é capaz de disseminar mensagens atreladas a interesses de um grupo ou classe, que, em grande medida, são absorvidas pela maioria de seus receptores sem uma crítica mais aprofundada. Destarte, ela tende a moldar o pensamento do indivíduo conforme determinadas perspectivas ideológicas, podendo ir muito além da simples função de informar e se estender ao campo de luta pela conquista e/ou manutenção do poder.

¹⁷⁶ FRANÇA, 2002, p. 185.

¹⁷⁷ MOTTER, 1990, p. 55.

¹⁷⁸ SENDEREY, 1983.

¹⁷⁹ Ibid.

Em face dessas reflexões, é possível afirmar que a imprensa, em suas produções, não é imparcial, à medida que deixa transparecer as influências do meio no qual está inserida. Ciente disso torna-se importante efetuar atenta análise das características das subjetividades que podem estar presentes em suas publicações, pois essa análise nos permitirá compreender a sua relação com o leitor, com a sociedade, com os meios de dominação e principalmente com a história de determinado período e sociedade.

É nessa direção que, na atualidade, a imprensa tem sido cada vez mais alvo de pesquisas históricas. Historiadores têm buscado constantemente estudar esse meio de comunicação, a fim de reconstruir um pouco da história das lutas políticas e sociais presentes nas fontes que a imprensa deixou. Isso porque, ao longo da sua existência a imprensa, através dos intelectuais que a compunha, se empenhou em criar e disseminar perspectivas de mundo carregadas de ideologias de diversos setores sociais e projetos políticos (tanto de esquerda, quanto de direita).

Ciente da contribuição que o estudo das fontes produzidas pela imprensa pode fornecer à história cabe ao historiador, apoiado em um instrumental metodológico que o capacite para tal tarefa, buscar compreender e reconstruir, quando possível, importantes acontecimentos históricos por ela construídos e/ou veiculados. Para isso, é preciso estar atento ao papel ideológico exercido pela imprensa, que, muitas vezes a serviço das classes dominantes, transmite tal ideologia por meio de formas com tendência à uniformização da opinião pública.

Além disso,

[...] há, ainda, um traço ostensivo, que compara a estreita ligação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista, aquele acompanhando a este numa ligação dialética e não simplesmente mecânica. A ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos. O traço consiste na tendência à unidade e à uniformidade. Em que pese tudo o que depende de barreiras nacionais, de barreiras lingüísticas, de barreiras culturais – como a imprensa tem sido governada, em suas operações, pela regras gerais da ordem capitalista, particularmente em suas técnicas de produção e de circulação – tudo conduz à uniformidade, pela universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento¹⁸⁰.

A imprensa também possui o atributo de oscilar entre duas esferas, a do real e a do imaginário, à medida que traz para o imaginário político-social os fatos que podem ou não ocorrer na realidade. Assim, ela tem o poder de adaptar os acontecimentos reais ao mundo

¹⁸⁰ SODRÉ, 1966, p.01-02.

mental manipulando informações que podem privilegiar pequenos grupos elitizados em detrimento da grande maioria da população.

Essa distinção entre duas esferas - a do real e a do imaginário - está presente nas discussões de Walter Lippman¹⁸¹. Para ele, existe um grande mundo, permeado de acontecimentos políticos, econômicos e sociais que estruturam a realidade, e, paralelamente, um mundo imaginário, mental e emocional, manipulado pelo mundo real.

Essas duas esferas dão à imprensa um poder muito grande como formadora de opiniões, porquanto.

A opinião não tem um caráter original, autenticamente pessoal, que alguns lhe conferem, mas é relativa a um grupo ou a muitos grupos — e, de outro lado, que não reflete naturalmente a realidade e sim, ao contrário, dela nos dá uma imagem deformada pelos interesses comuns ao grupo, quer interesses de classe, quer interesses profissionais, quer interesses nacionais¹⁸².

Assim, a ação sobre a opinião do indivíduo se dá à medida que o modo de conceber tal realidade é modificado. É evidente o poder da imprensa como formadora e moldadora de opiniões, muitas vezes uniformes, principalmente pela ação que nela desempenham os intelectuais.

Da mesma forma, é possível associar imprensa e poder, ou seja, não há imprensa sem poder nem poder sem imprensa, estando essas forças intimamente vinculadas ao longo da história¹⁸³.

Historicamente, a partir da invenção da imprensa por Gutenberg por volta de 1450, ela passou a se constituir como ferramenta de luta pelo poder político no seio da sociedade européia e depois no mundo, porquanto o período de sua invenção coincidiu com o de criação do Estado Moderno. Não obstante, seria injusto generalizar tal condição, pois a imprensa, mesmo estando, ao longo de sua história, constantemente atrelada à batalha no campo político, não foi sempre uma mera ferramenta nas mãos do poder político, pois houve também imprensa independente desse poder¹⁸⁴.

Em consonância com essa relação entre imprensa e poder, é importante acrescentar que a linguagem do poder contribui de forma determinante para destacar as distinções sociais, principalmente as que criam um fosso entre os governantes e os governados, chegando muitas vezes ao extremo de fazer com que a palavra política não seja transmitida de uma só vez e

¹⁸¹ LIPPMANN, 1949.

¹⁸² SANT'ANNA, 1996, p. 55.

¹⁸³ MOTTA, 2002.

¹⁸⁴ Ibid.

diretamente, mas pouco a pouco e por mediadores¹⁸⁵. Tais mediadores são, em grande medida, os intelectuais que integram o mundo dos meios de comunicação, e mais amplamente, da imprensa escrita.

No âmbito da política, em grande parte de sua história a classe governante utilizou-se desse meio de comunicação para persuadir as massas, a fim de minar as resistências ao governo e assegurar uma governabilidade hegemônica, pois à medida que as forças contrárias fossem anuladas, criar-se-iam condições mais adequadas à ação hegemônica do poder. Além disso, a imprensa escrita também serviu como instrumento de resistência, pregando um poder político alternativo, como observado no caso da imprensa comunista em nosso país. Nesse caso, como em muitos outros, a imprensa foi fortemente utilizada como meio de expressão de resistências políticas, pregando aversão ao regime político instituído, daí os períodos de repressão que sofreu ao longo de sua história. Desse modo, “todo poder é político, precisa de visibilidade, necessita institucionalizar-se como expressão ao todo social e, por isso precisa da imprensa”¹⁸⁶.

Assim, a imprensa é ao mesmo tempo um instrumento que pode ser utilizado para manter e reproduzir a ordem política instituída ou para resistir e se opor a essa ordem, em qualquer nível social. É o campo no qual se desenrola a luta de classes, a luta política pela conquista ou manutenção do poder.

Sobre isso, Maria Helena Capelato e Maria Ligia Coelho Prado¹⁸⁷ expõem que a imprensa é, essencialmente, um instrumento de manipulação de interesses e de interferência na vida social. Não é um mero veículo de informação imparcial e neutro nem está isolada da realidade político-social que a circunda.

É importante, de igual forma, atentar também para o fato de que a imprensa possui atributos complementares à política, que se estendem às funções econômicas (comerciais), culturais (difunde costumes) e jurídico-institucionais (legitima princípios morais). São complementares quando pensamos a política como uma teia complexa perpassada por relações hegemônicas.

Na complexidade de seus atributos, a imprensa, por meio dos intelectuais que fazem parte de seu corpo editorial e lhe dão vida, manipula informações a ponto de direcionar a opinião do leitor para o consentimento passivo ou a recusa de dados projetos políticos. Para isso ela faz uso da manipulação (criação ou reedição) racional/intencional dos artigos e/ou

¹⁸⁵ BALANDIER, 1982, p. 13.

¹⁸⁶ MOTTA, 2002, p. 13.

¹⁸⁷ CAPELATO e PRADO, 1980.

reportagens a serem impressos, gerando uma estruturação ideologizada da informação, ou seja, um discurso ideológico.

3.3 DISCURSO, IDEOLOGIA E PODER NO GÊNERO REVISTA DE OPINIÃO E INFORMAÇÃO

No âmbito da História, a revista é utilizável como fonte, por ser uma produção intelectual que pode representar determinado período, fornecendo indícios de valores e costumes sociais.

Da mesma forma, as revistas de notícias semanais, mensais ou semestrais de caráter informativo e interpretativo são consideradas como produtos do desenvolvimento dos meios de comunicação impressos no século XX¹⁸⁸.

De acordo com Vanderlei Souza Carvalho,

[...] o gênero revista de informação e opinião, ou informativa e interpretativa, não reivindica a condição de neutralidade ou imparcialidade, desde o seu nascedouro. Além disso, como já apontamos, todo e qualquer meio de comunicação fala em nome de interesses de grupos, classes ou segmentos sociais. Nada, portanto, a estranhar que um meio de comunicação qualquer, mas, sobretudo, do gênero revista, presente à luz do dia suas idéias políticas que, numa sociedade de classes, são igualmente interesses de classe. Pela sua natureza mesma, as revistas de informação e opinião sentem-se com capacidade e autoridade para influenciar os processos políticos¹⁸⁹.

Verifica-se então que as revistas de informação e opinião são constituídas de discursos carregados de ideologia e poder. Em outras palavras, o discurso dessas revistas constitui a representação de uma realidade mais profunda, sendo representado, de modo idealizado, como uma fonte social. Assim, a produção discursiva de uma sociedade é consequência de uma prática social imbricada em estruturas sociais materiais e direcionada a elas.

Norman Fairclough¹⁹⁰ caracteriza o discurso, de modo geral, como prática política e ideológica. Sobre a prática política, o discurso funda, nutre e muda as relações de poder e as entidades coletivas nas quais existem tais relações. Sobre a prática ideológica, o discurso compõe, conserva e modifica os significados de mundo nas mais diversificadas disposições das relações de poder.

¹⁸⁸ CARVALHO, 2004

¹⁸⁹ Ibid., p. 12.

¹⁹⁰ FAIRCLOUGH, 2001.

O discurso consiste ainda em uma forma de ação e de representação da estrutura social, ou seja, é moldado e limitado pela estrutura social. Dessa forma, “os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados¹⁹¹”. Além de ser socialmente construído, o discurso também é uma prática de significação e de representação da sociedade, criando um mundo simbólico; logo, é imprescindível que a análise de um discurso observe os processos de produção e de repartição e absorção da informação textual¹⁹².

Em resumo, Fairclough (2001) concebe o discurso como uma espécie de prática social, de significação e representação do mundo. Ele o entende como parte do social, como uma forma de ação e de representação, à medida que serve para representar identidades e culturas peculiares. Os discursos são reprodutores de entidades e de relações sociais.

Assim, o discurso presente nas revistas de informação e opinião comporta aspectos atrelados à ideologia e ao poder. O significado de ideologia tem sido utilizado para se referir ao estabelecimento e manutenção de relações desiguais de poder.

Portanto, buscar desmistificar a ideologia presente nas práticas discursivas é fundamental em nosso trabalho de análise da RLP, pois isso implica em ajudar as pessoas a verem quanto suas linguagens se firmam sobre suposições do senso comum e quanto as formas pelas quais estas suposições do senso comum podem ser ideologicamente formatadas por relações de poder. Além do mais, a ideologia presente na prática discursiva contribui “para produzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças) como é, mas também ajuda a transformá-la¹⁹³”.

Assim, verifica-se que as práticas discursivas possuem enormes efeitos ideológicos, em razão da forma como representam determinada realidade, dando aos sujeitos alguma posição. Esses sujeitos são capazes de auxiliar na produção ou reprodução de relações de poder desiguais.

Dessa forma, quando se associam o poder e a ideologia às práticas discursivas, a estrutura social pode ser moldada por meio do discurso e suas condicionantes, considerando-se que o discurso, direta ou indiretamente, coopera para a construção de praticamente todas as esferas da estrutura social. Desse modo, John B Thompson¹⁹⁴ reconhece que a ideologia age por meio da linguagem, à medida que esta é uma ferramenta para a ação social. Além disso,

¹⁹¹ FAIRCLOUGH, 2001, p.91.

¹⁹² Ibid., p. 91.

¹⁹³ FAIRCLOUGH, 2001, p. 92.

¹⁹⁴ THOMPSON, apud GOUVEIA, 2002.

para ele, a ideologia consiste em uma verdade peculiar, dotada de implicações que se estendem à ordem e ao real, na sociedade e na consciência que dela têm os indivíduos.

Disso podemos concluir que a linguagem é também uma forma de dominação e força social, servindo para legitimar relações de poder organizado. A linguagem é responsável por classificar e apregoar o poder, que se exprime de acordo com a utilização que os indivíduos fazem dela.

Nessa direção, texto (por exemplo, um artigo de revista), e poder estão atrelados e inseridos dentro de um contexto social amplo. Nos textos, as distinções discursivas são dirigidas por “diferenças de poder que se encontram, por sua vez, parcialmente codificadas no discurso e determinadas por ele e pela variedade discursiva¹⁹⁵”.

O poder não tem sua gênese na linguagem, porém no campo da linguagem é possível esta utilizar-se do poder para moldar práticas, discursos e consciências sociais. O poder não se concretiza apenas no interior do texto, por meio de formas gramaticais, mas também no domínio que uma pessoa, por meio do texto, pode exercer sobre determinada situação social¹⁹⁶.

Genericamente falando-se, ideologia e poder estão presentes no discurso do gênero revista de opinião e informação (no nosso caso, na revista *Lei e Polícia*), e mais particularmente, imbricados na linguagem textual, que é a forma escrita concreta de expressão de ambos. Esses elementos se fazem presentes, de modo especial, nas formas ocultas da propaganda ideológica política veiculadas por esse gênero de revista.

3.4 FORMAS OCULTAS DA PROPAGANDA IDEOLÓGICA POLÍTICA

Antes de adentrarmos à discussão sobre as formas ocultas da propaganda ideológica política é importante buscarmos definir a palavra ideologia, o que é uma tarefa um tanto árdua, mesmo porque, ao longo da história, ela é definida de múltiplas formas, em acepções que nem sempre são combinantes entre si.

Nessa perspectiva, a palavra ‘ideologia’ tem seu cerne em uma teia complexa de fios conceituais desiguais. Ela está atrelada a divergentes histórias, sendo mais importante

¹⁹⁵ WODAK, 2004.

¹⁹⁶ Ibid.

determinar o que há de peculiar e valioso em cada uma de suas definições e o que pode ser rejeitado do que forçar essas linhagens distintas a reunir-se em alguma grande teoria global¹⁹⁷.

O que realmente mais importa é termos em mente que, na investigação sobre o que seja ou deixe de ser ideológico, é fundamental considerarmos o contexto social e discursivo no qual se situa, assim como quem está falando e com qual finalidade, pois o que pode ser ideológico em um contexto pode não o ser em outro.

Mesmo sabendo dos perigos em definir o que venha a ser ideologia, é importante nos arriscarmos na aceção de algumas características básicas. Desse modo, de acordo com *Ciro Marcondes Filho*¹⁹⁸, a ideologia possui algumas características básicas: (1) sempre pertence a um grupo de pessoas, nunca a um indivíduo; (2) é dotada de um conteúdo simbólico que comporta estereótipos e preconceitos; (3) comporta um conjunto de valores; (4) é uma forma de ver o mundo; (5) possui uma grande força mobilizadora de pessoas e massas¹⁹⁹.

Em mais detalhes, segundo *Marcondes Filho*²⁰⁰, a ideologia está sempre atrelada a um grupo de pessoas, e nunca a um indivíduo isolado, sendo que todos nós, de uma forma ou de outra, sempre fazemos parte de algum grupo que compartilha as mesmas idéias. Por isso, quando opinamos sobre algum acontecimento ou dele participamos, acabamos, muitas vezes, por reproduzir conceitos que circulam no grupo com o qual nos identificamos.

Dessa forma, uma das principais peculiaridades da ideologia é seu caráter grupal e não-individual. Assim, “quando pretendemos alguma coisa, quando defendemos uma idéia, um interesse, uma aspiração, uma vontade, um desejo, normalmente não sabemos, não temos consciência de que isso ocorre dentro de um esquema maior, do qual somos apenas representantes [...]”²⁰¹.

Quanto à sua natureza, fundamentada no conteúdo simbólico, ainda de acordo com esse autor, é importante destacar que a ideologia não expressa os acontecimentos, fatos e interesses de forma direta, e sim, através de formas simbólicas. Neste sentido, o símbolo consiste em um constructo que atua no inconsciente dos indivíduos, fazendo que estes o decifrem automaticamente por meio da consciência, que está repleta de símbolos adquiridos no cotidiano. Além disso, “os símbolos têm a função de falar de forma indireta, de falar de uma maneira não-clara sobre os fatos e coisas e também de fazer com que as pessoas pensem

¹⁹⁷ EAGLETON, 1997.

¹⁹⁸ FILHO, 1997.

¹⁹⁹ Ibid., p.20-29.

²⁰⁰ FILHO, 1997.

²⁰¹ Ibid., p. 20.

de uma forma não-imediata, ou seja, não-direta no assunto, mas por meio desse mecanismo inconsciente, que é o mecanismo simbólico”²⁰².

Destarte, a ideologia é capaz de reunir, de forma organizada e coerente, uma grande quantidade de símbolos que levam as pessoas a idealizar determinados projetos em comum, como uma sociedade igualitária. Assim, esses símbolos criados e organizados no âmbito da ideologia podem unir pessoas e organizações em torno de um mesmo projeto de vida ou de um mesmo círculo de idéias, como também – mediante, por exemplo, idéias, palavras e imagens - criar um conjunto de valores. A ideologia é também uma visão de mundo, ou seja, compreende o modo como um indivíduo se relaciona com os outros indivíduos e com os objetos que o cercam, sempre optando por um lado e ficando a favor de uma coisa ou de outra. Como grande força mobilizadora de pessoas e massas, a ideologia tem o poder de levar os indivíduos a agir em prol das idéias em que acreditam, fazendo com que eles promovam agitações políticas, desenvolvam o lado artístico, trabalhem, etc²⁰³.

Nas palavras de Marcondes Filho, a ideologia consiste em um “conjunto de idéias, de procedimentos, de valores, de normas, de pensamentos, de concepções religiosas, filosóficas, intelectuais, que possui certa lógica, determinada coerência interna e que orienta o sujeito para determinadas ações, de uma forma partidária e responsável”²⁰⁴.

Existem determinados mecanismos ideológicos que

[...] reproduzem e colocam em circulação os bens eminentemente plurissignificantes que são os bens de significado ideológico. Os apoios desses significados são primordialmente os escritos e as palavras sob todas as formas, e também os gestos, as formas plásticas, as imagens, os símbolos materiais. Todo produto cultural pode servir de apoio à emissão de mensagens políticas, sejam distintas, ou confundidas com outras mensagens (artísticas, religiosas, filosóficas). Essas mensagens comunicam a um tempo informações organizadas, interpretações de experiência coletiva, esquemas perceptivos, incitações a modalidades de comportamento, mas simultaneamente modelos de personalidade, modelos de domínio legítimo dos impulsos primitivos e de sua elaboração²⁰⁵.

Nesse contexto, os meios de comunicação são fortes irradiadores de mensagens ideologizadas. Por vezes essas mensagens, simultaneamente, veiculam “modelos de afetos violentos de identificação e repulsa, transmitem sentimentos, paixões, cuja qualidade e intensidade não são separáveis dos conteúdos intelectuais”²⁰⁶.

²⁰² FILHO, 1997, p. 21.

²⁰³ GARCIA, 2002.

²⁰⁴ Ibid., p. 28.

²⁰⁵ ANSART, 1978, p. 84.

²⁰⁶ Ibid., p. 84.

A ideologia dominante tende a abarcar representações que integram a experiência de vida cotidiana das pessoas, muitas vezes sem que estas a percebam, inserindo os indivíduos em um contexto de assimilação e reprodução do aparato de dominação e legitimação da hegemonia das elites dentro da sociedade capitalista. Nesse sentido, pode ser através dos meios de comunicação que a propaganda ideológica é disseminada.

A propaganda ideológica dentro da sociedade tem o poder de gerar mudanças importantes em todos os aspectos da vida social humana e de transformar costumes e concepções de mundo através da difusão de idéias carregadas de ideologia. Sua força é tamanha que, ao longo da história da humanidade, foi um instrumento capaz de angariar e garantir o poder de pequenos grupos e/ou de líderes em praticamente todas as regiões do planeta e em todos os aspectos da vida - sociais, políticos, econômicos e culturais. Sua principal tarefa é moldar grande parte das idéias e visões de mundo dos indivíduos em sociedade, a fim de dirigir seus comportamentos, através de mensagens que, muitas vezes, supõem uma dada realidade. Tais mensagens objetivam fomentar ou não mudanças sociais na estrutura econômica, política ou cultural²⁰⁷.

De acordo com Nelson Jahr Garcia²⁰⁸, as idéias disseminadas pela propaganda ideológica quase sempre têm como pano de fundo um jogo de interesses de alguns grupos hegemônicos que carecem do respaldo (através da persuasão) de outros na realização de seus anseios.

Tal propaganda é tão bem articulada por esses grupos que dificilmente é perceptível diretamente; ou seja, as idéias veiculadas por eles geralmente não deixam transparecer claramente seus objetivos e origens e comumente se revestem de uma pseudoneutralidade. Assim eles conseguem “controlar todos os meios e formas de comunicação, manipulando o conteúdo das mensagens, deixando passar algumas informações e censurando outras, de tal forma que só é possível ver e ouvir aquilo que lhes interessa²⁰⁹”.

Assim, as idéias veiculadas no âmbito da propaganda ideológica são propositalmente geradas pelos grupos que detêm os meios de comunicação com a finalidade de direcionar a opinião dos receptores de suas mensagens e moldar suas formas de agir em sociedade e de ver o mundo que os cerca à maneira de pensar de tais grupos.

É importante lembrar que a propaganda ideológica é variável de acordo com o contexto social no qual está inserida. Além disso, ela se desenvolve dentro de um processo

²⁰⁷ GARCIA, 1982.

²⁰⁸ Id. 1989.

²⁰⁹ GARCIA, 1989, p. 11.

complexo, ou seja, o grupo que quer difundir sua ideologia (emissor) quase sempre busca fazê-lo entre grupos que possuem ideologias diferentes ou opostas às suas (receptor), a fim de conquistar mais adeptos para as próprias idéias e assim facilitar o alcance de seus objetivos. Para isso o “emissor” camufla sua ideologia e a reelabora por meio de uma codificação, fazendo com que as idéias que a integram se assemelhem às do receptor²¹⁰.

Segundo Garcia²¹¹, é por meio dessa codificação que o grupo emissor exerce seu controle ideológico, à medida que manipula as formas de transmissão de idéias de acordo com seus interesses, fazendo com que sua ideologia seja transformada em mensagens fáceis de serem compreendidas pelo grupo receptor. Fazem isso por meio da investigação das peculiaridades dos integrantes deste grupo, atentando para a forma mais fácil de persuadi-los, principalmente quando têm em mira grupos de diferentes classes sociais, por não possuírem interesses em comum.

Em detalhes, quando a propaganda é feita de uma classe social para outra que tem objetivos diferentes, a mera propagação da ideologia não é satisfatória para angariar o apoio. Assim, o grupo emissor procura reelaborá-la para adequá-la às condições dos receptores, gerando a impressão de corresponder a seus objetivos, enquanto, na realidade, tais idéias contemplam tão-somente os objetivos do emissor. Envolvidos por tais idéias e persuadidos de que elas correspondem às suas necessidades, os receptores terminam por assimilá-las²¹².

De modo geral, a reelaboração camufla os interesses reais que estão por trás da ideologia, escondendo a realidade vivenciada pelos receptores, “para que estes não possam formular outras idéias que melhor correspondam à sua posição. Neste caso, a propaganda não tem mais o caráter de conscientização, mas de mistificação, manipulação, engano”²¹³.

Considerando que, para facilitar o alcance de seus objetivos, a propaganda ideológica utiliza-se de alguns artifícios. Para desvendar tais artifícios, tomaremos por base algumas contribuições do campo da sociologia, realizando um trabalho interdisciplinar com esta disciplina, mais particularmente adotando os pressupostos teórico no campo da sociologia dos meios de comunicação, estudados por John B. Thompson²¹⁴ como: a legitimação, a dissimulação, a universalização, a narrativização, a unificação, fragmentação, o expurgo do outro e a reificação.

²¹⁰ GARCIA, 2002.

²¹¹ Ibid.

²¹² GARCIA, 2002.

²¹³ Id., 1989, p. 30.

²¹⁴ THOMPSON, 1995.

Na legitimação as relações de dominação podem ser estabelecidas e mantidas à medida que sejam concebidas como legítimas (justas e dignas de apoio). A representação das relações de dominação como legítimas pode ser fundamentada em símbolos que podem, de acordo com as circunstâncias, ser mais ou menos eficazes. Verificado o aspecto da legitimação ligada à hegemonia e ao poder no campo da propaganda ideológica, é importante destacar agora outra dimensão dessa propaganda: a dissimulação. Esta pode ser formada e alimentada mediante a ocultação ou negação dos verdadeiros interesses ou constituir-se como meio de desviar a atenção do receptor da mensagem²¹⁵.

A universalização também é uma tática típica do campo ideológico aplicada à propaganda ideológica. Ocorre por meio de convenções institucionais que se combinam aos objetivos de alguns indivíduos em nome do objetivo de todos²¹⁶.

A narrativização, da mesma forma, faz parte desse processo, ao estar introduzida em histórias que contêm o passado e abordam o presente como parte de uma tradição permanente e plausível. As próprias tradições são, na maioria das vezes, criadas com a finalidade de gerar um significado de pertencimento a alguma sociedade e a uma história que vai além da experiência do conflito, da desigualdade e da divisão social. Assim, são narradas por crônicas oficiais e por pessoas em seu cotidiano histórias adequadas para “explicar” o exercício de poder por aqueles que o têm e justificar, perante os outros, o porquê de eles não possuírem poder²¹⁷.

Na unificação, as relações de dominação podem ser constituídas e sustentadas por meio da edificação, no campo simbólico, de um modo de coesão que integra os indivíduos em uma identidade coletiva, sem considerar as distinções e peculiaridades que possam separá-los, o que Thompson chama de padronização, expressa através configurações simbólicas. Outra estratégia de construção simbólica através da qual a unificação pode ser atingida é a simbolização da unidade. “Essa estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos”²¹⁸

A fragmentação é concebida por Thompson a partir da idéia de que as relações de dominação podem ser sustentadas pela desunião entre as pessoas no que diz respeito à coletividade e pela divisão em segmentos dos indivíduos e grupos capazes de se tornar uma ameaça concreta aos grupos dominantes e hegemônicos. Dentro da fragmentação, a

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ THOMPSON, 1995.

²¹⁷ Ibid.

²¹⁸ THOMPSON, 1995, p. 86.

diferenciação e o expurgo do outro são as ferramentas capazes de pôr em prática a dominação ideológica²¹⁹.

A diferenciação constitui uma estratégia característica de produção simbólica, e está fundamentada nas distinções e divisões entre grupos e pessoas, “apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder”²²⁰.

O expurgo do outro é um tipo de tática que abrange a busca e/ou constituição de um inimigo, interno ou externo, pintando alguém como um indivíduo perigoso e sombrio “e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo”²²¹. Tal tática, na maioria das vezes, “sobrepõe-se com estratégias que têm como fim a unificação, pois o inimigo é tratado como desafio, ou ameaça, diante do qual as pessoas devem se unir”²²².

A reificação consiste, segundo esse mesmo autor, em gerar e manter relações de dominação fazendo uma conjuntura histórica passageira passar por permanente, natural e estável.

Além disso, podemos inferir com base nas idéias de Garcia que a propaganda ideológica produz símbolos que, coligados ou não numa cadeia, são capazes de exercer dominação sobre um grupo ou um poder, sobre o indivíduo ou a sociedade. Tais símbolos carregam uma extraordinária força ideológica e podem ser materializados nas mais diversas formas que os meios de comunicação podem sustentar (palavras escritas ou faladas, desenhos impressos, gestos, etc.)²²³. Logo, é fundamental atentarmos para o fato de que, dentro da propaganda ideológica, existem estratégias e métodos que constroem sentidos e deformam a realidade vivenciada, podendo servir para estabelecer e sustentar relações de dominação dentro da sociedade e exercer o controle ideológico, através de um processo propositalmente persuasivo.

Ainda de acordo com Garcia, tal ação persuasiva presente na propaganda ideológica só pode ser compreendida se sua análise incidir sobre todas as fases do processo de comunicação - emissor, canal, mensagem, receptor - e, especialmente, sobre a estrutura e conjuntura sociais de determinado momento histórico. O persuasor tem como objetivo conseguir do persuadido ou uma ação ou a inação, ou seja, que ele realize ou deixe de realizar algo. Assim, a atividade

²¹⁹ THOMPSON, 1995.

²²⁰ Ibid., p. 87.

²²¹ THOMPSON, 1995, p. 87.

²²² Ibid, p. 87.

²²³ GARCIA, 2002.

persuasiva se intensifica em períodos em que emergem oportunidades expressivas para uma transformação social, com setores da sociedade dotados de força suficiente para efetivá-la. Com isso, “uns buscam conquistar adeptos para forçar a manutenção do *status quo*, outros procuram arregimentar aliados para, enfrentando os primeiros, conquistar uma maior participação na produção social”²²⁴.

Em resumo, a propaganda ideológica é provida de uma complexa rede de técnicas de controle ideológico que, através dos meios de comunicação, busca persuadir os indivíduos da veracidade de suas idéias, difundindo informações moldadas pela ideologia do grupo emissor que, deturpando a realidade do receptor, procuram fazê-lo acreditar na versão da realidade apresentada por ele, grupo emissor.

Dentre os ramos da propaganda ideológica destacaremos a propaganda ideológica política, que é o nosso centro de discussão.

A ideologia política procura impor, em moldes gerais, o significado das ações coletivas, apontando um modelo de sociedade autêntica e paralelamente apresentando os “legítimos detentores da autoridade, os fins que se deve propor a comunidade e os meios de alcançá-los”²²⁵ (a manipulação). Cumpre lembrar que a política é certamente um campo no qual a propaganda exerce vasto papel, sendo capaz de gerar grandes transformações sociais.

Em sua obra, Jean-Marie Domenach expõe que a propaganda política é um dos fenômenos mais salientes da primeira metade do século XX. Foi ela que provocou grandes acontecimentos nesse século, como a “Revolução Comunista” e os vários tipos de fascismo. Para ele, desde que existem disputas políticas a propaganda também existe e desempenha seu papel, porque a força de grande parte dos governos tem por base a opinião pública e a propaganda política trabalha em favor deles. Assim, “políticos, estadistas e ditadores, de todos os tempos, procuravam estimular o apego às suas pessoas a aos seus sistemas de governo”²²⁶.

Na época em que Domenach escreve, por volta de 1955, a propaganda política era caracterizada pela tentativa de influenciar a opinião e o comportamento da sociedade. Ela se destinava à massa, empregando palavras ou símbolos difundidos pelo rádio, imprensa escrita e cinema, na expectativa de moldar determinadas atitudes e ações sociais. Assim, a propaganda política é organizada com a finalidade de influenciar e até moldar a opinião

²²⁴ GARCIA, 2002.

²²⁵ ANSART, 1978.

²²⁶ Ibid., p. 09.

pública e controlá-la. Emergiu no século XX, passando a englobar novos e mais eficientes meios de difusão²²⁷.

Para Domenach, as formas mais comuns de veiculação da propaganda política de massa se encontravam em impressos, panfletos, jornais, palavras, canto, imagens, teatro, cinema. Quanto aos impressos, panfletos, palavras e imagens, pode-se dizer que são fundamentais para a compreensão da RLP, pois constituem sua base na difusão da ideologia política anticomunista e do apoio ao capitalismo.

Domenach elenca cinco técnicas utilizadas pela propaganda política²²⁸:

1) Lei de Simplificação e do Inimigo Único – a propaganda política, no raio de seu alcance, se empenha em simplificar as mensagens a fim de que sejam facilmente compreendidas - por exemplo, utilizando *slogans* e símbolos; mas também simplifica a propaganda constituindo um amigo ou inimigo único, ou seja, concentrando em uma pessoa as expectativas sociais de um povo ou o ódio a essa pessoa por ser adversário.

2) Lei de Ampliação e Desfiguração – ocorre principalmente no campo da imprensa, com a ampliação das notícias, destacando informações favoráveis a um campo político e/ou deturpando informações do campo político adversário.

3) Lei de Orquestração – consiste na propaganda política com base na repetição constante, por vários meios de comunicação, de temas políticos centrais para dado campo político; repetição que permeada pela multiplicidade de apresentações a fim de não cansar o receptor e incitar nele a curiosidade.

4) Lei de Transfusão – a propaganda política sempre tem como base uma mitologia nacional ou um complexo de ódio e preconceitos, ou seja, ela busca conhecer e explorar anseios existentes no consciente e inconsciente dos indivíduos. Por exemplo, a imprensa é capaz de expor ao leitor, através da seleção das notícias, argumentos que apóiem suas idéias preconcebidas ou criem novas opiniões pela manipulação de tais idéias.

5) Lei de Unanimidade e do Contágio – fundamenta-se na pressão política do grupo sobre a opinião individual para criar a ilusão de uma opinião unânime, tendo por base o contágio de idéias através de símbolos (bandeiras, emblemas, inscrições, músicas, uniformes, cores, etc.).

Ademais, a propaganda política pode se utilizar ainda da falsificação de notícias - camuflando a realidade e criando uma ideologia política que corresponda aos interesses do

²²⁷ ANSART, 1978, p. 9-10.

²²⁸ DOMENACH, 1955, p. 56-83.

grupo que detém o meio de comunicação - ou do desmascaramento de informações, dependendo do campo político e dos interesses em jogo.

Para F. C. Bartlett, a propaganda política, quando usada por um único partido, é capaz de dirigir grandes massas de pessoas, empenhando-se em levá-las a uma uniformidade de ação e de opinião. Isso é variável de acordo com a cultura social²²⁹.

Vale observar que a cultura constitui uma dimensão do processo social e da vida de uma sociedade, não abordando apenas um conjunto de práticas e concepções, nem somente parte da vida social. Ela não é algo isolado da vida social, ao contrário, ela diz respeito a todos os aspectos da vida social, não sendo apropriado dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros. Em outras palavras, cultura é um constructo histórico, como concepção ou como extensão do processo social. Ela é um fruto coletivo da vida humana²³⁰.

No nível individual, nas palavras de Gramsci,

[...] a cultura é algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior; e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres²³¹.

É nessa perspectiva cultural que a propaganda política busca agir, em grande medida pela manipulação da palavra, utilizando-se de mensagens portadoras de técnicas que agem diretamente sobre os afetos e na dimensão cognitiva.

Para que tudo o que foi dito até agora possa ser aplicado à análise da RLP (constituída por textos e imagens), é importante atentarmos para as diversas possibilidades que tanto o texto quanto a imagem possam nos oferecer. Nessa direção, serão elucidadas a seguir algumas peculiaridades de ambos.

3.5 IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE TEXTO E IMAGEM

Antes de adentrarmos à análise dos artigos em si, torna-se importante observar alguns pressupostos teóricos ligados ao texto.

Considerando a contribuição dos estudos de Zióle Zanotto Malhadas no campo da lingüística, podemos apontar que a ‘textualidade’ consiste na particularidade fundamental de toda língua e linguagem, seja ela verbal ou escrita. Desse modo, os “locutores/autores” não se

²²⁹ BARTLETT, 1941.

²³⁰ SANTOS, 2003, p. 44-45.

²³¹ GRAMSCI, 2004, p.58.

expressam somente por sentenças ou palavras, mas por “textos”. Tais textos são constituintes lingüísticos que capazes de criar formas de interpretação no momento de recepção deste, durante o qual a mensagem expressa por ele se enriquece de elementos não lingüísticos, os quais, conjugados com os componentes lingüísticos, produzem um efeito imaginário no leitor²³².

Nessa direção:

[...] a recepção do texto é um processo interpretativo das indicações do autor e das regras de combinações sintáxico-semânticas dos componentes lingüísticos selecionados. Assim, tendo o texto como “conjunto ordenado de instruções”, o leitor o “interpreta” realizando o conjunto das indicações ligadas ao conjunto de signos textuais, indicações que podem ser implícitas ou explícitas. [...] Tem-se, então, um autor que deseja transmitir uma mensagem, a qual pode ser manifestada em forma de um texto literário, com a intenção de produzir um efeito no virtual leitor²³³.

Lembrando que, cada leitor individualmente, pode realizar sua leitura independente da idéia que o autor objetivou transmitir. Logo, o texto possui a característica de regular a “leitura”, proporcionando “indeterminações” e “vazios” para serem completados pelo leitor. Contudo, ainda segundo Malhadas se o leitor for competente ele apreenderá a qualidade do texto, decodificando-o de forma criativa, estabelecendo relações com o que se lê e a bagagem cultural que possui. Destarte, é por meio da análise textual que é possível conjecturar sobre a natureza do texto, capaz de gerar uma grande multiplicidade de sentidos, cuja leitura será realizada em um “contexto de comunicação”²³⁴.

No que tange ao processo de produção do texto, é importante aludirmos que:

Podemos considerar a produção do texto como um processo de motivações complexas, que se desenvolve a partir da seleção e concatenação de elementos tomados do repertório do autor, ao qual cabe tomar decisões quanto aos diversos elementos lingüísticos (e não-lingüísticos), em diferentes níveis, que estão à sua disposição. O autor pode prever uma espécie de leitor-modelo, ou leitor ideal, supostamente capaz de trabalhar cooperativa e interpretativamente com os enunciados/textos, do mesmo modo que o autor trabalha gerativamente com eles. Ao organizar o texto, o autor acredita que a série de códigos de que ele faz uso dará “conteúdo” às expressões por ele selecionadas; portanto, para fazer o texto comunicativo, ele presume que o conjunto de códigos que escolheu estará presente no repertório do virtual leitor²³⁵.

Percebe-se então, perante todas essas contribuições que, leitor e texto estão inter-relacionados, ou seja, o leitor é o objetivo da produção textual pelo escritor. Em outras

²³² MALHADAS, 1988.

²³³ Ibid., p. 50.

²³⁴ MALHADAS, 1988, p.50.

²³⁵ Ibid, p. 54.

palavras, o leitor é a peça chave dentro do campo de comunicação, assim como um participante funcional no processo de interpretação.

Considerando que:

Na recepção do texto, a estrutura profunda é constituída progressivamente pelo 'Leitor', que efetua generalizações a partir de fatores semânticos da seqüência frástica, e traduz esses fatores em categorias da macroestrutura. Pode-se descrever tal processo pelo modelo de uma constrição, submetida à experimentação e à modificação progressiva de hipóteses²³⁶.

Desse modo, com base em uma determinada quantidade de informações presentes na estrutura do texto em sua totalidade, o leitor pode, de forma crescente, reconstruir o "mundo" instituído pelo autor. Desse modo, quando consideramos o texto em sua totalidade, [...] "temos de admitir que a afinidade semântica não se encontra explicitada no texto como uma manifestação lingüística linear, mas como o resultado de uma complicada operação de inferência textual, baseada na competência intertextual do leitor²³⁷.

Por fim, é elementar termos em mente que todo texto está inserido em um contexto. De acordo com Mallhadas²³⁸, o contexto, constitui-se como o núcleo do texto, pois, para ele, todo texto tem um contexto, que é disposto por múltiplos textos aparelhados de significados conectados a conjuntos de participantes e as suas relações estabelecidas. Com isso, as ações de tais participantes se encontram sob o domínio de um complexo ideológico que atua através da disseminação de mensagens atreladas à identidade e às relações desses participantes, denotando solidariedade, poder e *status*.

Partindo-se do pressuposto de que os sujeitos sociais estão suscetíveis ao controle de um sistema ideológico, o texto tido como produção lingüística pode trabalhar com relações de poder e solidariedade no leitor. Nesse sentido, podemos sintetizar todas as informações ministradas até aqui afirmando que os textos são construções multimodais, sendo a forma escrita um dos modos de representação da mensagem, considerando que, há uma série de outros modos de interpretar uma mensagem em um mesmo lugar. Esses modos são determinados culturalmente e sempre redefinidos no âmbito dos grupos sociais onde possuem significados.

Tais modos também podem compreender a utilização das imagens como forma de ratificar ou facilitar a compreensão do texto.

²³⁶ SCHMIDT, apud MALHADAS, 1988, p. 57.

²³⁷ MALHADAS, 1988, p. 57.

²³⁸ Ibid., 1988.

De acordo com Lorenzo Vilches, as imagens, no processo de comunicação de massas, são transmitidas sob a forma de textos culturais que possuem um mundo real, incluindo a própria imagem do espectador. Desse modo, para ele, os textos visuais (imagens), antes de qualquer coisa, consistem em um jogo constituído de diversos componentes formais e temáticos que obedecem a regras e estratégias precisas criadas durante sua elaboração²³⁹.

Além disso, a criação de imagens tem por base um envolvimento em determinado contexto sociocultural que consiste em dar forma a alguma idéia, como necessidade dos processos criativos que são inerentes ao homem, com a finalidade de estruturar uma linguagem formal. Dessa forma, o criador de uma imagem quase sempre objetiva comunicar o que pensa ao receptor (público), e para isso ele se apropria de signos presentes em sua cultura e na do receptor, para facilitar a decodificação da imagem por este último.

Assim, as imagens passam a estabelecer um diálogo, uma linguagem entre o criador e o receptor, pois, “na medida em que se atribui a missão de comunicar, o artista precisa se servir de alusões ao que os outros podem conhecer ou reconhecer”²⁴⁰. Para tanto a imagem precisa de recursos para adquirir forma, como a gráfica ou a plástica, já que sua função fundamental é a de estabelecer comunicação entre os homens.

Ao considerar que a imagem é uma representação que toma forma em traços e cores, verifica-se que ela corporifica um modo de ver. “Todavia, a percepção do espectador e a apreciação de uma forma imagística vão depender da interpretação do próprio modo de ver de cada pessoa, seja do criador da imagem, seja daquele que aprecia a sua representação”²⁴¹. Dessa forma, o princípio que irá definir a interpretação de uma imagem está centrado na cultura do indivíduo, nos símbolos que ele conhece e reconhece.

Nessa direção, “ao visualizar uma imagem, a pessoa faz uso de informações recolhidas da própria experiência e na de outros”²⁴². Com isso, o mecanismo da percepção imagem poderá ser constituído das relações fragmentárias, das pluralidades situadas na memória individual e coletiva tanto do artista como do espectador, para que a percepção da imagem repouse não apenas no processo de reconhecimento, mas também no de compreensão e interpretação.

²³⁹ VILCHES, 1993.

²⁴⁰ HUYGHE, 1986, p. 24.

²⁴¹ BERGER, 1997, p. 54.

²⁴² FRANCASTEL, 1973, p. 63.

Michel Vovelle salienta o “poder impiedoso da imagem, que nos remete, sem complacência, o reflexo não tanto da realidade, mas da maneira como ela foi representada: adornada, embelezada ou escamoteada [...]”²⁴³.

Assim, é imprescindível olhar as imagens dentro do quadro de uma pluralidade de culturas, entre a elite e o povo, considerando a carga ideológica de cada uma, que vem a caracterizar esse mundo moderno, sabendo-se que é grande a contribuição das imagens para o estudo do imaginário coletivo de um povo. Cumpre também considerar que, “antes de tudo, a imagem se impõe como testemunho. Isso acontece quando se mostra o cenário de uma sociedade, tanto em cenas de gênero como na galeria dos retratos contemporâneos”²⁴⁴.

Em um contexto geral, neste estudo da RLP serão elaboradas análises que contemplem principalmente o meio textual, mas se fará considerando-se também a importância de algumas imagens como forma de apoiar e ratificar aquilo que está no texto, atentando, sempre que possível, para a relação entre texto e imagem.

Buscar-se-á apreender a forma como a RLP divulgou uma propaganda ideológica anticomunista e ao mesmo tempo tentou legitimar a ideologia capitalista democrático-liberal, à medida que produzia uma linguagem recheada de interpretações deturpadas de dados contextos históricos específicos, no intuito de induzir o campo imaginário do leitor a formar, por um lado, uma opinião anticomunista, e, por outro, a crença de que só o capitalismo lhe poderia dar liberdade e um melhor padrão de vida.

Ter-se-á igualmente em conta que esse tipo de revista (gênero revista de opinião e informação) é um aparelho ideológico do Estado que comporta discursos contaminados pela ideologia e poder da classe dominante, ou seja, tem como pano de fundo o anseio por corresponder aos projetos políticos hegemônicos do Estado. Isto se observa no fato de que a própria RLP se constituiu como um órgão da polícia vinculado ao Departamento Federal de Segurança Pública.

Cumpre observar, além disso, que a polícia é um órgão do Estado criado com dupla finalidade, a da “manutenção da ordem pública”, mas principalmente a de colocar em prática a manutenção e controle sobre a população (sem falarmos em polícia política, comumente atuante ao longo da história brasileira). Assim, é por meio de tais apreensões que a análise da RLP será conduzida.

²⁴³ VOVELLE, 1997, p. 134.

²⁴⁴Ibid., p. 170.

4 REVISTA LEI E POLÍCIA NA GUERRA PSICOLÓGICA CONTRA O MONSTRO VERMELHO

4.1 REVISTA LEI E POLÍCIA: UM ÓRGÃO DA POLÍCIA POLÍTICA

A revista Lei e Polícia²⁴⁵ iniciou suas publicações em junho de 1948 e se estendeu até dezembro de 1964, em um contexto político internacional permeado por alguns acontecimentos que marcaram a história da humanidade, como: 1) a proclamação da República da Coreia do Sul e da República Popular da Coreia do Norte²⁴⁶; 2) a criação do Estado de Israel; 3) a deflagração da primeira guerra árabe-israelense; 4) a formação da Organização dos Estados Americanos (OEA); 5) as revoluções comunistas na Checoslováquia, Polônia e Hungria; 6) o desenrolar da Revolução Chinesa; 7) a aprovação da Carta da Organização das Nações Unidas visando reafirmar a Declaração dos Direitos do Homem; 8) o julgamento, pelo Supremo Tribunal dos EUA, dos cinco grandes estúdios de Hollywood culpados de práticas monopolistas e a sentença de que vendam as salas de cinema que possuíam²⁴⁷; 9) o início da Guerra Fria; 10) início do Bloqueio de Berlim; 11) instituição do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT); -12) reeleição de Truman como presidente dos EUA; 13) início da implementação do Plano Marshall.

No contexto histórico brasileiro podemos citar: 1) cassação dos mandatos de todos os parlamentares eleitos constitucionalmente pelo PCB, à medida que o governo Dutra perseguia os comunistas, agindo com o apoio da polícia política na repressão de qualquer comício ou reunião que suscitasse suspeitas de difusão de idéias comunistas; 2) tentativa do governo Dutra de ganhar a confiança dos investidores estadunidenses a fim de fomentar a entrada de

²⁴⁵ Antes de tudo chamamos a atenção do leitor para o fato de que os artigos das revistas Lei e Polícia possuem muitos erros gramaticais, que não foram corrigidos por nós, para que não fosse tirada a originalidade dos textos.

²⁴⁶ Em 1948 a Coreia se divide, sendo criados dois Estados distintos: a Coreia do Norte (República Democrática Popular da Coreia) e a Coreia do Sul (República da Coreia). A primeira estava atrelada ao bloco soviético e a segunda, ao pró-ocidental. Ambos os governos reivindicavam a jurisdição sobre todo o território coreano, fazendo com que a área fronteiriça se consubstanciasse como uma região de tensões e incidentes constantes, principalmente depois da retirada das tropas da URSS, em 1948, e dos EUA, em 1949.

²⁴⁷ O Supremo Tribunal americano declara os cinco grandes estúdios de Hollywood culpados de práticas monopolistas e ordena que vendam as salas de cinema que detêm. - Os Dez de Hollywood são acusados de desrespeito quando se recusam a cooperar com o Comitê de Investigação de atividades Anti-Americanas e são sentenciados a um ano de prisão e a pagar uma multa de \$1.000 dólares, e entram para a lista negra de Hollywood.- Como resultado de uma ação em tribunal, a Eastman Kodak é obrigada a abrir mão das patentes que detêm sobre o processamento de cor. Informações disponíveis em <http://www.chambel.net/?cat=14> . Acesso em 29 de mar de 2008.

capital externo no país como meio de alavancar o processo de industrialização; 3) pedido de prisão do líder comunista Luís Carlos Prestes.

Em tal contexto internacional e nacional, a RLP²⁴⁸, que se autodefinia como um órgão de repressão à delinquência e de combate ao comunismo, atuou como um órgão técnico-científico de polícia (político-cultural), divulgando organismos, notícias e artigos de opinião ligados ao Departamento Federal de Segurança Pública (D. F. S.P).

Os motivos que levaram à sua criação durante o governo Dutra consistiram em ser ela [...] resultado de prolongadas meditações em torno da carência, em nosso meio, de um órgão especializado que propugne pela fiel observância da lei e encoraje o aperfeiçoamento do complexo mecanismo policial²⁴⁹.

Além disso, sua proposta de existência tinha por base

A educação das massas populares, relativamente ao respeito dos ditames das leis e regulamentos e à obrigação de todo e qualquer cidadão de ser, a bem da coletividade e de seus próprios interesses, um auxiliar devotado e permanente das autoridades policiais, quer na repressão imediata e justa dos mesmos, sem as quais a nenhum meio social podem ser atribuídos foros de civilizado²⁵⁰.

Assim sendo, desde sua fundação, a RLP se propunha ser um órgão dotado de um programa direcionado à pesquisa, estudo, análise e fomento do desenvolvimento dos organismos que tinham a responsabilidade de “zelar” pela ordem pública, buscando divulgar as leis a isso referentes, e ao combate sistemático às forças políticas e ideológicas “extremistas” - em outras palavras, comunistas²⁵¹. Paralelamente, a Revista se autodenominava como defensora do “fortalecimento dos princípios democráticos, colocando-se sempre na vanguarda das ações que visavam à solidificação do regime implantado em 1946”²⁵².

Tal proposta de apoiar a consolidação desse regime “democrático” implantado em 1946 significa o amplo apoio da Revista ao governo de Eurico Gaspar Dutra. Além disso, esse governo, que também se propunha ser democrático, na verdade tomou medidas políticas contrárias a tal objetivo, pois, apesar de durante o período eleitoral ter pregado a democracia, esta não foi plenamente concretizada em sua gestão, podendo-se até mesmo falar de uma pseudodemocracia.

²⁴⁸ Essa revista começou a ser publicada quadrimestral, depois passou a ser semestral, depois bimestral, não tendo uma periodicidade correta.

²⁴⁹ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun. Ano I, n. 01, p. 01

²⁵⁰ Ibid., p. 01.

²⁵¹ LEI E POLÍCIA, 1950, Set, Ano II, n. 12, p. 65

²⁵² Ibid., p. 65.

Ademais, a base de apoio econômico e intelectual dessa revista estava centrada nas classes liberais e conservadoras, que, num sentido de pleno apoio, promoviam a ampliação do número de tiragens e a busca por melhorias contínuas do seu campo intelectual e material²⁵³.

Nesse sentido, um artigo publicado na RLP (matéria não assinada) manifesta agradecimento a pessoas que se enquadravam nas classes liberais e conservadoras, ou seja, que colaboravam com os trabalhos realizados pela revista, cujo sucesso era enfatizado por sua “finalidade cívica”.

Os significados de cívico/civismo/civilidade estão ligados ao sentido de patriotismo, cidadania e, principalmente, ao vínculo do indivíduo com o Estado, daí deduzirmos, mais uma vez, o caráter da RLP como um órgão de opinião que, por meio de seus intelectuais, buscava consolidar o processo de domínio das classes dirigentes.

Em outras palavras, falar em finalidade cívica faz pressupor que tal revista, que se autoqualificava como patriótica, agiria em defesa dos cidadãos e do Estado, quando na realidade defendia os interesses do governo Dutra. Funcionava como aquilo que Gramsci denominou de *aparelho privado de hegemonia ligado diretamente ao Estado*, agindo como instrumento para condicionar o comportamento social do cidadão/leitor.

Além disso, pessoas influentes da época, como o presidente em exercício do Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro, Antônio Sanchez Galeano, falava em favor da atuação da RLP no combate psicológico e sistemático ao “Monstro Vermelho”. Em entrevista que concedeu à RLP é perceptível tal apoio:

Acredita na vitória da campanha encetada por “LEI E POLÍCIA”? – Creio, como anteriormente falei, em todas as campanhas inteligentes. Nesse caso, não posso descrever da que o seu órgão encetou. “Nem só de pão vive o homem”, já nos ensina o brocardo popular. Desde que não haja violência física, a contribuição dessas campanhas é inestimável. Oxalá, contemos com muitas como essa, honesta e patriótica, próprias de homens que têm bem definidas a concepção de bem estar da coletividade. No nosso Sindicato estaremos sempre dispostos a colaborar nesses movimentos, onde a felicidade e a integridade moral do Povo Brasileiro fiquem salvaguardadas desses inimigos traiçoeiros e covardes que picham paredes nas caladas da noite, refletindo no piche a cor das suas almas²⁵⁴.

Além desse apoio, a RPL contou também com o reconhecimento do Consulado Geral Estadunidense em São Paulo. De acordo com Alexandre Busko Valim (2006),

Em 21 de setembro de 1949 o Consulado Geral Estadunidense em São Paulo enviou para o Secretário de Estado em Washington um memorando intitulado

²⁵³ LEI E POLÍCIA, 1950, Set, Ano II, n. 12, p. 65.

²⁵⁴ LEI E POLÍCIA, 1950, Jan/Fev/Mar, Ano II, n. 8-9, p. 96.

Anticommunist Handbills published by “Lei e Polícia”. Junto com este documento foram enviadas seis cópias de quatro folhetos anticomunistas que haviam sido deixados no Consulado pelo diretor da revista, que estava distribuindo folhetos em São Paulo e outras cidades. De acordo com o documento, o Consulado já havia informado o Secretário de Estado sobre cartazes e outros folhetos publicados pela revista através dos despachos 292, de 26 de agosto de 1949, e o 336 de 21 de setembro de 1949. Em novembro de 1949, o Consulado enviou outro memorando aos EUA com algumas observações relacionadas à um pôster publicado pela revista *Lei e Polícia* enviado através do despacho número 337. De acordo com o documento, o pôster foi baseado em uma premiada ilustração enviada pelo *Coodinator of Inter-American Affairs* (CIAA). O Cônsul Julian Greenup informou que o pôster estava afixado na parede do USIE *Office* no Consulado, quando “*Mr. Del Ciello, o editor da revista Lei e Polícia, fez uma visita para nos contar sobre seu trabalho e solicitar dinheiro para sua campanha anti-comunista.* O pôster do CIAA chamou a atenção do editor levando-o a pedir emprestado por alguns dias. Segundo o Cônsul “*presumivelmente, Mr. Del Ciello gostou tanto que prosseguiu sem consultar-nos, com a publicação de um similar ao nosso. Ele fez isso sob sua própria responsabilidade e sem o nosso conhecimento. Um mês ou um pouco mais, o pôster em questão foi recebido pelo Consulado Geral*”²⁵⁵.

A RLP foi também responsável pela criação e difusão de cartazes, impressos, panfletos, livretos e folhetos rotulados como “material de contrapropaganda”²⁵⁶; em outras palavras, criou e enviou a “todo o território nacional”²⁵⁷ um conjunto de materiais de propaganda política anticomunista.

Desse modo, assim como na atualidade o governo se empenha em espalhar no território nacional mensagens das mais variadas formas, estimulando a população a fazer sua parte no combate a doenças epidêmicas, da mesma forma ocorreu com a “doença comunista” no governo Dutra. Em nome da “formação moral”, da “paz”, do “espírito democrático”, da “Pátria” e da “justiça”, a campanha da RLP se dirigiu à “exterminação da praga comunista do seio da família e das classes trabalhistas”²⁵⁸, quando, na realidade, além do próprio medo do “Perigo Vermelho” que de fato existia, tanto dentro do campo estatal quando no contexto social, tinha como objetivo a manutenção da hegemonia política do Estado sobre a grande maioria da população, à medida que buscava sufocar, por meio da propaganda ideológica política, a ideologia dos movimentos políticos e sociais dissidentes do governo.

Em suas romantizadas palavras,

[...] a campanha encetada por “Lei e Polícia”, em todo o território nacional, prossiga vitoriosamente, sem esmorecer e sem sofrer solução de continuidade. Pois que, dia a dia cresce o número de voluntários, vindo de todos os recantos do Brasil, os quais se alistam no Exército organizado por “Lei e Polícia” que vem ajudando o Governo a

²⁵⁵ VALIM, 2006

²⁵⁶ LEI E POLÍCIA, 1950, Abr/Mai/Jun, Ano II, n. 10-11, p. 16.

²⁵⁷ Ibid., p. 16.

²⁵⁸ LEI E POLÍCIA, 1950, Abr/Mai/Jun, Ano II, n. 10-11, p. 16.

combater a infiltração comunista, marchando em todas as direções, arvorando a sua bandeira de paz e de concórdia, ao mesmo tempo que tem travado as mais árduas batalhas com os comunistas, falsos patriotas, inimigos ocultos e que estão tentando vender a própria liberdade e a soberania da Pátria aos assalariados de Moscou²⁵⁹.

Neste sentido, a RLP penetrou nos Estados Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais.

Em suas palavras:

LEI E POLÍCIA realizou trabalho tenaz de penetração nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Estado do Rio, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais, logrando aplausos valiosos ao seu mister árduo e desassombrado de afixar cartazes sugestivos e de distribuir farto material educativo, como impressos, panfletos, livretos, etc. de alerta aos menos avisados contra o perigo da infiltração comunista em nossa Pátria. Nessas regiões tivemos o concurso das altas autoridades públicas, que demonstraram reconhecer o mérito de nossa combatividade²⁶⁰.

Nesse parágrafo é possível identificar certas palavras que tentam levar o leitor a convencer-se da importância dos trabalhos realizados pela RLP em vários estados do Brasil, numa autopropaganda exposta de forma metamorfoseada, como: “*aplousos valiosos* (é possível perceber que passa a idéia de possuir um apoio plural, pois a palavra *aplousos* se refere popularmente a demonstração de agrado, de satisfação); *ao seu mister árduo* (aqui ela busca passar uma valorização de seu trabalho); *e desassombrado* (se autodenomina como corajosa); *de afixar cartazes sugestivos* (que sugerem uma idéia capaz de moldar concepções, conceitos, de mudar ou formar um imaginário social); e *material educativo* (o mesmo que instrumento de ensino, doutrinação, adestração – dá a idéia de um caráter pedagógico da RLP).

Quando a RLP enfatiza: “nessas regiões tivemos o concurso das altas autoridades públicas, que demonstraram reconhecer o mérito de nossa combatividade” - mostra mais uma vez seu caráter elitizado e político, funcionando como um aparelho privado de hegemonia.

De modo geral, é possível afirmar que a RLP é dotada de um caráter elitizado e centrada em bases políticas conservadoras, principalmente por ser um órgão de polícia e estar intimamente atrelada ao meio militar e às idéias por ele defendidas.

Não podemos nos esquecer de que, além de divulgar informações vinculadas ao que acontecia em relação à polícia, a RLP foi também um instrumento de propaganda comercial desse período, pois crescia a quantidade de seus patrocinadores. Não obstante, seu trabalho

²⁵⁹ LEI E POLÍCIA, 1950, Abr/Mai/Jun, Ano II, n. 10-11, p. 16.

²⁶⁰ LEI E POLÍCIA, 1950, Set, Ano II, n. 12, p. 65.

girou em torno, principalmente, da batalha contra o “Monstro Vermelho”. Pregando e incentivando a luta contra a ideologia comunista, a RLP buscou imprimir um caráter negativo a todas as formas dessa ideologia, publicando artigos destinados a apagar sua memória real e deturpar aspectos importantes de sua história.

Paralelamente, buscava despertar no leitor um sentimento de brasilidade, da democracia liberal como libertadora e redentora do mundo e do sistema capitalista como o único meio de produção capaz de elevar o padrão de vida de toda a humanidade, sempre apontando uma bipolaridade – comunismo/comunistas como inimigos da nação *versus* a integridade familiar, segurança, liberdade e moralidade (democracia).

4.2 RLP DESCREVE O MONSTRO VERMELHO

Ao longo de sua existência, a RLP se empenhou em combater o “Monstro Vermelho”, difundindo, paralelamente, uma propaganda política e ideológica anticomunista e uma propaganda política que buscava convencer o leitor de que as ações adotadas contra o tal “Monstro Vermelho” promoveriam e fortaleceriam a democracia e a paz no país, tendo como pano de fundo a defesa de uma democracia liberal sob o viés capitalista. É importante não nos esquecermos da face elitizada e conservadora da revista e do contexto histórico brasileiro, permeado pelas ações e projetos políticos do governo Dutra estruturados sobre uma pseudodemocracia.

Nessa direção, a RLP, em praticamente todos os seus artigos, demonizava declaradamente o comunismo e os comunistas, adjetivando-os e nomeando-os de forma extremamente negativa. Buscava gerar no imaginário social uma definição clara deles como inimigos eternos da nação, apagar sua identidade e, principalmente, isolá-los, expurgá-los, à medida que os adjetivos negativos tendiam a criar nos leitores um sentimento de repúdio a eles.

Assim, o conceito relativo aos comunistas se traduzia nas expressões: extremistas de esquerda, sequazes, espões de uma nação estrangeira, sabotadores e inimigos da ordem pública, sanguinários, matadores cruéis, repelentes, capazes de todas as infâmias e indignidades, repudiadores da opinião pública, caluniadores, traidores, assaltantes, saqueadores, incendiários, pecaminosos, antinacionalistas, nostálgicos das senzalas camuflados²⁶¹, covardes; pichadores de paredes, mentirosos, saltimbancos, trapaceiros das

²⁶¹ DEL CIELLO, 1948.

estepes russas, covardes²⁶², donos do pseudoparaíso do proletariado, urso moscovita, maus patriotas, ignorantes, renegados, frustrados, mercenários, proscritos, demagogos²⁶³, pseudomessias, sequazes de Prestes, matilha bolchevista²⁶⁴. Em relação ao comunismo as expressões eram: nefando, deletério, fomentador do mal-estar social²⁶⁵, polvo internacional, lepra comunista²⁶⁶, falso idealismo, ideologia maldita²⁶⁷.

Sob um aspecto mais geral, essas definições de comunista/comunismo denominam lingüisticamente tais indivíduos e ideologia em sua existência como objetos de pensamento, criando uma representação monstruosa de ambos para o leitor, à medida que a soma dessas definições acaba por se constituir em um conjunto de ações que extrapolam as normas sociais em todos os sentidos.

Por exemplo, ao se referir às ações dos comunistas, a RLP escreve:

O verbo “desagregar” é o único que sabem conjugar, em todos os tempos e modos, os adeptos da “foice do martelo!, desde que, só através da desunião, do descontentamento, da anarquia política e da desmoralização dos homens públicos e de seus governos, poderão eles tirar partido e se locupletar, chafurdando amigos e inimigos na covardia e na degradação moral²⁶⁸.

Em conseqüência, a eficácia dessa representação monstruosa de comunista é capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir e moldar as ações cotidianas do leitor.

Mais especificamente, a doutrina comunista, em si, é nitidamente definida pela RLP como peça-chave de desequilíbrio do todo social. Destarte, sobre essa doutrina são jogados todos os males sociais do período em questão, de modo a tirar dos ombros do governo grande parte das responsabilidades por esses males. Assim, para a RLP,

Todo ocultamento da verdade é necessário à prática comunista em toda a sua hedionda materialização, porquê, mentindo, iludindo, despistando, confundindo, aterrorizando e hostilizando partidos contra partidos, cidadãos contra cidadãos e solapando as instituições dos países em que vegetam, ganharão os agentes vermelhos, os emissários da desordem organizada e do homicídio premeditado, a confiança do chefe supremo e o terreno propício à proliferação de suas idéias materialistas de posse, assalto e de domínio sobre a massa ignara, sob o fundamento utópico da realização de um sonho que seria, como propalam para uso externo, apenas, a eliminação do *capitalismo* que é, sem dúvida, a barreira mais inexpugnável que têm eles pela frente, contra o qual pretendem o credo vermelho,

²⁶² LEI E POLÍCIA, 1950, Jan/Fev/Mar, Ano II, n. 8-9.

²⁶³ LEI E POLÍCIA, 1949, Jun/Jul, Ano I, n.05, p. 49-50.

²⁶⁴ LEI E POLÍCIA, 1949, Nov/Dez, Ano I, n. 7.

²⁶⁵ Ibid., p. 87.

²⁶⁶ LEI E POLÍCIA, 1950, Jan/Fev/Mar, Ano II, n. 8-9.

²⁶⁷ LEI E POLÍCIA, 1949, Jun/Jul, Ano I, n.05, p. 49-50.

²⁶⁸ Ibid., p. 8-9.

jogar os operários de todas as partes do mundo que, desgraçadamente ainda acreditam os propugnadores intelectuais nos “passes de mágica” dos saltimbancos e trapaceiros das estepes²⁶⁹.

Tal processo de produção de sentidos leva à estigmatização de comunistas/comunismo como *inimigos* da sociedade brasileira.

Em sua luta sem trégua, a RLP vai muito além: conclama o leitor a lutar contra esse inimigo, atribuindo-lhe grande responsabilidade pela defesa das “liberdades democráticas” e de sua brasilidade. Podem-se ler nos seus artigos palavras como:

Delineado como está, o nosso objetivo, certo de que estamos a serviço da Pátria, coordenando os nossos esforços, com religioso respeito aos preceitos da Constituição da República, não nos atemorizamos ante as negregandas reações, que contra nós positavam os vanguardistas do comunismo russo. Havemos de desmascará-los e repeli-los, onde quer que se encontrem. Não lhe daremos tréguas e nem recuaremos ante as ameaças com que se apresentam abusando das liberdades democráticas [...]²⁷⁰.

A citação deixa perceptível que a RLP não teve somente o intuito de apresentar comunista/comunismo como sinônimo de inimigo, mas também de inimigo a ser combatido, criando no leitor um circuito imaginário figurado na ameaça constante do “Monstro Vermelho” e atribuindo-lhe a responsabilidade pela defesa da “Pátria Amada”.

Em suma, o processo de produção de sentidos da RLP é dicotômico, ou seja, paralelamente, empenha-se na criação de um inimigo único e no combate a ele e instrumentaliza as palavras no sentido de reavivar o sentimento patriótico do leitor.

Mas não somente isso: para facilitar o processo de compreensão do leitor, o autor do artigo (Anselmo Del Ciello) utiliza-se de imagens para reafirmar e ao mesmo tempo chamar a atenção do leitor para a “gravidade” do “problema” que é deixar o “Monstro Vermelho” solto na “Pátria Amada”, como podemos observar abaixo.

²⁶⁹ LEI E POLÍCIA, Jan/Fev/Mar, Ano II, N. 8-9.

²⁷⁰ DEL CIELLO, 1948.



QUADRO 1 - Não deixes o monstro do comunismo destruir a bandeira da liberdade!

Fonte: Lei e Polícia, 1948, Nov/Dez, Ano I, n. 2 e 3, p. 52

Cumpra lembrar que tal imagem já fora anteriormente analisada por Rodrigo Patto Sá Motta em seu livro “Em Guarda Contra o Perigo Vermelho” (2002). Nessa análise, Sá Motta conclui que a imagem sugere que o comunismo constituiria um ataque à Pátria, pois um comunista estava profanando a bandeira nacional, o que reafirmava o caráter impatriótico do projeto comunista.

Além disso, a figura agredida representaria a República, pois, para o autor, o símbolo feminino em questão fora inspirado na iconografia emergida no transcorrer da Revolução Francesa, que empregou temáticas clássicas, como a deusa grega Atena com o barrete frígio para constituir uma simbologia para a República.

Em mais detalhes:

Note-se que a “República” da imagem encontra-se vestida, à guisa de manto, com a esfera central azul do “pendão auriverde”, parte da bandeira que contém as estrelas representando os Estados da federação. Isto pode significar que os estados brasileiros estariam protegendo a República e, ao mesmo tempo, encontravam-se igualmente ameaçados pelo comunismo. A mensagem principal contida na composição se impõe de forma marcante: os comunistas são tipos violentos e abrutalhadores, agressores da pátria e da liberdade. Tal como a figura feminina da gravura, a nação brasileira estaria à mercê da sanha assassina do comunismo²⁷¹.

A análise de Patto Sá Motta é compatível com tudo aquilo que foi dito até agora da RLP, principalmente quando pensamos na conotação negativizada de comunista/comunismo e na conclamação do leitor a lutar em favor da “Pátria ameaçada” pelo “Monstro Vermelho”.

Além do que esse autor especificou em sua análise, é preciso observar também o discurso escrito presente na imagem, como apostado do título da revista Lei e Polícia: “órgão de repressão à delinquência e combate ao comunismo”. Tal enunciado sugere previamente ao autor que a RLP “zela pela ordem pública”. Em um segundo momento, conclama também o leitor a combater o comunismo, quando enuncia: “Não deixes o monstro do comunismo destruir a bandeira da liberdade!”

De modo geral, a base do discurso da RLP, estruturado na relação texto/imagem, sustenta-se na conotação dos conceitos comunista e comunismo como contrário à ética e aos direitos humanos em todos os seus sentidos. Assim, o processo de construção de tal discurso visa enquadrar os comunistas e sua ideologia em um complexo de ações devastadoras que extrapolam as normas que dão a harmonia ao todo social.

²⁷¹ PATTO SÁ MOTTA, 2002, p. 104-105.

Outro eixo de discussão da RLP se encontra no discurso de caracterizar os comunistas e o comunismo como amorais e totalmente avessos à doutrina cristã “moralizante do social”. Artigos nesse sentido são, em grande medida, de autoria de religiosos, a exemplo do intitulado “Não transigir, obrigação dos homens de bem”²⁷², escrito pelo Arcebispo do Rio de Janeiro Jaime Cardeal Câmara. Nesse artigo a palavra comunista está estritamente ligada a qualidades e qualificativos que se opõem à “moral cristã”, como: espírito de revolta, injustiça, venalidade, egoísmo, materialista, imoralidade, desorganizador familiar e colegial, desprezo às causas públicas, inimigo externo, vingativo, deturpadores dos costumes cristãos, baixo nível moral, agravador dos descontentamentos e ódios, explorador, mercenário, sedutor, fariseu, saduceu, escriba, hipócrita, inimigo do povo, adversário declarado, aliciador, enganador, maquiavélico, agressivo, etc.²⁷³.

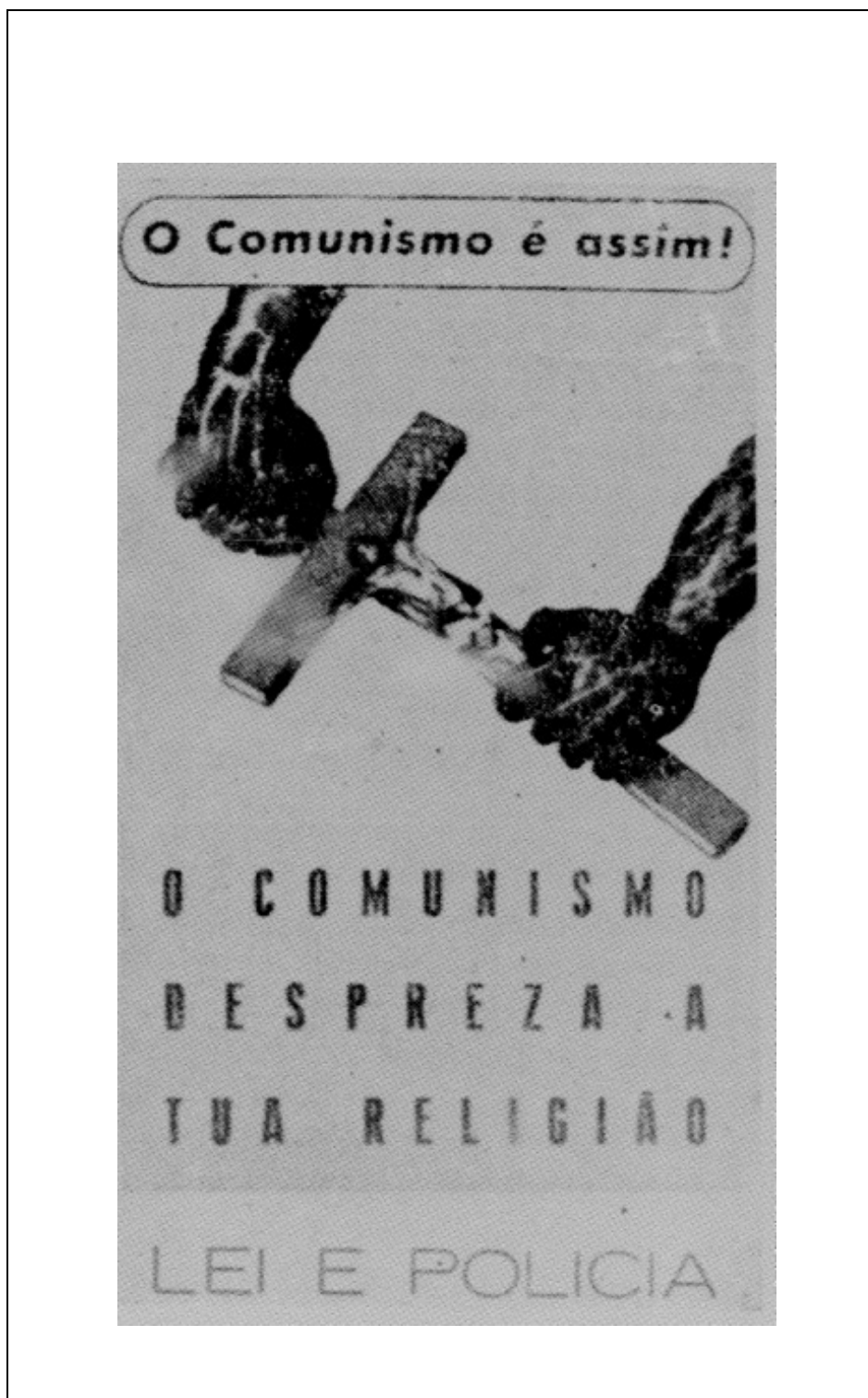
Tais acusações anticomunistas não são exclusivas da RLP, pois desde o início do século XIX a Igreja Católica já deixava clara sua posição anticomunista, que foi definida oficialmente com a publicação da Carta-Encíclica “*Rerum Novarum*” em 5 de maio de 1891.

O que chama a atenção é a forma com que a produção de sentido negativa de comunista/comunismo é consubstanciada em uma linha de pensamento consonante com o artigo citado anteriormente, sendo somente fariseus, saduceus e escribas os únicos termos bíblicos para defini-los. Mesmo assim, bíblicamente, essa trilogia pode ser resumida em céticos, materialistas, acusados de crimes e injustiças, não escapando ao padrão de criação do imaginário anticomunista pela RLP.

Soma-se a essa perspectiva de disseminação de uma propaganda anticomunista fundamentada na aversão à moral cristã a seguinte imagem:

²⁷² LEI E POLÍTICA, 1949, Jun/ Jul., Ano I, n. 5, p. 18.

²⁷³ Ibid., p. 18.



QUADRO 2 - Comunismo é assim! O comunismo despreza a tua religião
Fonte: Lei e Polícia, 1948, Jun, Ano I, N. 1, p. 75

Essa imagem é dotada de um conjunto de signos (a cruz – símbolo do cristianismo; as mãos fortes; as mensagens escritas) que, somados, são capazes de definir o comunismo como destruidor de religião, em uma bem-elaborada associação.

Isso adquire maior sentido principalmente se considerarmos o título da imagem “O comunismo é assim”, e em sua seqüência, “O comunismo despreza sua religião”. Destarte, mais uma definição de comunismo é delineada na RLP: a de ser ateu, anticristão, desprezador de religião e inimigo da moralidade cristã.

De modo geral, é perceptível na organização do discurso da propaganda política anticomunista veiculada pela RLP uma constante preocupação com a defesa da moralidade cristã, da brasilidade e da liberdade e, principalmente, a prática de estigmatizar os comunistas como inimigos da Pátria, a fim de isolá-los no contexto social brasileiro, e, além disso, incitar o leitor a persegui-los.

Desse modo, à medida que a organização desse discurso vai se desenrolando, temos a fala dos comunistas apagada, ou seja, eles são o objeto de análise ao longo de todo o periódico, contudo não são sujeitos deste.

Suas falas são raras, suas teorias e ações sempre são descritas por alguém dotado de um conceito pré-constituído de comunista/comunismo, dando forma a narrativas ou relatos que comportam uma série de sentidos negativos que buscam legitimar seu ponto de vista avesso a tal ideologia, a fim de convencer o leitor e fomentar nele ações de repulsão a ela.

Assim, vemos a todo o momento, na RLP, o empenho em criar um imaginário estruturado sobre o antagonismo entre bem e mal, sempre o mal (comunismo) tentando violar a ordem pública e provocar a desestabilização da sociedade e do sentimento de brasilidade fundamentado na democracia liberal. Serve-nos como exemplo disto a seguinte passagem: “[...] esses caluniadores profissionais, acostumados a serem meros cordéis nas mãos assassinas da monstruosidade asiática, não podem sentir o quanto vale para o verdadeiro trabalhador o sentimento do dever cumprido”²⁷⁴.

O comunismo é então apresentado como síntese de todo o mal existente na sociedade brasileira; ou seja, a RLP constrói paralelamente várias imagens: de um sujeito brasileiro quase perfeito; de uma moral cristã capaz de gerar a ética e moral no campo dos direitos humanos nos moldes “ocidentais”; de comunistas como inimigos da Pátria em todos os sentidos; de comunismo como uma ideologia que sintetiza todo o mal e é capaz de atentar contra a vida humana.

²⁷⁴ LEI E POLÍCIA, 1950, Jan/Fev/Mar, Ano II, n. 8-9, p. 76.

Todo esse imaginário político-cultural de comunismo gerado e veiculado pela RLP tem como pano de fundo fazer com que o leitor, a partir de um discurso dominante, crie ou recrie representações e práticas anticomunistas. Propagandeando a favor do capitalismo e da democracia liberal, grande parte dos artigos afirma a todo o momento, de forma clara ou subliminarmente, que o indivíduo só é livre e digno dos direitos humanos, que lhe são garantidos por lei, caso se mantenha longe de tal Monstro Vermelho.

Outra definição criada pela RLP é a de que o comunismo é um destruidor da família, à medida que mina todas as condições básicas de estruturação da entidade familiar. Como exemplo, um dos artigos mais chocantes presentes na RLP recebe o título: Fugi da Rússia para que meus filhos não se criassem escravos²⁷⁵.

Esse artigo traz um discurso estruturado no depoimento de uma mulher russa (narrador em primeira pessoa) esposa de um adido comercial da embaixada soviética no México. O centro da discussão gira em torno desse casal russo que se recusou a voltar ao seu país por não querer que seus filhos fossem criados e educados na União Soviética.

A narradora relata nesse artigo a vida de sua família naquele país, sempre deixando claro que o regime comunista implantado na Rússia atenta continuamente contra a vida humana em todos os sentidos, e mais particularmente no que se refere à vida familiar, com ênfase nas condições de vida da criança. Nesse sentido, ela faz constantes comparações entre as condições de vida na Rússia e as do continente americano, especialmente dos EUA.

Assim, já no início do texto, a narradora, lembrando seu passado quando criança, enfatiza que o regime bolchevista fora implantado quando ela tinha quatro anos de idade, coincidindo “com os anos terríveis de guerra civil marcados pela fome e o terror policial”²⁷⁶, além da coletivização forçada dos camponeses e a destruição da vida familiar e infantil. Conta a narradora:

Vi crianças sem lar, mendigando em aldeias cuja gente era outrora alegre e bem alimentada. Centenas de milhares de ‘crianças selvagens’, cobertas por crosta de sujo, e em farrapos, doentes e deprecadas na sua minoria, vagueavam pelo país, roubando e mendigando. Morriam aos punhados, enquanto as casas de assistência infantil mal podiam acomodar insignificante parcela desses milhares de necessitados. [...] tudo quanto observava em redor de mim eram crianças arrasadas pela fome, seres mental e moralmente mutilados por condições anormais²⁷⁷.

²⁷⁵ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun, Ano I, n. 1, p. 29-31.

²⁷⁶ Ibid., p. 29.

²⁷⁷ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun, Ano I, n. 1, p. 29.

Percebe-se nesse excerto a dramaticidade com que são relatadas as condições de vida das crianças russas. De acordo com a narradora, todas essas péssimas condições de vida material foram causadas pela implantação, nesse país, do regime comunista. De fato, o regime comunista, de início, foi uma tragédia para os camponeses; mas não podemos nos esquecer de que já havia muita miséria e fome nesse país antes da Revolução. Depois dela os muito ricos viraram pobres, mas muitos miseráveis ascenderam à condição de pobres (ou seja, melhoraram) enquanto outros pioraram ainda mais, pois morreram de fome com a coletivização forçada. Agora muitos melhoraram de vida, tornaram-se operários, embora sob um regime repressor.

Além da degradação da vida material, ela expõe que o regime político foi também responsável pela degradação moral dessas crianças, à medida que lhes era ensinado “pelos mesmos métodos de Hitler e Mussolini, [...] o desprezo aos códigos morais e aos preconceitos religiosos. Espionar os mais velhos, desprezar os pais é o que as crianças aprendem, a bem dizer do berço”²⁷⁸. Paralelamente, a narradora expõe: “que conforto para mim o ver que deste lado do mundo as crianças são realmente crianças”²⁷⁹. Quando fala “deste lado” ela se refere ao continente americano, particularmente aos EUA.

Assim, tece uma comparação implícita entre o regime comunista e o capitalista, fomentando a criação de um imaginário negativo do primeiro e um positivo do segundo. Percebemos no depoimento uma propaganda política que visa a “alertar” o leitor para o que poderia acontecer com seus familiares caso o regime comunista fosse implantado no Brasil. Mais do que isso, passa a idéia de que em países capitalistas (democrático-liberais) a estrutura familiar se desenvolve em um mundo livre e de fartura.

O discurso avança delineando os graves problemas que sua família enfrentara no tocante à alimentação “(...) as rações nunca chegavam para aplacar a fome”. Para as crianças “(...) realmente nada além de pão seco”. Nos transportes, “(...) para chegar ao trabalho tinha que viajar uma hora num bonde nauseabundo e invariavelmente superlotado de gente mal humorada”. No trabalho: “(...) não havia limite para minhas horas de trabalho extraordinário”. Na saúde: “(...) os médicos do governo, além de sobrecarregados de serviços, eram descuidados”. Quanto à desigualdade social: “(...) Brinquedos? As crianças suplicavam um pouco mais de pão, mais uma colherada de cereal; e não brinquedos. Exceto para as mais ricas”; No que tange a escassez “(...) Nós, os russos, chegamos a tal extremo, que encontramos nas filas sem saber o que vamos adquirir”. Sobre a exploração econômica, “(...)

²⁷⁸ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun, Ano I, n. 1, p. 29.

²⁷⁹ Ibid., p. 29.

Comprar mesmo que haja dinheiro para enfrentar os preços exorbitantes que o governo exige, equivale a lutar pelos mais simples cotidianos – sal, querosene, fósforos e, sobretudo alimentos”²⁸⁰.

A qualidade de vida de uma família russa que em seu relato a narradora buscou trazer para o imaginário do leitor mostra o padrão de vida da grande massa dentro dessa sociedade comunista beirando à miséria, enquanto uma pequena parcela é privilegiada; assim, o leitor pode concluir que o próprio regime comunista é contraditório, já que seu lema é a igualdade entre as classes. Contudo, não são mostradas em tal depoimento as especificidades da sociedade capitalista, que foi e é responsável pela promoção da miséria em grande parte do mundo.

A realidade narrada vai além. Um importante fato contido na narração consiste na exploração das crianças pelo próprio governo soviético:

Em fins de 1946, o governo soviético pôs em execução um sistema de exploração das crianças sobre o qual muito pouco se sabe no exterior. Disfarçada em um programa de aprendizado, instituíram as autoridades uma “mobilização” de meninos e meninas de mais de 13 anos. Desde então milhões deles foram arrebatados às famílias afim de serem utilizados no trabalho das minas e das fábricas²⁸¹.

Verifica-se aqui mais uma forte propaganda anticomunista na mensagem que está por trás, ao ficar explícito que o próprio governo soviético é um dos principais agentes da desagregação familiar: em primeira instância, não toma medidas capazes de gerar uma estrutura econômica que favoreça a elevação do padrão de vida das famílias; em segunda instância, escraviza os filhos desde a infância.

Além disso, a descrição que faz a narradora da forma como ocorre essa exploração infantil é dramática, pois, segundo ela, grande parte dessas crianças trabalhava em fábricas de munições com “[...] uniformes pretos estavam imundos e na maioria em frangalhos. Raros eram os que tinham calçados apresentáveis. Muitos se mostravam doentes e abatidos. Viviam em barcas sob uma disciplina de rigidez quase militar. A comida que lhes davam, só de olhar provocam náuseas”²⁸². Assim, ela traça um quadro que vai além da escravidão, atingindo privações materiais. Além disso, chama a atenção para o fato de que a escravidão no regime soviético se estende à servidão mental.

²⁸⁰ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun, Ano I, n. 1, p. 30.

²⁸¹ Ibid., p. 30.

²⁸² LEI E POLÍCIA, 1948, Jun, Ano I, n. 1, p. 31.

Em suas palavras, as pessoas mais violentamente atingidas eram “os indivíduos dotados de capacidade de pensar por si mesmos e aqueles que têm o coração sensível às misérias do trabalho excessivo. Não há lugar para a brandura, simpatia, ou independência mental. O único meio de subsistir é conformar-se”²⁸³. Nesse sentido, de acordo com ela, a verdade era sempre escondida dos filhos (principalmente sobre a diferença de classes existente nesse país), a fim de que fossem protegidos de crimes políticos.

A narradora finaliza o texto afirmando que, pela experiência de vida que haviam tido na Rússia, ela e sua família haviam decidido nunca mais voltar àquele país. No México, mas procurando refúgio nos Estados Unidos, ela apresenta esse continente (americano) como o lugar propício para a criação de seus filhos em fartura e liberdade.

Como apoio e reforço a tais argumentos, a RLP utiliza-se também de uma imagem intitulada “Regime de Trabalho no Comunismo” (que se repete na ilustração de outros artigos), permeada por todo um conjunto de símbolos que corroboram grande parte das idéias presentes no artigo em questão, principalmente no que tange ao “comunismo como regime escravizador”.

A ilustração apresenta um homem robusto, com trajés semelhantes aos utilizados por militares e guerreiros, passando a idéia de um Estado policial. Verificamos ainda que este homem está armado com um revólver na cintura e um chicote em mãos (imagem de um carrasco), suscitando a idéia de hierarquia, de dominação.

Ao fundo se vêem imagens de pessoas descamisadas, que caminham curvadas, com enxada às costas, demonstrando fraqueza, cansaço e submissão. Toda a esfera que envolve tais figuras sugere, de fato, quanto ao título da imagem, a pergunta “Qual o regime de trabalho no mundo comunista?”, cuja resposta é “Escravo” - tudo em consonância com o texto em análise.

²⁸³ LEI E POLÍTICA, 1948, Jun, Ano I, n. 1, p. 31.



QUADRO 3 - Regime de trabalho no comunismo

Fonte: Lei e Polícia, 1948, Jun, Ano I, n. 1, p. 29

Vale lembrar que o gênero textual não é o único elemento no processo de produção de sentidos, mas somente um deles, e que os seres humanos, em sociedade, criam e reproduzem os mais diversos meios de comunicação, com os mais diversos significados; logo o gênero textual não está ligado somente à escrita, ao verbal, mas também ao não-verbal, ao simbólico, ao imagético. Dessa forma, as imagens não estão circunscritas a uma análise isolada, mas inseridas em um contexto mais amplo.

Nesse contexto é perceptível uma propaganda política centrada na escravidão dos cidadãos russos e na destruição da estrutura familiar. É importante considerarmos que a família é pensada como uma célula que integra um grande organismo moral, que é a sociedade em sua totalidade, assegurando-lhe continuidade orgânica pela perpetuação do gênero humano em todos os seus sentidos (econômico, político, cultural...). Logo, a destruição da família provocaria a corrosão da sociedade até sua destruição.

Enfatizando mais particularmente a sociedade civil ou política, é possível afirmar que ela não se compõe de indivíduos soltos, mas de famílias e de outros grupos intermediários, cujo conjunto dá forma à sociedade global²⁸⁴. Em outras palavras, a família seria a base da estrutura social, portanto sua desestruturação atingiria diretamente o equilíbrio de toda a sociedade e de todo um país.

Tais idéias nos trazem a noção de que um dos principais objetivos desse texto está abertamente ligado ao interesse em disseminar a propaganda anticomunista, à medida que prega a todo o momento a atuação “trágica” de um regime político (bolchevismo) que, segundo esse ponto de vista, esmaga a estrutura familiar em vários sentidos, pois lhe nega os meios de sobrevivência básica (escravizando materialmente e moralmente pessoas e, fundamentalmente, crianças), e com isso infringe praticamente todos os direitos humanos defendidos desde a Revolução Francesa²⁸⁵. Assim, se o regime político comunista destrói as estruturas familiares, conseqüentemente destrói a sociedade em que foi implantado.

Não obstante, mesmo objetivando identificar a propaganda política anticomunista nesse artigo, não podemos ignorar a veracidade parcial das informações, embora relatadas de forma bastante facciosas; mas também deve ser ressaltado o fato de que o texto omite completamente as melhoras que ocorreram na Rússia sob Stalin ou, por exemplo, o papel que ela teve na derrota do nazismo. Ao contrário, o que se observa nessas peças de propaganda é cada vez mais a associação entre comunismo e nazismo.

²⁸⁴ SOUSA, 1998.

²⁸⁵ Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Além disso, ainda considerando-se a relação entre texto e imagem, é intrigante um artigo da RLP sob o título “Estudo Psicológico de um Simpatizante Comunista”²⁸⁶. Esse texto, escrito por Sidney Hook²⁸⁷ e enviado pela *United States Information Service* (USIS), busca definir a “psicologia de um indivíduo que simpatiza com as idéias comunistas”, tendo como pano de fundo “desiludir” esses simpatizantes, ao expor que estes são meros objetos manipuláveis nas mãos comunistas de fato; mas, além disso, o artigo aponta questões de como tratar esses simpatizantes de forma pacífica. Por exemplo, afirma que “os simpatizantes não devem ser perseguidos ou martirizados, mas educados”²⁸⁸.

Sem adjetivar de forma ofensiva e direta os comunistas e o comunismo, a RLP utiliza-se de outro artifício, a imagem de uma propaganda patrocinada pela Malzbier, como podemos ver abaixo:

²⁸⁶ LEI E POLÍCIA, 1949, Set/Out, Ano I, n. 06, p. 63-64.

²⁸⁷ No período, presidente do Departamento de Filosofia da Universidade de Nova York e da Associação Americanos em Prol da Liberdade Intelectual.

²⁸⁸ LEI E POLÍCIA, 1949, Set/Out, Ano I, n. 06, p. 64.

Estudo Psicológico do Simpatizante Comunista

(Conclusão)

diatamente desacreditado e acusado de reacionário. Em quarto lugar, o dinheiro arrecadado pela organização será, por meio de hábeis métodos de contabilidade, transferido para outras frentes do Partido Comunista e desviado para outras finalidades comunistas.

Por fim, quando tais fatos surgem à luz, fica comprometida toda a causa do leite gratuito para as crianças pobres. As vezes, a linha do Partido Comunista muda da noite para o dia e a organização é abandonada.

Não existe processo fácil para trazer os simpatizantes comunistas honestos e sinceros de volta à comunidade da vida cultural democrática, na qual poderiam desempenhar um papel de crítica sã, como espíritos livres. Os simpatizantes não devem ser perseguidos ou martirizados, mas educados. Não somente eles, mas todos os democratas precisam de uma educação pela qual se torne claro que o comunismo não é um movimento progressista, mas sim reacionário; e que a alternativa de um movimento reacionário não é outro movimento reacionário, mas sim um corajoso liberalismo.

Os liberais não devem negar seu apoio ativo às causas dignas apenas porque os comunistas e simpatizantes pretendem também defendê-las. Devem trabalhar mais arduamente que os comunistas na defesa de todas as finalidades humanitárias, desde a instalação de creches públicas gratuitas até o estabelecimento de uma paz duradoura com liberdade. Devem, porém, trabalhar independentemente, cooperando apenas com os grupos que não moldem sua mentalidade e consciência de acordo com o Ministério do Exterior de outros países.

Há muita coisa que os liberais podem fazer para defender e ampliar o modo democrático de vida cuja existência é em última análise, o



Esta faltando o melhor...

quando falta às suas refeições

MALZBIER DA BRAHMA



Sim, falta o melhor em sabor e o melhor em prazer quando esta faltando Malzbier da Brahma às suas refeições! É que quando falta ela faz quando há necessidade de compensar a falta de qualquer alimento? Complete seu almoço... enriqueça sua lanche... e melhore seu jantar com Malzbier da Brahma.

EM GARRAFAS E EM GARRAFAS

Produto da Cia. Cervejaria Brahma S. A. S. Rua de Juruá-São Paulo-Catiba-P. Alegre - P. Fundo
Registro 3990

melhor argumento em favor da liberdade em todo o mundo.

Não devem também os liberais esquecer que há no mundo outras formas de autoritarismo, além do comunismo soviético, embora este último represente o mais premente ameaça às instituições livres. Ao protestar contra o linchamento judicial do cardeal Mindszenty, na Hungria, os liberais devem ter também em mente a perseguição dos ministros protestantes na Bulgária, Itália e Argentina, os excessos cometidos contra os si-

nistas na România e o recente e horrível caso ocorrido na Espanha de Franco, onde mineiros asturianos foram lançados vivos a um poço e em seguida dinamitados.

Na herança espiritual de Jefferson aos liberais americanos há algumas coisas que o tempo e a economia mecanizada tornaram anacrônicas. Mas, quando Jefferson proclamou sua "eterna hostilidade a todas as formas de tirania", falou em nome de todos os liberais do passado e do presente. — (USIS)

QUADRO 4 - Estudo psicológico de um simpatizante comunista

Esta imagem, que acompanha o artigo em debate, se propõe a ilustrar a propaganda de uma marca de cerveja – Malzbier. Essa propaganda nos mostra em primeiro plano, da direita para a esquerda, a imagem de um possível ladrão assaltando um cofre, que se encontrava previamente vazio.

Abaixo dessa, a frase e o texto²⁸⁹ que seguem não estão ligados a imagem utilizada para ilustrar a propaganda, ou seja, o objetivo do profissional que colocou essa imagem não fica claro, principalmente quando consideramos que em uma propaganda comercial a imagem inserida tem como pressuposto básico reforçar a mensagem do texto.

Conjecturamos que é possível que aqui esteja acontecendo aquilo que Thompson²⁹⁰ intitulou de dissimulação, pois, esta pode ser desenvolvida e sustentada mediante a ocultação ou negação dos verdadeiros interesses ideológicos ou mesmo, constituir-se como meio de desviar a atenção do receptor da mensagem, ou até mesmo legitimar previamente um ponto de vista, principalmente quando consideramos a íntima relação entre o título do texto (Estudo Psicológico do Simpatizante Comunista) e a imagem do ladrão.

Dessa forma, é evidente que há nessa página uma propaganda ideológica anticomunista subliminar, à medida que consideramos a ligação entre o título “Estudo Psicológico do Simpatizante Comunista” e a imagem que ilustra a propaganda da página seguinte, podendo suscitar no leitor, mesmo que inconscientemente, uma relação entre a psicologia do simpatizante comunista como sinônimo de perversão.

Numa visão geral, à medida que a RLP descreve o “Monstro Vermelho”, seus artigos também camuflam as crises reais que ocorrem na sociedade brasileira desse período (principalmente a econômica), além da atuação antidemocrática do governo Dutra ao cassar os mandatos e o registro do PCB e persegui-lo. Ademais, a revista tenta criar no leitor a ilusão de que é portadora de “verdades universais” ao adotar, em quase todas as suas publicações, a “imparcialidade gramatical”, trocando o *eu* (primeira pessoa do singular) pelo “nós”, e se empenhar, em cada artigo, na universalização das idéias de uma elite conservadora, com o objetivo de conferir autenticidade a todos os seus trabalhos de combate ao comunismo.

²⁸⁹ Está faltando o melhor ... quando falta às suas refeições MALZBIER DA BRAHMA. Sim, falta o melhor em sabor e o melhor em prazer quando está faltando Malzbier da Brahma às suas refeições! E que grande falta ela faz quando há necessidade de compensar a falta de qualquer alimento! Complete seu almoço ... enriqueça seu lanche ... e melhore seu jantar com Malzbier da Brahma (LEI E POLÍCIA, 1949, Set/Out, Ano I, N. 06, p. 64).

²⁹⁰ THOMPSON, 1995.

4.3 PCB DEFINIDO POR LEI E POLÍCIA

Além de buscar definir os comunistas e a ideologia comunista, a RLP volta seu olhar para a política interna e tece várias considerações sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Com os artigos “Os Comunistas e os Partidos Políticos”²⁹¹ e “Conheçamos o Partido Comunista do Brasil”²⁹², ambos escritos por Cecil M. Borer (nesse período Inspetor-Chefe do Setor Trabalhista do D. O. P. S), a RLP transmitiu uma propaganda política ideológica com vistas a deturpar a imagem do PCB, à medida que o caluniam declaradamente, seja por insultos, seja por falsificação de informações. Por exemplo, no primeiro artigo citado, o próprio título traz de início a idéia de que será discutida a relação entre o PCB e os demais partidos políticos, mas, como introdução, mantendo a linha de quase todos os artigos da revista, a discussão tem como ponto de partida a idéia de que a URSS “mobiliza todo o potencial de recursos de que dispõe para arremeter contra os baluartes da democracia, no afã de bolchevizar os povos de ambos os hemisférios”²⁹³, ou seja, prega a idéia de que a URSS quer dominar o mundo a todo custo e oprimir e escravizar o proletariado.

Esse era o discurso ideológico produzido no bloco liderado pelos EUA. Contudo, se analisarmos mais atentamente o referido processo histórico, observaremos uma URSS destrozada pela guerra e voltada para a sua reconstrução doméstica. É óbvio, não há consenso sobre o assunto, que é ponto de disputa entre diferentes correntes historiográficas; no entanto, entendemos que há fatos que tornam evidente a idéia de que, nesse momento, a URSS não buscava expandir a sua área de influência, mas apenas preservá-la e buscar sua própria reconstrução. Caso contrário, como poderíamos explicar que Stalin tenha ordenado aos comunistas, que já controlavam boa parte do Norte da Itália, que devolvessem as terras e fábricas aos seus antigos donos e entregassem suas armas? Em adição, como analisar o fato de que diplomacia soviética desestimulou a revolução na Grécia e na China? No caso da Grécia, quando os britânicos massacraram regiões sob controle comunista com bombardeios aéreos, o governo soviético não apresentou uma única objeção ou denúncia²⁹⁴.

De acordo com Borer, o objetivo russo é buscado no Brasil pela infiltração comunista através de organizações políticas, como o PCB; mas, segundo ele, como o registro desse partido foi cancelado e foram cassados os mandatos de seus parlamentares, seu líder, Prestes,

²⁹¹ LEI E POLÍCIA, 1949, Jun/Jul, Ano I, n. 05, p. 49-50.

²⁹² LEI E POLÍCIA, 1949, Nov/Dez, Ano I, n. 7, p. 51-52.

²⁹³ LEI E POLÍCIA, 1949, Jun/Jul, Ano I, n. 05, p. 49.

²⁹⁴ MUNHOZ, 2004.

ordenou a seus adeptos que se infiltrassem em outros partidos e se candidatassem aos cargos eletivos pelas mais diversas legendas.²⁹⁵

O artigo enfatiza ainda o prestígio que políticos adeptos ou simpatizantes do comunismo possuíam em estados como o Rio de Janeiro.

Somente no Estado do Rio de Janeiro têm assento nas Câmaras Municipais, eleitos por diferentes legendas partidárias, nada menos de 45 vereadores reconhecida e comprovadamente comunistas. Nessa parcela não se acham computados os vereadores cripto-comunistas e simpatizantes do comunismo que, para melhor exatidão deste relato adiantaremos serem em número de 3 e 2 respectivamente. Torne-se esse raciocínio extensivo aos Municípios que se espalham pelas várias unidades da federação e ter-se-á uma rápida visão do que representa a infiltração bolchevista nos Partidos Políticos²⁹⁶

O autor do artigo busca ainda acusar o PCB (na ilegalidade) de agir clandestinamente no “*underground*”:

As instruções emanadas da direção do PCB no que respeita às próximas eleições são as mais severas e as hostes vermelhas que agem, ora no “*underground*”, ora à luz meridiana – nesse ultimo caso, alegam os comunistas, quando pressentidos pela polícia política, que a reunião é tão somente para efeito de “estudo e defesa do petróleo” ou, ainda, “para defesa da paz e da cultura”, trabalham incessantemente para multiplicar o número de vereadores – autênticos agentes moscovitas – que infestarão as Câmaras Municipais e quiçá estaduais, arvorando a legenda de um Partido cujo programa jamais o interessará²⁹⁷.

O artigo visa ainda advertir os partidos da infiltração das idéias comunistas em suas fileiras, pois o PCB, mesmo tendo seu registro cassado, podia ser uma ameaça, uma vez que a ideologia comunista infiltrada em partidos políticos poderia chegar ao poder.

Assim:

Diga-se de passagem que Partidos Políticos há que não desconhecem o “*curriculum vitae*” de certos demagogos vermelhos que estão sendo acolhidos em sua facção e a quem são prometidos mandatos em câmbio a um punhado de eleitores comunistas que por ocasião das eleições contribuirão com o seu voto apenas para aqueles que lhes forem designados pela direção do PCB²⁹⁸.

Tentando alertar para tal “problema”, o artigo prossegue:

Oxalá, porém que os dirigentes dos vários Partidos se convençam de que qualquer aliança ou sociedade com a clã de renegados que tudo faz sob a égide da foice e do

²⁹⁵ LEI E POLÍCIA, 1949, Jun/Jul, Ano I, n. 05, p. 49.

²⁹⁶ Ibid., p. 49-50.

²⁹⁷ LEI E POLÍCIA, 1949, Jun/Jul, Ano I, n. 05, p. 50.

²⁹⁸ Ibid., p. 50.

martelo, não reverterá senão em favor dos postulados comunistas aos quais se acham escravizados e por cuja supremacia jamais deixarão de pugnar²⁹⁹.

No segundo artigo - “Conheçamos o Partido Comunista” - o intento central é “definir” o PCB, mas segundo a concepção de Cecil Borer, que começa por afirmar que “definir o PCB seria passar em revista um sem-número de torpezas que vão desde o desvirtuamento da mentalidade juvenil até a dissolução de família; desde o desfibramento da veia patriótica até o crime de lesa-Pátria³⁰⁰.

De modo geral, o autor desse artigo, em dois outros publicados no mesmo ano, buscou disseminar uma propaganda ideológica política com vista a criar uma imagem extremamente negativa do PCB, passando a idéia de que, mesmo estando este cassado, a “lepra vermelha” vivia a sondar os demais partidos políticos, a fim de contaminá-los. O perigo dessa contaminação seria a possibilidade de a ideologia chegar ao poder por meio de outros partidos.

Além disso, traz a idéia de que a queda do respaldo ao PCB se deve ao expurgo que tem sofrido pela própria população brasileira, e não ao fato da repressão de que é alvo desde 1947. Para o autor, o belo “espírito de brasilidade e cristianismo” teria tocado forte os simpatizantes do comunismo, fazendo com que eles se desiludissem e deixassem de apoiar o PCB.

Ocorreu, então, e vem ocorrendo em casos análogos, um fato curioso e que põe à prova os verdadeiros sentimentos de brasilidade, as qualidades de são patriotismo e as virtudes cristãs que por herança são inatas em nosso povo: - 80% dos que haviam aderido e apoiavam os movimentos que de início lhes pareciam não só lícitos mas, o que não eram menos importante, patrióticos, de pronto se afastaram. Restam 20% que parecem aproveitáveis aos desígnios vermelhos, por lhes faltar o discernimento que impeliu os referidos 80% a repelir, incontinentemente, sua participação numa aventura cujas conseqüências, fatalmente, lhes adviria trágica. À medida, porém, que vão se informando daquilo que o Partido de Prestes lhes exige e à proporção que vão se tornando mais esclarecidos sobre a hedionda da farsa comunista divorciam-se, estes, também, das hordas em que, em tão má hora se haviam filiado³⁰¹.

Reforçando essa idéia e camuflando as ações antidemocráticas do governo Dutra, o artigo afirma claramente que à “índole religiosa e à fibra singularmente patriótica do povo brasileiro é que se deve, fundamentalmente, a derrota fragorosa que os assalariados de Moscou vêm sofrendo repetidamente”³⁰² - tudo isso com base no chavão de que o PCB

²⁹⁹ LEI E POLÍCIA, 1949, Jun/Jul, Ano I, n. 05, p. 50.

³⁰⁰ LEI E POLÍCIA, 1949, Nov/Dez, Ano I, n. 07.

³⁰¹ Ibid., p. 51-52.

³⁰² LEI E POLÍCIA, 1949, Nov/Dez, Ano I, n. 07, p. 52.

“obedece a ordens emanadas de seus patrões moscovitas”, excluindo a todo o momento o PCB da cena política brasileira e colocando-o no plano internacional.

Em suma, a RLP, por meio de um processo de produção de significados, tenta situar o PCB em uma esfera imaginária, cuja raiz está ligada a todos os outros artigos (pregar o anticomunismo de qualquer forma).

Nesse processo, o jogo de palavras, muitas vezes sem fundamentação verídica e com referência ofensiva direta a indivíduos, torna-se ferramenta poderosa nas mãos da revista. Paralelamente à atribuição de significados ao PCB de acordo com seu ponto de vista, a RLP refere-se a Luís Carlos Prestes, líder desse partido, principalmente como “o traidor da pátria brasileira”. Doutra feita, publicou um artigo intitulado Definiu-se o Sr. Prestes³⁰³, que fora selecionado e copiado do Jornal “O Correio da Manhã” de 23 de março de 1946. O título passa a idéia de que Prestes irá falar sobre si mesmo, ou seja, irá se auto-definir; mas será que é isso que ocorre realmente ao longo do texto? Direcionaremos nossa análise à identificação da propaganda política ideológica anticomunista nele contida.

Desde o início do texto ocorre aquilo que Domenach (1955) define como *Lei de Ampliação e Desfiguração*; ou seja, o artigo traz em seu bojo a ampliação de notícias com informações que favorecem seu campo ideológico e, principalmente, deturpam o campo político adversário - neste caso, o PCB e seu líder - como veremos a seguir:

O secretário geral do Partido tomou a posição a que é forçado, como membro de uma *organização internacional* que há muito proscreveu a idéia de pátria. Assim declarou que numa luta entre a Rússia e o Brasil *seria pela Rússia, seria pelos seus princípios*, renunciando os sentimentos patrióticos que irmanam os brasileiros em quaisquer circunstâncias desde que uma ameaça estrangeira os espreite. [...] E bem, é muito bom o que acontece. Ficamos plenamente *documentados*. [...] Muitos iludidos acreditavam ainda que, em hora de divergência ou conflito internacional, se acaso o Brasil se dispusesse com a Rússia, o Sr. Luiz Carlos Prestes cederia ao império dos instintos nobres, ou simplesmente humanos, abraçando-se sem hesitar com sua pátria. Mas *a sua pátria é a outra, e acaba de o declarar. É pela Rússia contra o Brasil*. Ele não é chefe de coisa contrária a sua chefia. Existe pois, dentro de nosso país, uma *organização internacional*, comandada de fora, especialmente destinada a pôr em perigo a segurança nacional. [...] O Sr. Luiz Carlos Prestes *confessou orgulhosamente que é um agente internacional*. [...] ³⁰⁴.(Grifo nosso)

Nessa passagem há certo exagero no que diz respeito ao caráter internacional do PCB, principalmente se analisarmos alguns estudos, como o de Michel Zaidan³⁰⁵. Para esse autor, o PCB nasceu à margem da Internacional Comunista, e sua aproximação com o *Comintern* foi

³⁰³ LEI E POLÍCIA, 1949, Nov/Dez, Ano I, n. 07, p. 66.

³⁰⁴ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun. Ano I, n. 1, p. 66.

³⁰⁵ ZAIDAN, 1980.

mais uma ação unilateral do que fruto de esforços sistemáticos da Internacional em controlar os partidos comunistas na América. Prova disso é que o PCB tomou a iniciativa de correr atrás de seu reconhecimento durante o IV Congresso do *Cominterm* em Moscou (final de 1922), mas foi aceito somente em 1924.

Destarte, para Zaidan, a idéia de que a emergência do PCB se deu sob os auspícios das resoluções da Internacional Comunista não se sustenta. Para ele, a sujeição do PCB à Internacional Comunista, em alguns momentos, precisa ser compreendida como decorrente mais das “carências teóricas e políticas dos comunistas brasileiros, em face de conjunturas que solicitarão de sua parte uma intervenção firme e decidida, que das ingerências burocráticas, mecânicas e ‘estrangeiras’ do Cominterm na vida do Partido” (p.7).

Zaidan defende que as “estratégias e táticas do *Cominterm* a respeito da questão sindical e da Revolução Mundial, é que foram adaptadas, bem ou mal, às condições objetivas e subjetivas do meio social brasileiro”³⁰⁶. Contudo, temos que considerar que o PCB sempre esteve ligado e subordinado à Internacional, mas não foi aceito rapidamente por ela. Aliás, todos os partidos tinham problemas em ser aceitos, pois os bolcheviques impunham 21 cláusulas muito difíceis de cumprir.

Nessa direção, o texto em que a RLP, referindo-se ao líder do PCB Luís Carlos Prestes, afirma que ele havia declarado que, caso ocorresse um conflito entre a Rússia e o Brasil ele se colocaria ao lado da Rússia, e que essa sua posição estaria documentada em uma declaração de Prestes, passando ao leitor a idéia ao leitor de que este seria um traidor do Brasil, foi objeto de grande polêmica no ano de 1946 (ano da publicação desse artigo).

Da mesma forma, antes mesmo da aprovação da Constituição em 1946, foram apresentadas duas denúncias ao Tribunal Superior Eleitoral solicitando a cassação do registro do PCB (23 de março de 1946). Uma delas estava acompanhada de numerosos documentos, constituídos principalmente de publicações de jornais, entrevistas e discursos com os quais buscava provar que o PCB constituía uma organização internacional (como ficou visível na citação acima), sob orientação do comunismo marxista-leninista, e que, se houvesse uma guerra entre o Brasil e a Rússia, os comunistas poderiam ficar contra o Brasil, o que cada vez mais estigmatizava o PCB como um partido estrangeiro a serviço da Rússia.

Tal acusação estava embasada em uma entrevista do secretário-geral do Ministério da Guerra e na interpretação tendenciosa da uma fala de Luís Carlos Prestes no Senado:

³⁰⁶ZAIDAN, 1980, p. 06.

Um dos assistentes me perguntou qual a posição que tomaríamos no caso de uma guerra do Brasil com a União Soviética. Eu respondi que condenaríamos o ato criminoso e o governo que levasse o nosso povo a uma guerra imperialista. Ai criou-se a confusão. E surgiu a versão de que eu respondera, categoricamente, que ficava do lado da União Soviética³⁰⁷

É facilmente perceptível um possível exagero no delineamento de algumas características atribuídas ao PCB pela RLP (que insistiu em republicar o artigo do Jornal Correio da Manhã de março de 1946). A Revista traz à tona um assunto que pertencia a outro contexto histórico (pré-constitucional), uma vez que tal artigo passou, mediante uma seleção, para um contexto em que o registro do PCB e os mandatos de seus representantes já haviam sido cassados (1948) e eram constantemente perseguidos, tudo isto para reafirmar sua posição ideológica transmitida ao leitor por meio dessa propaganda política anticomunista.

Além disso, na conclusão do texto o autor (oculto) afirma que o Brasil estava assolado por essa “epidemia estrangeira”, e que a Inglaterra e os Estado Unidos, que combatiam ferozmente o comunismo, não possuíam um líder “chamado nacional a proferir confissão tão anti-nacional”³⁰⁸.

Nessa direção, o artigo finaliza conclamando todos a combater o comunismo, através da seguinte frase: “Se o mundo todo se congrega contra um perigo, não há razão para que o Brasil, onde ele se mostra mais iminente, cruze os braços e o deixe esticar seus tentáculos até asfixiar a nação”³⁰⁹.

Tal frase objetiva fomentar no leitor uma ação, seja ela qual for desde que seja direcionada ao combate ao comunismo, e, paralelamente, passa a idéia de unanimidade, ou seja, tenta criar no leitor a idéia de que o mundo todo estava alerta e se unia para combater o monstro do comunismo, o que também o Brasil devia fazer.

De modo geral, considerando a relação entre título e texto, é possível afirmar que o título passa ao leitor a sensação de que ele vai realmente conhecer um pouco mais sobre Luís Carlos Prestes (líder do PCB), mas o que ocorre na realidade é uma adulteração de informações (entrevista de Prestes no ano de 1946).

Tal adulteração dos fatos teve como objetivo convencer o leitor de que o PCB era uma organização internacional sob o comando bolchevista e que seu líder (Prestes) trairia a pátria no caso de conflito entre a Rússia e o Brasil, e assim transmitia ao leitor sentimentos de insegurança e o conclamava a lutar contra essa ideologia. Em outras palavras, o artigo, por

³⁰⁷ PRESTES apud MORAES; VIANA, 1982, p. 115.

³⁰⁸ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun. , Ano 1, n. 1, p. 66.

³⁰⁹ Ibid ., p. 66.

meio da propaganda política, objetivou criar no imaginário do leitor uma ideologia anticomunista que, por fim, o levasse a uma ação contra o comunismo.

Além deste, outro artigo, publicado pela Gazeta de Notícias (sem data) e republicado pela RLP, intitulado *Afronta ao Brasil*³¹⁰, repete em praticamente todas as suas palavras as questões apontadas acima, mas de forma muito mais inflamada, insultando diretamente Luís Carlos Prestes com as mais variadas ofensas à índole humana, como se vê no trecho a seguir:

Quando Sr. Luis Carlos Prestes, desprezando os mais comezinhos princípios de civismo e de fidelidade à sua Pátria, apregou aos quatro ventos que não hesitaria, ele e seus camaradas, a pegarem em armas contra a própria Pátria no caso desta se empenhar em luta contra a Rússia, muitos acreditaram num súbito desvio mental do chefe vermelho³¹¹

Podemos perceber uma repetição de informações nos dois artigos da RLP, o que pode corresponder àquilo que Domenach chamou de *Lei de Orquestração*. Esta consiste na propaganda política baseada na repetição constante de temáticas políticas centrais para dado campo político, estratégia com a qual se busca difundir as mesmas idéias, mas com palavras e estruturas discursivas distintas – neste caso, objetivando disseminar uma propaganda negativa do PCB, com a característica de ser mais agressiva do que a do artigo anterior.

Chama-nos ainda a atenção a frase: “[...] muitos acreditaram num súbito desvio mental do chefe vermelho”³¹². Desvio mental pode ser resumido aqui como insanidade, permitindo-nos apreender que esse sentido extravasa a guerra ideológica em torno da esfera política pública para se estender ao privado, ou seja, a ofensas pessoais. Com isso o artigo configura a idéia de *inimigo único*³¹³ e concentra nesse líder grande parte do ódio contra o partido comunista.

Esse *inimigo único* continua a ser insultado, agora de uma forma que tende a criar no leitor um imaginário anticomunista. O discurso é construído com base em uma forte carga ideológica e com uma narrativa dramática, que apela para sentimentos ligados a traição, honra, felicidade, dignidade, paixão e amor, como podemos ver abaixo:

[...] um homem que, ferindo de maneira brutal as nossas mais honrosas tradições de civismo e brasilidade, se permita, num gesto de franca hostilidade, atirar contra seus pares e seu povo, a máscara vermelha de *felonia* e da *traição*! É de pasmarr a *coragem insana* deste homem, que chega ao cúmulo de colocar de público, em franco estado de *vassalagem* para com a nação estrangeira! Repudiando a honrosa

³¹⁰ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun. , Ano 1, n. 1, 72 -73.

³¹¹ Ibid., p. 72.

³¹² LEI E POLÍCIA, 1948, Jun. , Ano 1, n. 1, p. 72.

³¹³ DOMENACH, 1955.

felicidade que teve de nascer neste Brasil bem brasileiro, ele faz questão antes de mais nada de se colocar sob as ordens do credo rubro. Não lhe importa que à sua terra se sobreponham os *interesses nocivos* que passam lhe *desvirtuar tradições de honra e dignidade*. Não lhe importa, que sua terra seja *pisada e enxovalhada* por forças *estranhas e sinistras*, que possam vir *assediá-la e tripudiá-la*. Não lhe importam os *milhares de brasileiros que possam sofrer e morrer por um ideal puro e nobre*, que só encontra nos corações daqueles que amam com paixão e lealdade o rincão que lhe deu a vida e o meio de viver³¹⁴. (Grifo nosso).

Tais insultos são dirigidos ao líder do PCB, mas possuem um duplo objetivo: primeiro, o de desmoralizar Prestes; segundo, o de demonizar o comunismo. De modo geral, na guerra psicológica contra o “Monstro Vermelho” travada pela RLP, tal excerto demonstra claramente uma propaganda política ideológica fortemente anticomunista, que busca, por um lado, formar e/ou direcionar a opinião do receptor dessa mensagem, e por outro, mediante a *universalização*³¹⁵, fomentar nesse leitor uma ação prática de repulsa ao comunismo, expondo que “[...] o povo brasileiro ama e respeita por demais a sua terra para ficar indiferente a tais demonstrações de indignidade”³¹⁶.

Nesse mesmo sentido, só que de forma menos agressiva, podemos estudar o artigo intitulado “As Palavras do Leader Comunista”³¹⁷, publicado pela primeira vez em 27 de março de 1946 no Diário Trabalhista por Eurico de Oliveira³¹⁸, artigo que foi selecionado intencionalmente e republicado pela RLP em junho de 1948.

Esse periódico começou a circular no dia 15 janeiro de 1946, no Rio de Janeiro. A empresa que editava o jornal tinha à sua frente Eurico de Oliveira, a quem se associavam Antônio Viera de Melo, Mauro Renault Leite (genro do então presidente Dutra) e José Pedroso Teixeira da Silva.

Conquanto a propaganda que veiculava visasse exibir “uma orientação política de caráter trabalhista, o jornal objetivava, de fato, garantir o apoio popular durante o governo Dutra, com quem tinha ligações. Assim, embora Eurico de Oliveira possuísse na realidade compromissos com o trabalhismo, chegando a candidatar-se a deputado pelo Partido

³¹⁴ LEI E POLÍCIA, op. cit.

³¹⁵ Tática típica do campo ideológico aplicada à propaganda política, que prega objetivos de alguns indivíduos ou classe hegemônica em nome de todos, a fim de universalizar opiniões.

³¹⁶ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun. , Ano 1, n. 1, p.72

³¹⁷ Ibid., p. 72.

³¹⁸ Eurico de Oliveira (1903-1998) era natural do Rio de Janeiro e filho do jornalista Domingos Alves de Oliveira. Formado em direito pela Faculdade Cândido Mendes, trabalhou como jornalista em vários jornais do então Distrito Federal, como Correio da Noite , A Pátria , Jornal do Brasil , O Imparcial e A Noite, até fundar o Diário Trabalhista.

Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1950, o jornal teria como pano de fundo, restrições às posições petebistas, preocupando-se essencialmente em proteger o governo”³¹⁹.

Tal posicionamento de apoio ao governo de Dutra é perceptível ao longo de texto, inclusive quando o articulista, com as palavras citadas a seguir, expõe que até mesmo Prestes admirava o General Dutra: “disse o senhor Luiz Carlos Prestes que o General Dutra é um homem honesto e patriota a quem o Partido Comunista deseja servir procurando colaborar e orientar seus atos, diretamente convergidos para o bem do povo, e conseqüentemente da nação [...]”. Acrescenta que Prestes disse isso em um momento em que tinha a expectativa de uma possível convivência pacífica com esse governo e de uma possível cooperação entre a URSS e os EUA no cenário internacional. Logo, essa fala tinha por objetivo demonstrar uma vontade de cooperação.

Essa propaganda política a favor de Dutra pode levar o leitor a pensar o seguinte: se Prestes, que é um líder de esquerda, prestigia o General Dutra e demonstra apreço por ele, certamente terá o apoio de todos. Essa idéia, sem uma prévia decodificação, pode fazer com que uma opinião individual (Eurico de Oliveira) gere uma uniformização ideológica na opinião do leitor no sentido de apoiar Dutra.

Eurico de Oliveira continua o artigo construindo uma discussão no sentido de que o apoio de Prestes precisa ser observado com cautela, pois este possui uma ideologia contrária à do governo Dutra. De modo geral, esse artigo ataca com menos furor a ideologia comunista, pois tem como pano de fundo disseminar uma propaganda política positiva de Dutra.

Em resumo, na defesa de um “brasileiro e brasilidade ideal” do seu ponto de vista, procurando uniformizá-lo e paralelamente combatendo a ideologia comunista, a RLP utilizou os mais variados argumentos, em grande parte infundados e tendenciosos, a fim de convencer o leitor do perigo da infiltração comunista no Brasil representado pelo PCB e seu líder e inculcar na mente do leitor sua responsabilidade no combate a tal ideologia, em nome da “Pátria Amada” e em favor da Democracia Liberal.

4.4 COMUNISMO *VERSUS* DEMOCRACIA

A oposição entre comunismo e democracia é uma idéia que tende a se repetir em quase todos os artigos da RLP. Nesse sentido, selecionando alguns artigos mais agressivos, esclareceremos se realmente existiu esse conflito entre as duas ideologias.

³¹⁹ FERREIRA, 2001, p.185-186.

O artigo “Comunismo Símbolo de Destruição! Pensamento da Imprensa”³²⁰ foi retirado do “Jornal do Comércio” de 26 de maio de 1946, e ao reeditar tal artigo em junho de 1948, a RLP reafirma em uma data posterior os mesmos valores e significados de comunismo presentes em 1946 (matéria não assinada), além de enfatizar que esse é o “pensamento da imprensa”. Essa ênfase ao “pensamento da imprensa” tem como pano de fundo o empenho da redação da RLP junto aos leitores em legitimar e atribuir importância prévia à leitura de tal artigo.

Quanto ao título, é importante atentar para o fato de que ele objetiva chamar a atenção do leitor para a importância da matéria divulgada e, ao mesmo tempo, sintetizar o significado de um texto, podendo alterar todo o seu sentido. É pelo título que o leitor vai decidir se lerá ou não o texto. Assim, a atração que o artigo possa exercer sobre o leitor depende do jogo de palavras e da formatação destas na estética da página.

Nessa direção, é possível observar que o artigo da RLP intitulado “Comunismo Símbolo de Destruição! Pensamento da Imprensa” carrega em suas palavras uma grande carga negativa, à medida que acusa diretamente o comunismo de destruidor (que pratica a ação de destruir – desfazer, desmanchar, assolar, aniquilar, arruinar, etc.), passando ao leitor, já em suas primeiras palavras, uma propaganda política anticomunista com base em um pré-julgamento em relação à ideologia comunista.

Como se pode constatar já no início do texto, as idéias mais claras que giram em torno da propaganda anticomunista dizem respeito à incompatibilidade entre a democracia (particularmente, a democracia cristã³²¹ e liberal) e o comunismo; ou seja, de acordo com o artigo, “a democracia cristã e o comunismo materialista são duas concepções políticas que se repelem”³²². A ênfase na impossibilidade de os dois sistemas de vida co-existirem harmonicamente na sociedade fica evidenciada quando – conforme se verá no decorrer da análise - o artigo busca convencer o leitor de que o monstro do comunismo atenta a todo o momento contra a democracia “libertadora” do mundo.

³²⁰ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun. Ano I, n. 1, p. 65-66.

³²¹ É importante mencionar que a ideologia da democracia cristã ganhou força no fim da Segunda Guerra Mundial se autodenominando um movimento político distinto dos outros que constituíam o campo político-partidário mundial. Gradativamente tal movimento foi conquistando espaço político (eleitoral) em vários lugares do mundo, mas fundamentalmente na Europa e América Latina. Os pregadores dessa ideologia (democratas cristãos) acreditavam que seus ideais eram distintos das outras ideologias políticas, à medida que a democracia cristã era concebida por esses como uma terceira alternativa entre a democracia liberal capitalista estadunidense e a ideologia revolucionária comunista. Contudo, findavam por apoiar em grande medida as ações ligadas a democracia estadunidense. Além disso, pregavam a “insistência sobre os valores familiares e sobre o papel das comunidades intermediárias, no respeito pela propriedade privada, na busca da participação nas relações de trabalho e no pluralismo político”.

³²² LEI E POLÍCIA (1948), Jun. Ano I, n. 1, 65 p.

Dessa forma, o que ocorre na realidade é a disseminação de uma propaganda ideológica política (nesse caso, anticomunista) que visa *simplificar e criar um inimigo único*³²³. Por um lado, o articulista simplifica as mensagens para uma melhor assimilação do leitor e paralelamente coloca sobre um único indivíduo ou ideologia grande parte das frustrações da humanidade, insuflando, das mais variadas formas, o ódio contra o seu alvo - neste caso, o comunismo; por outro, indica e defende uma ideologia supostamente autêntica para a sociedade - neste caso, a democracia liberal. Esta seria então a “verdadeira ideologia”, capaz de levar à sociedade a liberdade, a justiça, e a igualdade social. O articulista cita como exemplo medidas adotadas pelos EUA:

[...] Willkie e Wallace, para só falar de grandes líderes da maior democracia do mundo, admitiram com a boa fé peculiar aos estadistas norte-americanos, a possibilidade de uma conciliação de princípios e aspirações capaz de satisfazer às reivindicações das massas sofredoras com os ideais de liberdade e de dignidade humana inerentes ao sentido espiritual de democracia cristã. [...] Por esse anseio generoso, batem-se conciliantes os construtores democráticos do mundo de amanhã. Contra ele, conspiram os revolucionários do totalitarismo de esquerda, na defesa de uma doutrina que repousa na abdicação dos direitos individuais na negação de Deus e na renúncia ao patriotismo³²⁴.

De um lado temos uma propaganda ideológica política que prega um Estado forte e capaz de levar a democracia ao mundo, camuflando a idéia central, exposta por Gramsci, de que o Estado se revela como um conjunto de atividades teóricas e práticas que possibilitam a determinada classe social ou à união de classes conquistar e manter o seu domínio, dando forma a um complexo de relações de produção e garantindo o consenso entre os governados por várias formas - neste caso, a propaganda política.

É evidente nesse excerto a busca por esse consenso, principalmente quando consideramos a relação de exploração que os EUA estabelecem com os países que são menos desenvolvidos e estão sob seu jugo.

Assim, verifica-se no texto em foco o intuito de convencer o leitor de que a democracia (democracia liberal) é capaz de satisfazer grande parte de seus anseios, utilizando-se, para isso, do exemplo de um Estado poderoso nesse momento histórico (no pós-Segunda Guerra os EUA se tornaram uma superpotência), para facilitar o processo de convencimento do leitor.

Nesse mesmo excerto temos também a propaganda ideológica e política anticomunista que acusa os comunistas (revolucionários do totalitarismo de esquerda) de conspiradores,

³²³ DOMENACH, 1955.

³²⁴ LEI E POLÍTICA (1948), Jun. Ano I, n. 1, p. 65.

defensores do totalitarismo, de ateísmo e de renunciarem à Pátria; ou seja, demoniza-o politicamente (totalitarista), socialmente (conspiradores e traidores da pátria) e religiosamente (ateísmo). Percebe-se que tais críticas são expostas sem nenhum embasamento teórico mais substancial que as justifique, apresentando-se como críticas soltas no texto. Assim, é perceptível que, implicitamente, o autor do texto (oculto) tenha intencionado produzir no leitor um efeito virtual de repugnância a tal ideologia.

Em consonância com o título dado ao artigo (Comunismo símbolo da destruição), é possível afirmar que, no seu todo, este se empenha em fazer uma propaganda política anticomunista clara. Sem meios-termos, expõe que o intuito do comunismo é “destruir, desestruturar a sociedade brasileira”, e que o plano do PCB consiste em “explorar o mal-estar público” gerado pela dificuldade política e econômica do país, contribuindo para que tais dificuldades cresçam, à medida que fomenta greves e estimula reivindicações, fazendo com que a produção caia, os transportes enfrentem dificuldades e diminua a confiança no setor público³²⁵.

De modo geral, o artigo selecionado e publicado pela RLP teve como cerne de discussão a transmissão ao leitor de uma propaganda política que positivasse a ideologia da democracia liberal e por outro lado negativasse a ideologia comunista, demonizando esta última nos vários aspectos que compreendem a vida humana³²⁶.

Não obstante, para compreendermos mais profundamente os motivos que levaram a RLP a republicar tal artigo, é importante relembramos que essa revista tinha como objetivo central a defesa da democracia liberal e o ataque aos regimes de matriz socialista.

Diante de tanto empenho, cabe perguntar o que vem a ser essa democracia, tanto para a doutrina liberal quanto para a socialista.

Sobre democracia e liberalismo, Benjamin Constant, Tocqueville e John Stuart Mill afirmam que a democracia representativa ou parlamentarista é a única compatível com o Estado Liberal (Estado que, segundo eles, é reconhecedor e garantidor de alguns direitos fundamentais ao ser humano, como: liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, etc.). Assim, em ambos:

[...] o dever de fazer leis diz respeito, não a todo povo reunido em assembléia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos. Nesta concepção liberal da Democracia, a participação do poder político, que sempre foi considerado o elemento caracterizante do regime democrático, é resolvida através de uma das muitas liberdades individuais

³²⁵ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun. Ano I, n. 1, p. 65.

³²⁶ O que será praxe ao longo de todos os artigos selecionados para a análise.

que o cidadão reivindicou e conquistou contra o Estado Absoluto (BOBBIO, 2007, p. 323-324).

Assim, de acordo com a doutrina liberal, para existir o Estado Liberal é fundamental uma democracia que reconheça certos direitos essenciais de liberdade que possibilitem a participação política movida pelo anseio político do indivíduo. Em outras palavras, “[...] o processo de democratização, que consiste no cumprimento cada vez mais pleno do princípio limite da soberania popular, se insere na estrutura do Estado liberal, entendido como Estado, *in primis*, de garantias”³²⁷.

Dessa forma, os defensores de tal doutrina disseminam a idéia de que somente ela é capaz de garantir as liberdades individuais. Além disso, colocam os defensores da doutrina socialista no banco dos réus, fazendo-lhes inúmeras acusações, como, dentre as mais comuns, a de serem antidemocráticos, como podemos observar nos dizeres abaixo:

A democracia vive ainda na ilusão generosa de que, dentro dos seus princípios liberais, é possível enfrentar o inimigo traiçoeiro, que conjura para derrotá-la com todas as armas possíveis e sobretudo com os da insídia, da felonía e da surpresa, porque no terreno da lealdade a luta lhe será sempre desvantajosa. À consciência democrática repugnam os métodos de restrição ou os processo de violência que seriam, em princípio, a negação do liberalismo ortodoxo³²⁸.

Vemos elencadas nessa citação várias acusações à ideologia comunista sem que houvesse um referencial histórico para explicar as ofensas ali proferidas, como as de: insídia (traição, intriga) e crueldade (violência). Isto se repete ao longo do artigo, sempre na direção de construir, por meio da propaganda política, uma imagem positiva da ideologia democrática e uma negativa da comunista. Essa discussão é o que conforma o caráter democrático liberal da RLP, que, ademais, se resume em estigmatizar o comunismo como antidemocrático.

Pergunta-se agora: será que tal acusação encontra fundamento quando recorreremos à historiografia?

Bobbio nos oferece outro ponto de vista sobre a relação entre democracia e a doutrina socialista³²⁹. No socialismo,

[...] o ideal democrático representa um elemento integrante e necessário, mas não constitutivo. Integrante porque uma das metas que se propuseram os teóricos do socialismo foi o reforço da base popular do Estado. Necessário, porque sem este reforço não seria jamais alcançada aquela profunda transformação da sociedade que os socialistas das diversas correntes sempre tiveram como perspectiva. Por outro

³²⁷ BOBBIO, 2007, p. 324.

³²⁸ LEI E POLÍTICA, Jun. Ano I, n. 1.

³²⁹ BOBBIO, 2007.

lado o ideal democrático não é constitutivo do socialismo porque a essência do socialismo sempre foi a idéia da revolução das relações econômicas e não apenas a emancipação do homem³³⁰.

Com isso, é possível perceber que não existe uma doutrina de raiz marxista-leninista que pregue o combate à democracia (como afirma a RLP) - ao contrário, a democracia é ao mesmo tempo complementar e indispensável dentro da própria doutrina comunista.

Além disso, Bobbio faz uma comparação da concepção de democracia entre a doutrina liberal e a socialista, e afirma que a diferença entre as duas reside somente na forma de compreender o processo de democratização³³¹. Em detalhes:

Na teoria marxista [...] o sufrágio universal, que para o liberalismo em seu desenvolvimento histórico é o ponto de chegada do processo de democratização do Estado, constitui apenas o ponto de partida. Além do sufrágio universal, o aprofundamento do processo de democratização da parte das doutrinas socialistas acontece de dois modos: através da crítica da democracia apenas representativa e da conseqüente retomada de alguns temas da democracia direta e através da solidificação de que a participação popular e também o controle do poder a partir de baixo se estenda dos órgãos de decisão política aos de decisão econômica, de alguns centros do aparelho estatal até a empresa, da sociedade política até a sociedade civil, pelo que se vem falando de Democracia econômica, industrial ou da forma efetiva de funcionamento dos novos órgãos de controle (chamados “conselhos operários”), colegial, e da passagem do auto-governo para a autogestão³³².

No excerto, é possível verificar que a crítica à democracia no campo da doutrina socialista se direciona ao caráter restrito da democracia participativa (o povo escolhe representantes, sendo o poder exercido por esses representantes em seu nome), que se direciona essencialmente para o campo político, mas mantém o mero caráter participativo do cidadão, e não à democracia como um todo. Assim, essa doutrina defende uma democracia mais completa e direta (o povo exerce diretamente o poder, sem necessidade de nenhum intermediário), que vai além do aspecto político e se estende para o econômico, industrial e de autogestão governamental.

De modo geral, no artigo há uma distorção da ideologia comunista em relação à forma como interpreta a democracia. Tal distorção visa criar na mente do leitor a imagem de um comunismo que castra a liberdade do indivíduo e o escraviza. Se essa castração e escravização, na realidade, ocorreram em países onde o regime comunista foi implantado, da mesma forma aconteceram em inúmeros países em que a “democracia que liberta” era o regime instituído.

³³⁰ BOBBIO, 2007, p. 324.

³³¹ Ibid.

³³² BOBBIO, 2007, p. 324-325.

Diante dessa questão, mais um cuidado é necessário ser tomado, sendo importante termos em mente que:

A soberania popular é um ideal-limite e jamais correspondeu ou poderá corresponder a uma realidade de fato, porque em qualquer regime político, qualquer que seja a “fórmula política” sob a qual os governantes e seus ideólogos o representem, é sempre uma minoria de pessoas, que Mosca chama de “classe política”, aquela que detém o poder efetivo³³³.

Por fim, ao falarmos em democracia é importante atentarmos para o fato de que tal palavra é conceituada e empregada nas mais variadas formas, grande parte das quais se destina a justificar ações e interesses políticos e econômicos na busca pelo poder, funcionando como uma ferramenta de manipulação da grande massa, em qualquer regime político.

Segundo Bobbio, o sentido de democracia é dicotômico, pois ela se divide em *democracia formal e democracia substancial*. Nesse aspecto, a linguagem política moderna também pode identificar o significado de democracia como regime assinalado pelos fins ou valores em direção aos quais determinado grupo político pende e opera. A democracia formal compreende basicamente a forma de governo, enquanto a democracia substancial diz respeito ao conteúdo desta forma; ou seja, a democracia formal é uma democracia como governo do povo para o povo, e a substancial é mais um governo para o povo³³⁴.

Não obstante, essa afirmação não é estática, pois, historicamente, é possível constatar que há democracias formais que não conseguiram sustentar as fundamentais promessas presentes em um programa de democracia substancial e, vice-versa, democracias substanciais que se sustentam e crescem por meio do exercício não-democrático do poder. Logo, é estéril debater sobre a menor ou maior democraticidade de qualquer dos regimes que se inspirem quer no princípio do governo do povo quer no princípio do governo para o povo. De modo geral, cada regime político somente é democrático de acordo com o significado de democracia escolhido pelo defensor e não é democrático no significado escolhido pelo adversário. Em suma, a única questão sobre a qual é possível concordar é que uma democracia completa deveria ser paralelamente formal e substancial³³⁵.

Considerando que a democracia supõe o direito à diversidade e, sobretudo, o direito à liberdade – de expressão, de organização, de opinião, etc., ou seja, à liberdade individual de escolha - inclusive o de os trabalhadores se unirem e se decidirem pela greve quando esta lhes

³³³ BOBBIO, 2007, p. 325.

³³⁴ BOBBIO, 2007.

³³⁵ Id., 1986.

convém, a RLP traz um artigo intitulado “Porque não há greves na Rússia”³³⁶. Esse artigo foi publicado primeiramente pelo jornal “A Noite” em 21 de março de 1946, tendo como intuito questionar a autenticidade ideológica do direito à greve pregado pelos comunistas.

Nesse artigo, há questionamentos que sugerem uma distorção entre a atuação do PCB no Brasil (defendendo o direito à greve) e a ideologia comunista-stalinista. Tecendo uma crítica feroz à propaganda política comunista que defende o direito de greve, coloca a seguinte questão: “[...] sabemos que na Rússia a greve é proibida, a censura policial onipotente e vedada à existência de qualquer arregimentação política fora dos quadros do partido comunista. Como justificar tal contradição?”³³⁷ Dessa forma, o texto segue apontando que, ao ser interrogado sobre essa “contradição”, Prestes (líder do PCB) justifica que não há greves na Rússia por não haver luta de classes.

Diante dessa resposta o autor (oculto) do texto segue afirmando que a propaganda comunista relacionada à greve tende a negar sua própria realidade, acusando mais uma vez (de forma camuflada) a ideologia comunista de antidemocrática, ou seja:

No caso particular das greves, para o qual novamente o Sr. Prestes vem trazê-lo o vão argumento da luta de classes é de uma inconsistência a toda prova. A greve ou é um instrumento de luta política, manejado pela propaganda, ou é sinal de um desajustamento entre a paga dos empresários e as suas necessidades de vida. Na primeira hipótese, é claro que a base da questão é a luta de classes. Todavia, não se trata da existência real de uma luta de classes. O que há é apenas o aproveitamento da idéia primária da luta de classes como arma de propaganda e aliciamento. Propagandistas e aliciadores de greves “cultivam” artificialmente aquela idéia para dela extrair os resultados que pretendem, isto é, para através dela assumirem o controle da coletividade. Na segunda hipótese, devemos considerar que na Rússia soviética existem, como em todos os outros países, as figuras de empregado e do empregador. Com diferença que, via de regra, o empregador é o Estado. É natural e lógico que, em determinados momentos, a massa assalariada passa a desejar melhor pagamento pelo seu trabalho. O que se indaga é se, verificado esse conflito, o Estado soviético vê na greve um meio lícito dos assalariados procurarem a satisfação de suas pretensões³³⁸.

Não obstante, não podemos ignorar que há certo grau de veracidade no apontamento de tal contradição, pois de fato a ideologia comunista não sustenta o direito à greve, em razão de sua própria doutrina, pois, “[...] em países dominados pelo comunismo [...] a greve não tem razão de ser, pois que tudo é de todos, e, e assim sendo, fazer greve é agir contra si próprio”³³⁹. É preciso alertar que a afirmação “tudo é de todos” faz parte de uma propaganda ideológica comunista que não corresponde totalmente ao regime político russo,

³³⁶ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun., ANO I, n. 1, p. 71.

³³⁷ Ibid., p. 71.

³³⁸ LEI E POLÍCIA, 1948, Jun., Ano I, n. 1, p. 71.

³³⁹ SOUSA, 1998, p. 251.

principalmente o implantado por Stalin (Stalinismo), que consistiu em um regime autoritário dentro desse país.

Por outro lado, podemos perceber que o texto como um todo, relacionado com seu título (Por que não há greves na Rússia) tem como pano de fundo a idéia central de fornecer informações mais coerentes (não ficam somente no nível de insultos), que direcionem a opinião do leitor no sentido de desvirtuá-la quanto a um possível apoio a ideologia comunista (principalmente se ele for um operário), e paralelamente desmotivá-lo quanto a possíveis mobilizações grevistas, tendo-se em conta que a primeira publicação deste artigo (março de 1946) corresponde ao período em que Dutra promulga o Decreto-Lei número 9.070, com o qual busca limitar e até mesmo extinguir o direito de greve.

Acompanha esse texto outro artigo com o título “Totalitarismo Nefasto”³⁴⁰. O discurso que constrói a idéia central desse texto (publicado em 26 de abril de 1946 no jornal O Correio da Noite) mostra mais uma vez uma propaganda ideológica política de acusação ao comunismo de pregar e agir contra a democracia, chamando-o de totalitário. Para fundamentar tal pensamento, é narrado o caso de uma moça brasileira que foi agredida por integrantes do PCB.

Causou espanto, senão revolta, a atitude dos partidários de Prestes, tentando agredir a moça que, atingida em seus brios de patriota pela exibição arrogante e provocadora da bandeira comunista, deu um viva ao Brasil. A pobre moça quase foi linchada pelos iracundos e submissos membros do rebanho bolchevista, que se sentiam ofendidos – não por si, que não possuem qualquer sentimento bom – mas pelo que julgam uma afronta à bandeira soviética³⁴¹.

Percebem-se em tais apontamentos várias questões já apontadas anteriormente: 1) a agressão à moça; 2) à medida que a moça é agredida por ser patriota, o agressor seria um traidor da pátria; 3) comunistas não possuem sentimentos bons, logo se supõe que não são pessoas de bem. Mas o cerne da discussão gira em torno do combate comunista à liberdade de pensamento e ação no Brasil.

De modo geral, o primeiro título (Porque não há greves na Rússia) e o título 2 (Totalitarismo Nefasto), ambos em letras bem destacadas, se inter-relacionam, à medida que o primeiro pressupõe uma indagação e o segundo a resposta àquele, ou seja: “Por que não há greves na Rússia? Porque há um totalitarismo nefasto.

³⁴⁰ LEI E POLÍTICA, 1948, Jun., Ano I, n. 1, p. 71.

³⁴¹ Ibid., p. 71.

Além disso, como aversão à democracia liberal, outra temática se impõe, a de um comunismo escravizador. No artigo são tecidas acusações de que a União Soviética mantinha campos de trabalho escravo de soviéticos e alemães; mas por que os próprios russos estariam sendo escravizados?

De acordo com o artigo “Escravos do Urso Vermelho”³⁴², escrito por Mervyn Collins no Jornal “The Christian Science Monitor”³⁴³, a quantidade de trabalhadores soviéticos escravizados chegava a atingir 20.000.000. Os motivos que os haviam levado à escravização giravam em torno, principalmente, de crimes políticos (no caso de escravos soviéticos) e da condição de prisioneiros de guerra (alemães e poloneses).

Os relatos presentes na RLP que descrevem esses campos passam a idéia deplorável da degradação da vida humana em todos os aspectos: trabalho forçado, má alimentação, clima severo, falta de vestimentas básicas para suportar o frio. Tais afirmações condizem com a realidade russa do período, sendo tais fatos comuns em campos de trabalho forçado, que realmente existiram na Rússia. Contudo, o que não é apontado nesses relatos é o fato de que a Alemanha capitalista cometeu tais atrocidades e outras muito piores, no entanto ninguém acusa claramente o regime capitalista de ter feito isso. Além do mais, em dezenas de regimes patrocinados pelos EUA poucos anos depois dessa época, houve aprisionamento em massa de opositores etc., porém esses críticos não pegavam esses exemplos para dizer que eram produto do capitalismo).

4.5 A AMEAÇA COMUNISTA NO BRASIL

É constante, em grande parte dos artigos da RLP, autores chamarem a atenção do leitor para a ameaça da ideologia vermelha no Brasil, expondo, muitas vezes de forma distorcida, momentos históricos em que o PCB demonstrou sua atuação política na sociedade brasileira.

Um desses artigos abre a página da RLP com o título, em letras grandes, “Alerta o Brasil contra as ameaças da Rússia: A palavra de advertência e de ordem da Marinha, quando se evoca mais uma vez a traição comunista em nosso país”³⁴⁴.

³⁴² COLLINS Mervyn. In. Lei e Polícia, 1949, Set/Out, Ano I, n. 6.

³⁴³ “The Christian Science Monitor” é um jornal diário internacional, possui repórteres em gabinetes em dezenove países em todo o mundo.

³⁴⁴ LEI E POLÍCIA (1948), Nov/Dez, Ano I, n. 2 e 3, p. 45-46.

Nesse artigo, é rememorado o levante militar de 23 de novembro de 1935 (também chamado de Intentona Comunista), através da publicação do discurso do Almirante Carlos Penna Boto³⁴⁵, que acusou ferozmente os comunistas de traidores e assassinos, afirmando que “agindo de acordo com a notória técnica da traição e de felonias, os comunistas requintaram, naquela ignominiosa madrugada de 27 de novembro de 1935, e chegaram a matar militares que dormiam”³⁴⁶.

Antes de tudo, é importante considerarmos que essa é a versão oficial de tais acontecimentos, e que até hoje gera uma grande margem de dúvidas. Em detalhes, no dia 27 de 1935 o levante eclodiu no Rio de Janeiro (Distrito Federal na época). Nessa cidade, as proporções do movimento foram maiores e mais cruéis do que em Natal (23 e 25 de novembro) e Recife (25 de novembro), tendo sido deflagrado, paralelamente, no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha; no 2º Regimento de Infantaria e no Batalhão de Comunicações, na Vila Militar; e na Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos.

Os amotinados (militares companheiros de véspera), de acordo com a versão legalista, teriam ferido e assassinado indiscriminada e covardemente seus companheiros enquanto dormiam. Tal versão do acontecimento dos fatos é duvidosa, à medida que nessa data os quartéis do Rio de Janeiro estavam em prontidão por causa dos levantamentos revolucionários ocorridos no Norte do País (Natal e Recife), e em tais circunstâncias seria muito difícil que os oponentes estivesse tão suscetíveis de serem massacrados de tal forma (dormindo).

De qualquer forma, não se pode negar que tal levante consistiu em uma luta atroz, em que os insurretos (tenentes e comunistas contra o governo de Getúlio Vargas) se esforçaram por expandir a rebelião à força e bateram de frente com uma férrea resistência das forças legalistas. Não contando com o apoio do operariado e tendo se limitado a três cidades, a rebelião foi ligeira e ferozmente debelada.

A partir disso, uma intensa repressão passou a se abater não somente sobre os comunistas, mas sobre todos aqueles que viessem a se opor ao governo, do que resultaram milhares de prisões por todo o país.

De modo geral, essa retrospectiva histórica serve para nos dar uma base para questionarmos até que ponto o discurso proferido pelo Almirante Carlos Penna Botto cria ou

³⁴⁵ De acordo com Valim (2006), o Almirante Carlos Pena Boto foi um dos criadores da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) em 1952, sendo o presidente dessa desde o período de sua fundação até a sua extinção em 1973. (Além disso, ele “era o único porta-voz da organização, responsabilizando-se por seus documentos e manifestos, fazendo com que o seu nome fosse muitas vezes confundido com a própria cruzada” (VALIM, 2006, p. 171-172).

³⁴⁶ LEI E POLÍCIA (1948), Nov/Dez, Ano I, n. 2 e 3, p. 45.

mesmo reafirma o que já é exposto em uma série de artigos da RLP, ou seja, a propaganda política anticomunista. O simples fato de esse artigo ser publicado em um contexto histórico posterior, sob o título de “Alerta ao leitor quanto às ameaças da Rússia”, atentando para a traição comunista, tende a criar ou reafirmar um ponto de vista que é avesso à ideologia comunista, à medida que ao leitor é fornecido um depoimento parcial.

Mais do que isso, no final de seu discurso o Almirante faz questão de chamar a atenção do leitor para o perigo vermelho: “Urge, com efeito, que nos mantenhamos em guarda, alertas, pois fazemos face, agora, a uma maior ameaça, representada pelas investidas do pior dos regimes totalitários: - o comunismo tártaro-mongólico que, qual vento deletério sopra sinistramente das estepes russas [...]”³⁴⁷.

Semelhante a tal análise, é importante destacar o trabalho de Bethania Mariani³⁴⁸. Essa autora, ao estudar os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989), consegue apreender o imaginário comunista por trás do discurso de vários jornais correntes no período selecionado. Dentre as várias descobertas feitas por ela, podemos destacar em sua análise dos jornais sobre a Intentona Comunista de 1935, que, da mesma forma como fez a revista Lei e Polícia, jornais como Correio da Manhã, Jornal do Brasil e Diário Carioca tenderam a realizar o mesmo tipo de criação de um imaginário anticomunista.

Além disso, para a autora:

A narrativização da *intentona*, mais do que cristalizar um discurso *sobre* os comunistas, perpetuou a memória dos sentidos daqueles que resistiram ao comunismo e, assim, filiou o acontecimento nos limites da Formação do Discurso Brasileiro. Há que se ressaltar, por fim, que os comunistas foram, uma vez mais, calados pelo jornais. Sua voz não se fez ouvir senão pela voz do outro. E essa foi a memória que ficou para a imprensa³⁴⁹.

Verifica-se com isso que o discurso ideologizado sobre a intentona comunista não se restringiu a RLP, pois esteve em discursos jornalísticos. Contudo, precisamos nos atentar para as datas, ou seja, os jornais analisados por Mariani³⁵⁰ correspondem ao ano de 1935, o mesmo da intentona, logo esse acontecimento estava vivo na memória da população brasileira. Já na RLP percebe-se que há um resgate dessa memória, pois seu artigo foi publicado em 1948, na busca por reafirmar uma memória anticomunista.

³⁴⁷ LEI E POLÍCIA (1948), Nov/Dez, Ano I, n. 2 e 3, p. 45.

³⁴⁸ MARIANI, 1998.

³⁴⁹ Ibid., p. 188.

³⁵⁰ MARIANI, 1998.

Outra forma de propaganda política anticomunista disseminada nesse artigo consiste na técnica comparativa. No restante do texto são estabelecidas comparações entre a mentalidade da civilização ocidental (“ética, moral, cristã, livre”) e a mentalidade euroasiática (“atrilhada e perigosa”); entre a condição humana na Rússia e no Brasil.

Sobre esta última comparação é interessante detalhar que, sob o subtítulo “Escravidão na Rússia”, o discurso sobre as condições humanas na Rússia segue os seguintes padrões:

Na Rússia soviética a pessoa humana nada conta, é uma mera peça inexpressiva na máquina estatal. O Estado, voraz, escraviza as massas, submete as populações ao mais brutalizante jugo. Uma audaciosa minoria bolchevista, insignificante, mas de armas nas mãos, domina a ferro e fogo uma enorme população. Essa minoria mantém a chamada Ditadura do Proletariado, que outra coisa não é senão uma férrea e cruel ditadura, sobre o proletariado. O governo comunista na Rússia e nos países por ela avassalados, tudo açambarcou, hipertrofiado ao limite máximo, erigido em padrão-único de todos. Todos dependem desse padrão-único, todos são empregados do Estado, todos estão jungidos à pesada canga do governo soviético. O governo dispõe discricionariamente do esforço, do trabalho da própria vida de cada um! É uma situação oposta àquela das verdadeiras democracias, realmente adiantadas e civilizadas, onde o Estado existe para servir ao povo, e não para forçar o povo ao seu serviço! . . . Do "padrão-único", na Rússia, depende a dose diária de pão de cada um, indicada num cartão de racionamento. Esse "padrão-único" é despótico — ninguém o pode contrariar muito menos combater ou dele divergir. Esse "padrão-único" põe e dispõe à vontade, a seu bel-prazer, de todos os seus escravizados servidores. Contrariamente ao que acontece nas democracias - na democracia brasileira, inclusive — ninguém na Rússia tem o direito de mudar de padrão, ou de escolher o gênero de trabalho que melhor lhe pareça, ou o local onde deve labutar. É a escravização global, maciça!³⁵¹

A propagação da idéia dessa condição da vida humana na Rússia comunista é capaz de deixar o leitor chocado, à medida que o texto expõe variadas formas de atentado contra os direitos humanos, principalmente a escravização, podendo deixar no leitor um sentimento até mesmo de revolta contra a ideologia comunista (lembrando que não ignoramos a veracidade de muitas questões presentes no excerto). Com isso o artigo conseguiria atingir parte de seu objetivo: causar um sentimento de aversão ao regime comunista de modo mais abrangente. Seu objetivo se completa quando em outro subtítulo se reporta ao Brasil mostrando-o como quase um “paraíso”.

O início desse artigo se reporta à falta de liberdade na Rússia no amplo aspecto da vida humana, e começa uma discussão expondo a importância da liberdade individual no Brasil:

Na Rússia existe esse poder coercitivo, freando a livre vontade de cada indivíduo, tolhendo a liberdade de cada um! Afastemos do nosso Brasil quaisquer veleidades

³⁵¹ LEI E POLÍTICA, 1948, Nov/Dez, Ano I, n. 2 e 3, p. 45.

de suposição de um tal sistema brutalizante. No Brasil há, sem dúvida, dificuldades de vida. Isso em parte como reflexo das condições gerais do mundo; - mas há liberdade! Eis o que já representa grande coisa. É preferível lutar pela vida, mas ser livre, a ter coisa para comer e vestir, mas ser escravo do Estado. [...] No Brasil, apesar dos pesares, cada brasileiro, pobre ou rico, pode “dispor da sua pessoa”; - o que representa uma conquista democrática, um índice de tolerância, uma prova de liberdade. À democracia brasileira cumpre resolver satisfatoriamente o problema social, com a necessária urgência. Para tal ela terá de empregar processos justos, humanos, acordes com a religião cristã; processos que se coadunem com a condição de “livres”, de que se ufanam os brasileiros. Nada de processos “comunistas”, só aplicáveis a homens que não sejam “livres”³⁵².

Esse excerto tem como pano de fundo, ao mesmo tempo, consolidar no leitor um sentimento de repúdio ao comunismo e despertar um sentimento de identidade nacional que o faça reagir a essa doutrina “estranha”. Além disso, busca conscientizá-lo do fato de que as dificuldades financeiras presentes no país não são nada se comparadas à escravidão na Rússia, podendo gerar um imaginário de conformismo no leitor quanto à situação precária de vida pela qual ele passa ou que ele observa.

Tal carga político-ideológica não se conclui nos dois subtítulos, pois as idéias voltam a se repetir, só que com outras palavras, no seguinte subtítulo: “Inspiração Cristã”. Além de se repetir, conclamam e insuflam os cidadãos brasileiros a lutar de diversas formas contra o “Monstro Vermelho”:

A cavilosa campanha pró-Comunismo, que vem sendo feita solertemente no nosso Brasil, precisa ser combatida por todos aqueles, bons patriotas e bons cristãos, que não desejam ver a nossa Pátria orientada pelos bolchevistas russos e conspurcada pelas execráveis teorias marxistas. Esse combate à ideologia comunista precisa ser eficaz, para surtir rápido efeito³⁵³.

Quais são as formas de combate à ideologia comunista propostas pela RLP? A revista elenca, nesse mesmo artigo, várias formas, tendo como pano de fundo a difusão de uma propaganda política destinada a formar opiniões que sejam favoráveis à repressão a essa ideologia ou para que ajam nesse sentido. Faz isso à medida que chama a atenção do leitor (receptor da mensagem) para a importância de “desfazer as crenças errôneas que tais massas, grandemente ignorantes, possam nutrir, como fruto da propaganda insidiosa”³⁵⁴ e coloca nos poderes públicos a responsabilidade pela melhoria do padrão de vida, para que tal ideologia comunista perca o sentido de existir no Brasil.

³⁵² LEI E POLÍCIA, 1948, Nov/Dez, Ano I, n. 2 e 3, p. 46.

³⁵³ Ibid., p. 47.

³⁵⁴ LEI E POLÍCIA, 1948, Nov/Dez, Ano I, n. 2 e 3, p. 47.

Além disso, nesse artigo da RLP é criada a necessidade de “esclarecer” ao cidadão brasileiro sobre em que consiste esse monstro vermelho. Tal necessidade vem de seu anseio em divulgar a propaganda política anticomunista e fomentar a idéia de “democracia e capitalismo como solução para quase todos os problemas do Brasil”.

Assim, de acordo com o artigo:

É preciso esclarecer a boa gente brasileira, elucidar as frações humildes e trabalhadoras. É preciso explicar a essa mal orientada gente o que realmente significa o comunismo. É necessário disseminar para as massas, em linguagem clara, conceitos verdadeiros sobre o marxismo. É indispensável que os operários saibam que o comunismo é absurdo em teoria e tem sido nefasto na prática. Convém libertar os menos avisados da falsa crença de que o comunismo representa a salvação da humanidade; quando ele representa, de fato a degradação dessa humanidade. É preciso provar, com a análise clara e objetiva do que tem ocorrido e do que ocorre atualmente na Rússia, que se trata de um regime inexecutável, de uma doutrina falida, e de uma ideologia inoperante, e que esse bizarro “estado de coisas” só é mantido, e assim mesmo a ferro e fogo, à custa de freqüentes e continuadas modificações, toda tendendo aos processos chamados capitalistas. O capitalismo, bem exercido, em moldes humanos, é um bem e não mal³⁵⁵.

Em um contexto geral, temos aqui a manipulação de palavras por parte da redação da RLP, no sentido de disseminar a propaganda ideológica anticomunista, buscando, por meio do jogo de palavras, “provar que o comunismo não presta”³⁵⁶ e “provar que o regime democrático-capitalista atual, [...] é capaz de prover ao adequado soerguimento social e econômico das massas operárias, das massas proletárias, isso por processos suasórios, liberais cristãos”³⁵⁷.

Do ponto de vista geral, ao que nos parece, este capítulo foi capaz de demonstrar as principais peculiaridades da RLP enquanto um forte instrumento ideológico das elites com a função de combater o comunismo, sem desconsiderar que essa revista também servia como veículo de informação sobre os mais variados acontecimentos policiais. Sua atuação no combate ao comunismo variou entre palavras mais ou menos agressivas, de acordo com o emissor da mensagem, o autor; mas de modo geral, seu foco foi a busca por estigmatizar tanto os comunistas como sua ideologia, e por outro lado - colocando-a democracia liberal como símbolo da igualdade entre os homens, na busca por enaltecê-la, contra a qual o Monstro Vermelho objetivava lançar seus tentáculos até destruí-la.

³⁵⁵ LEI E POLÍCIA, 1948, Nov/Dez, Ano I, n. 2 e 3, p. 47.

³⁵⁶ Ibid., p. 47.

³⁵⁷ LEI E POLÍCIA, 1948, Nov/Dez, Ano I, n. 2 e 3, p. 47.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relembrando que, segundo Carvalho³⁵⁸ as revistas de informação e de opinião direcionam seu foco de veiculação de idéias aos seus leitores, considerando que essas possuem um universo próprio de leitores e patrocinadores, à medida que, esses as mantêm – os primeiros assinando-as ou comprando exemplares avulsos, os segundos patrocinando-as – é importante acrescentar que “na determinação da agenda e na produção do consenso, estas revistas atuam como usinas de ideologia”³⁵⁹. Logo, essas revistas não têm como objetivo a busca pela neutralidade e imparcialidade, o que podemos ver ao longo da análise da RLP.

Nessa perspectiva, a análise da RLP possibilitou tirar ricas conclusões a seu respeito. Antes de tudo, porém, é importante lembrarmos que a sua publicação se inicia no contexto internacional do pós-Segunda Guerra, caracterizado pela formação de uma bipolaridade de poderes (EUA x URSS), no qual a Guerra Fria começa a adquirir significância mundial. Nacionalmente, temos um conjuntura política e cultural voltada à contenção da infiltração da “ameaça vermelha” no país e ao combate sistemático a instituições políticas de cunho comunista (PCB) ou defensoras da ideologia comunista.

Em tais contextos externo e interno, a RLP foi inaugurada se auto-apresentando como um órgão técnico de polícia, divulgando notícias e artigos de opinião ligados ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), intimamente atrelada aos interesses do Estado, defendendo e apoiando o Governo de Eurico Gaspar Dutra (01/1946-01/1951).

Definindo-se abertamente como um órgão de repressão à delinquência e de luta contra a ideologia comunista, a RLP se estruturou com o apoio econômico e intelectual de classes liberais, conservadoras e de intelectuais internacionais (estadunidenses), sendo difundida em quase todos os Estados do país, além de colaborar na criação, edição e difusão de vários tipos de materiais de contrapropaganda comunista (panfletos, livretos, cartazes, etc.).

Assim, teve como objetivo manter a hegemonia política do Estado sobre a população, mediante a luta constante por debelar a ideologia dos movimentos políticos e sociais contrários ao governo estabelecido (mais particularmente o comunismo), através da propaganda ideológica política.

Nessa direção, o empenho da revista se deu em vários sentidos. Centrou-se, principalmente, em convencer o leitor de que qualquer ação adotada contra o “Monstro Vermelho” seria capaz de gerar e fortalecer a democracia (liberal) e levar a “paz definitiva ao

³⁵⁸ CARVALHO, 2004.

³⁵⁹ KUCINSKI, apud CARVALHO, 2004.

Brasil”. Com esse objetivo, incitava o sentimento de brasilidade como fator positivo, em oposição ao comunismo, mostrado como negativo. A este atribuía a responsabilidade por quase todos os males do mundo e particularmente do Brasil, camuflando, muitas vezes, a responsabilidade do regime político-social altamente excludente em vigor no país, responsável pela desigualdade social e pelo baixo nível do padrão de vida da grande maioria da população brasileira.

Assim a RLP tentava, de várias formas, demonizar os comunistas e o comunismo, atribuindo-lhes os mais negativos e fortes adjetivos, grande parte deles sem fundamentação histórica e/ou veracidade.

Além disso, tanto a ideologia comunista quanto seus adeptos foram calados nos textos, ou seja, mesmo sendo estes (comunismo/comunistas) o cerne de discussão de praticamente toda a revista, não tiveram em momento algum, a oportunidade de se defenderem, mesmo porque, o próprio caráter político e ideológico da RLP não permitiria tal defesa.

Muito mais do que isso, sobre os substantivos comunismo/comunista foi construído um imaginário de monstruosidade, ou seja, de pura demonização, apresentando-os como os elementos mais perigosos pelos quais uma nação pode se deparar.

Desse modo, expressões como: “inimigos do Brasil”; “inimigos da democracia”; “fratricidas”; “doutrina falida”; “traidores da pátria”; “ladrões”; “saqueadores”; “incendiários”; “espiões de uma nação estrangeira”; “sabotadores inimigos da ordem pública”; “sanguinários”; “matadores cruéis”; “repelentes capazes de todas as infâmias e indignidades”; “repudiadores da opinião pública”; “injuriadores”; “caluniadores”, etc.; foram comuns em todo o período da revista estudado nesse trabalho.

Nessa direção, é importante lembrarmos que isso não ocorreu somente na RLP, pois essa construção demonizada de comunismo/comunista acompanhou esses ao longo de sua história no Brasil (que é nosso foco de estudo, sem desconsiderar as peculiaridades de cada nação), tendo principalmente como suporte a imprensa (de modo geral).

Com isso, a história e as definições dos comunistas e do comunismo foram parcialmente contadas ou colocadas do ponto de vista liberal-conservador, sendo os primeiros insultados com palavrões e tendo sua história e ideologia deturpadas.

Os comunistas e o comunismo, na RLP, são também considerados como peças-chave do desequilíbrio do todo social. No processo de produção de sentidos dos artigos da Revista, todas as definições levam a um único sentido para ambos: *inimigos da sociedade brasileira*. “*Inimigos a ser constantemente combatidos*”, essa é a conclamação da revista em grande parte de seus artigos, delegando ao leitor, por meio textual ou imagético, essa responsabilidade, sob

a justificativa da “necessidade em lutar em prol das liberdades democráticas, dos valores morais e cristãos e da ética dos direitos humanos, em busca de fortalecer o espírito de brasilidade individual e coletiva”.

Por fim, mesmo considerando que tal impacto (como o leitor digeriu a informações veiculadas) não constitui nosso foco de análise, atrevemo-nos a imaginar a eficácia da criação dessa monstruosa representação dos comunistas e do comunismo como capaz de definir mutações dentro da esfera de relações sociais do leitor, à medida que constitui e/ou molda seus pensamentos e suas ações cotidianas.

FONTES

BASTOS, Lessa C. **A Doutrina Comunista**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

CHALMERS, Philip O. Suggestion that General Dutra be Invited to Visit the United States. Documento Secreto n° 832.00/12-1745 do Department of State: Division of Brazilian Affairs (15 de dezembro de 1945). In. **Microfilme Rolo 1492 (18)**. LABTEMP-UEM, Maringá.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 10 fev. 2008.

DUTRA. Eurico Gaspar. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional**. Vários Anos (1947-1950). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

_____. Carta enviada ao Presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman. Rio de Janeiro, 12 de março de 1946. In. **Microfilme Rolo 1492 (18)**. LABTEMP-UEM, Maringá.

DUTRA, Eurico Gaspar e FONTOURA, João Neves da. Carta enviada ao Presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman comunicando a posse do Presidente da República do Brasil. Rio de Janeiro, 19 de março de 1946. In. **Microfilme Rolo 1492 (18)**. LABTEMP-UEM, Maringá.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO BRASIL. Reciprocal Trade. Agreement Between the United States of America and Brazil. Washington, 19 de janeiro de 1949. In. **Pasta Washington 49-2-13, n° 63/890. (42) (22)**- Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL EM WASHINGTON. Acordo de Estabilização Monetária entre Brasil e os Estados Unidos da América. In. **Pasta Washington 49-2-2 - n° 644/821.2 (42) (22)**. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL EM WASHINGTON. O Brasil, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. In. **Pasta Washington 49-2-9, n° 914/651.5 (00)**, 09 de julho de 1948. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL EM WASHINGTON. Relações Interamericanas. Washington, 20 de maio de 1947. In. **Pasta Washington 49-1-12, n° 266/920 (20)** – Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1948. Conferência de Bogotá. Washington, 10 de março de 1948. In. **Pasta Washington 49-2-7 , nº446/962.IX**. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, 06 dezembro 1947.

_____ 11.setembro 1947.

_____ 23 agosto 1947.

_____24 outubro 1947.

_____15 maio 1947.

KENNAN, George. **Long Telegram**. 22 Feb. 1946. Disponível em: <<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/coldwar/documents/episode-1/kennan.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

_____.The sources of soviet conduct. **Foreign Affairs**. Washington, D.C. Council on Foreign Relations, July, 1947. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.org/19470701faessay25403/x/the-sources-of-soviet-conduct.html>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

LEI E POLÍCIA, 1948, Jun. Ano I, n. 1. In.Biblioteca Nacional.

_____, 1948, Nov/Dez, Ano I, n. 2 e 3. In.Biblioteca Nacional.

_____, 1948, Ano I, n. 1. In.Biblioteca Nacional.

_____, 1948, Jun, Ano I, n. 1. In.Biblioteca Nacional.

_____, 1948, Nov/Dez, Ano I, n. 2 e 3. In.Biblioteca Nacional.

_____, 1949, Jun/Jul, Ano I, n. 5. In.Biblioteca Nacional.

_____, 1949, Nov/Dez, Ano I, n. 7. In.Biblioteca Nacional.

_____, 1949, Set/Out, Ano I, N. 06. In.Biblioteca Nacional.

_____, 1950, Abr/Mai/Jun, Ano II, n. 10-1. In.Biblioteca Nacional.

_____, 1950, Jan/Fev/Mar, Ano II, N. 8-9. In.Biblioteca Nacional.

_____, 1950, Set, Ano II, n. 12. In.Biblioteca Nacional.

_____,1949, Jun/Jul, Ano I, N. 05. In.Biblioteca Nacional.

_____,1949, Nov/Dez, Ano I, n. 07. In.Biblioteca Nacional.

LEI Nº 1.102, DE 18 DE MAIO DE 1950 - Aprova o Plano SALTE e dispõe sobre sua execução. Disponível em:< <http://www.soleis.adv.br/leis1950.htm> >. Acesso em: 03 jun. 2007.

MARSHALL, G. C. e NABUCO, Mauricio. Contrato entre os Governos dos Estados Unidos da América e dos Estados Unidos do Brasil (Military Advisory Mission to Brazil). Washington, 29 de julho de 1948. In. **Pasta Washington 49-2-13**, Arquivo Histórico Itamaraty, Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. In. **Pasta Washington 49-2-13**. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro.

RELATÓRIO DO BANCO DO BRASIL, 1948, p. 30, e informe sem data – Produtos Minerais – Ouro depositado no País e no Exterior, gaveta 08, AOA. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro.

TRUMAN, Harry S. Carta enviada ao Presidente do Brasil Eurico Gaspar Dutra em resposta à carta deste de 19 de março de 1946. Washington, 23 de julho de 1946. In. **Microfilme Rolo 1492 (18)**. LABTEMP-UEM, Maringá.

_____. Memorandum for the Department of State. Washington, 09 de outubro de 1947. In. **Microfilme Rolo 1492 (18)**. LABTEMP-UEM, Maringá.

UNITED STATE GOVERNMENT. Office Memorandum Confidencial. Washington. 04 de maio de 1949. In. **Microfilme Rolo 1492 (18)**. LABTEMP-UEM, Maringá.

UNITED STATE GOVERNMENT. Office Memorandum Confidencial. Washington. 04 de maio de 1949. In. **Microfilme Rolo 1492 (18)**. LABTEMP-UEM, Maringá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jorge. **Mídia, Estado e Sociedade Civil na renúncia de ACM**. 2002.

Disponível em: < <http://www.unb.br/fac/comunicacao politica/Jorge2002.pdf> >. Acesso em: 23 fev. 2008.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período de 1945-64. In. MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). **Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

AZEVEDO, Paulo Cezar de. et. al. **PCB: Memória Fotográfica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Tradução Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BANDEIRA, Moniz. **O Ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARTLETT, F. C. **La Propaganda Política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1941.

BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos (memórias)**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948). **Revista de História Econômica & História de Empresas**. Niterói, vol. 7, p.99-135, 2004.

BERGER, Jolin. **Modos de ver**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

_____. **Da Estrutura à Função: novos estudos de teoria do direito**. Barueri: Manole, 2007.

BOTTOMORE, Ton. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRAGA, Suely. Estado Novo – um golpe na democracia. In. ABREU, Alzira Alves de (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CALICCHIO, Vera. Missão Abbink. In. ABREU, Alzira Alves de (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____. Missão Cooke. In. ABREU, Alzira Alves (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____. Plano Salte. In. ABREU, Alzira Alves (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. In. ABREU, Alzira Alves (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia. **O bravo Matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARBONI, Florence. **A língua escravizada**: língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARVALHO, Vanderlei Souza. **Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998)** o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.

CHACON, Vamireh. **História das Idéias Socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro**: Conflito e Integração – 1922-1972. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CHOMSKY, Noam. **Novas e Velhas Ordens Mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.

CLAUSEWITZ, Karl Von. **De la guerra**. Barcelona: Labor, 1984.

COSTA, Hélio da. **Em Busca da Memória**: Organização no Local de Trabalho, Partido e Sindicato em São Paulo. São Paulo: Scritta, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, Entender a Realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre se pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

DEL ROIO, Marcos. De um século a outro: trajetória e atualidade da questão comunista no Brasil. In MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). **Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

DEUTSCHER, Isaac. Mitos da Guerra Fria. In. HOROWITZ, David. **Revolução e Repressão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

DOMENACH, J. M. **Propaganda Política**. Tradução Ciro T. de Pádua. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1955.

DULLES, John W. F. **O Comunismo no Brasil: 1935-1945**. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Tradução Silvana Vieira e Luis Carlos Borges. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário dos comunistas do Brasil (1930-1956)**. Niterói: EDUFF, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário Trabalhista (verbete). In ABREU, Alzira Alves de (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV - CPDOC e FGV/Editora, 2001. 2 v.

FILHO, Ciro Marcondes. **Ideologia**. São Paulo: Global, 1997.

FILHO, Raimundo de Araújo; DIAS, José Luciano. Petrobras. In. ABREU, Alzira Alves (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Construção jornalística e dizer social. In. PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UNB, 2002.

FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa: elementos estruturais de Sociologia da Arte**. São Paulo: Perspectiva/USP, 1973.

FRANCHETTI, Claudinéa Justino. **A cassação do Partido Comunista sob o olhar do jornal O Estado de São Paulo**. 2007. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Sociedade) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

FREITAS, Walter de Almeida. **ANL e PCB: mitos e realidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo Ideologia e Propaganda Política**: a legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

_____. **O que é propaganda ideológica**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Sadismo Sedução e Silêncio**: Propaganda e Controle Ideológico no Brasil: 1964-1980. 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sadismo.html>>. Acesso em: 10 fev. 2008.

GERMER, Claus M. O sistema de crédito internacional e a instabilidade financeira dos países da periferia capitalista. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n. 15, p. 159-178, dez. 2000.

GOMES, Eustáquio. Dutra emerge das sombras do Estado Novo. In. **Correio Popular**. Campinas, 22 set. 1994. (História das Eleições). Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=CMUHE037406>>. Acesso em: 14 fev. 2008.

GOENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira**: Das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 3.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 2 v.

_____. **Cartas do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 3 v, p. 265.

_____. **Cartas do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 3 v, p. 192.

_____. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Escritos políticos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUIDO, Liguori. Estado e Sociedade Civil: Entender Gramsci para entender a realidade. In. COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, Entender a Realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**: O Breve Século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOOK, Sidney. **O Comunismo Mundial**. Rio de Janeiro: Presença, 1964.

HUYGHE, René. **O poder da Imagem**. Lisboa: ed. 70, 1986.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

KISSINGER, H. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster, 1994.

KONDER, Leandro. Leninismo. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Org.). **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: As Grandes Transformações do Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LIMONCIC, Flávio. Grande Depressão. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). **Enciclopédia de Guerras e Revolução do Século XX: As Grandes Transformações do Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. New York: Mac Millon, 1949.

LIEUWEN, Edwin. **Policy in Latin America: a short history**. New York: Frederick A. Praeger, publishers, 1966.

MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato: Política Internacional**. Brasília: Funag, 2004.

MALHADAS, Zióle Zanotto. **Semiótica, Leitura, literatura, Atuação**. 1988. 310 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

MALIM, Mauro. Arthur Bernardes. In. ABREU, Alzira Alves (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____. Eurico Gaspar Dutra. In. ABREU, Alzira Alves (Coord.). In. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais – 1922-1986**. Campinas: UNICAMP, 1998.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. (Org.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

MONAL, Isabel. Gramsci, a Sociedade Civil e os Grupos Subalternos. In. COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, Entender a Realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAES, Dênis de e VIANA, Francisco. **Prestes: Lutas e Autocríticas**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORAIS, Reginaldo Carmello C. de. **Planejamento: Democracia ou Ditadura - intelectuais e reformas sócio-econômicas no pós-guerra**. São Paulo: USP, 1987.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOTTER, Maria Lourdes. História e Imprensa. **Revista Comunicações e Artes**, ano 15, n. 24, p. 55-6, set/dez, 1990.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um Debate Interpretativo. In. SILVA, Francisco C. TEIXEIRA (Org.) **O Século Sombrio: uma História Geral do Século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Os EUA e a repressão política aos comunistas no Brasil durante a gênese da Guerra Fria**. Maringá, 2006. Não publicado.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a Politização. In. COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, Entender a Realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PAOLI, Maria Célia. **Trabalho e conflito na era do Estado: direitos sociais, cidadania, leis do trabalho no Brasil: 1930-1950**. 1988. London: London University, 1988. (tese de PhD)

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PINTO, Sérgio Murillo. Escola Superior de Guerra (ESG). In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Org.). **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: Idéias, Instituições e Personagens**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANT’ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. São Paulo: Pioneira, 1996.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 48, n. 2, p.185-204, jul/dez. 2005.

SCHLESINGER, Jr. Arthur M. **Os Ciclos da História Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

SENDEREY, Israel Drapkin. **Imprensa e criminalidade**. Tradução Ester KOSOVSKI. São Paulo: José Busshat SKY Editor, 1983.

SILVA, Angelo José da. Epístolas e parábolas ou de como os militantes comunistas procuraram sintetizar fé e razão. In. **Novos Rumos**, Ano 20, n. 44, p. 41-50, 2005. Disponível em: <http://www.institutoastrojildopereira.org.br/novosrumos/file_44/4150.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2008.

SILVA, Hélio. **Os Presidentes: Eurico Gaspar Dutra – A Espada Sob a Lei – 1946-1951**. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1984.

SOARES, Holgonsi. Quem Foi Antonio Gramsci. **A Razão**. 1998. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.gramsci.html>>. Acesso em: 28 mai. 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, José Pedro Galvão de. Família. In. SOUSA, José Pedro Galvão de; GARCIA, Clovis Lema; CARVALHO, José Fraga Teixeira de. (Orgs.). **Dicionário de política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Gramsci E A Comunicação: A Mídia Como Aparelho Privado De Hegemonia. **VII Jornada Multidisciplinar**. Humanidades em Comunicação. Bauru: outubro, 2005. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/eventos/jornada2005/trabalhos/26_rafael_bellan.htm>. Acesso em: 28 mai. 2008.

SPANIER, John. **La Política Exterior Norteamericana a partir de La Segunda Guerra Mundial**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991.

THOMPSON, apud GOUVEIA, Carlos M. A. Análise Crítica do Discurso: enquadramento histórico. In. MATEUS, Maria Helena e CORREIA, Clara Nunes. **Saberes no Tempo**. Lisboa: Colibri, 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 30: a dominação oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. **O General Dutra e a Redemocratização de 45**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas**: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945-1954. 2006. 325 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

VIANNA, Alexander Martins. Stalinismo. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Org.). **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX**: As Grandes Transformações do Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VILCHES, Lorenzo. **Teoría de la imagen periodística**. Barcelona: Paidós, 1993.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na História**. São Paulo: Ática, 1997.

WEINBERG, A. K. **Destino Manifesto**. El expansionismo en la historia norteamericana. Buenos Aires: Paidós, 1968.

WESSON, Robert G. **A Nova Política Externa Dos Estados Unidos**. Trad. Antônio José da Silva e Sousa. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WODAK, Ruth. Do que trata a ADC – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Revista Linguagem em (Dis) curso**. v.4, n. especial, 2004.

ZAIDAN, Michel. Apresentação: Construindo o PCB–1922/1924. In. PEREIRA, Astroildo. **Construindo o PCB (1922-1924)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.